



RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2011



## Missão

Desenvolver e gerir soluções em previdência e em assistência à saúde para atender, com eficiência e segurança, as necessidades e os interesses do patrocinador e do participante.

# Índice

<b>Mensagem da Diretoria</b>	<b>4</b>
<b>O Economus</b>	<b>5</b>
<b>Destaques 2011</b>	<b>6</b>
• Planos de Previdência	6
• Planos de Assistência à Saúde	6
• Planejamento Estratégico	6
• Governança e Controles Internos	6
• Projetos em Andamento	6
<b>Gestão de Benefícios Previdenciários</b>	<b>7</b>
• Estatísticas dos Planos	7
• Benefícios Concedidos	10
<b>Gestão de Assistência à Saúde</b>	<b>11</b>
• Perfil dos Participantes	11
<b>Gestão dos Investimentos</b>	<b>12</b>
• Distribuição dos Investimentos em dezembro de 2011	12
• Sumário Executivo das Políticas de Investimentos	12
• Vigência das Políticas de Investimentos	13
• Princípios a serem observados na Gestão	13
• Critérios de Macro/Micro Alocação e Margens de Alocação dos Recursos	13
• Critérios de Contratação e Avaliação de Gestores de Recursos	16
• Definição do Cenário Macroeconômico	16
• Resumo do Demonstrativo dos Investimentos	18
• Aderência da Gestão dos Recursos às Metas Estabelecidas – Previsto X Realizado	26
• Listagem dos Investimentos	29
• Retorno dos Investimentos do Economus em 2011	35
• Enquadramento dos Investimentos	39
• Critérios de Análise de Riscos	42
• Montante dos Investimentos com Gestão Direta e Indireta	47
• Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado	50
• Evolução da Reserva Matemática e dos Resultados a Realizar do Plano C	50
• Custos com Administração dos Recursos – Gestão Direta e Indireta	51
<b>Gestão Contábil - Planos Previdenciários</b>	<b>54</b>
• Balanços Patrimoniais Consolidados em 31 de dezembro de 2011 e 2010	54
• Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Social	55
• Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL)	56
- Plano de Benefícios: Regulamento Complementar nº 2	56
- Plano de Benefícios: Regulamento Complementar nº 1	57
- Plano de Benefícios: Regulamento Geral	58
- Plano de Benefícios: PrevMais	59
• Demonstrações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL)	60
- Plano de Benefícios: Regulamento Complementar nº 2	60
- Plano de Benefícios: Regulamento Complementar nº 1	61
- Plano de Benefícios: Regulamento Geral	62
- Plano de Benefícios: PrevMais	63
• Demonstrações Consolidadas do Plano de Gestão Administrativa (PGA)	64
• Demonstrações das Obrigações Atuariais por Plano de Benefícios	65
- Plano de Benefícios: Regulamento Complementar nº 2	65
- Plano de Benefícios: Regulamento Complementar nº 1	66
- Plano de Benefícios: Regulamento Geral	67
- Plano de Benefícios: PrevMais	68
• Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	69
<b>Pareceres</b>	<b>81</b>
• Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	81
• Atuarial: Gama Consultores Associados	82
• Conselho Fiscal	97
• Manifestação do Conselho Deliberativo quanto às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2011	98
<b>Gestão Contábil – Planos de Assistência à Saúde</b>	<b>99</b>
• Balanços Patrimoniais em 31/12/2011 e 2010	99
• Demonstrações de Resultados em 31/12/2011 e 2010	100
• Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31/12/2011 e 2010	101
• Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social em 31/12/2011 e 2010	101
• Notas Explicativas às Informações Contábeis da Gestão Assistencial em 31/12/2011 e 2010	102

## Mensagem da Diretoria

### Iniciativa e renovação marcaram o Economus em 2011.

O Economus direcionou esforços no sentido de fortalecer a Governança Corporativa e a eficácia dos processos internos e da segurança das informações.

Revisamos a estrutura organizacional e de pessoal e desenvolvemos inúmeras ações voltadas à melhoria dos negócios, com o objetivo de dotar a Entidade de processos menos onerosos, suportados por uma infraestrutura tecnológica compatível, que permitirá minimizar custos administrativos aos nossos participantes e patrocinadores nos próximos anos.

Entre outras conquistas, presentes nas próximas páginas deste relatório, destacamos:

- Integração das unidades organizacionais
- Elaboração do plano de continuidade de negócio
- Criação de normas mais eficazes para classificação e guarda de documentos
- Reestruturação do plano de cargos e salários (PCS), com novas normas para ingressar na empresa, exigência de maior capacitação profissional e criação de política de educação corporativa para promover o desenvolvimento técnico dos profissionais
- Reestruturação da área de atendimento: estudos para modernização do sistema de *call center* a fim de tornar o atendimento mais rápido e eficaz, reduzindo o tempo de espera das chamadas
- Convênio de reciprocidade com a Cassi para atendimento dos participantes, funcionários e familiares que residem fora do Estado de São Paulo

Em dezembro de 2011, o total dos ativos administrados pelo Economus estava distribuído entre os segmentos de renda fixa (R\$ 3.371,9 milhões), renda variável (R\$ 551,6 milhões), investimentos estruturados (R\$ 86,9 milhões), imóveis (R\$ 31,3 milhões) e empréstimos a participantes (R\$ 82,9 milhões), totalizando R\$ 4,124 bilhões.

O retorno acumulado do segmento de renda fixa fechou o ano em 14,41%, enquanto que o CDI, principal comparativo desse segmento, apresentou variação de 11,59%. Na modalidade de renda variável, o retorno acumulado foi de -9,89%, enquanto que o Ibovespa, principal comparativo de renda variável, apresentou

variação negativa de 18,11%. Nos demais segmentos -- investimentos estruturados, imóveis e empréstimos a participantes --, o retorno acumulado em 2011 foi de 9,86%, 89,58% e 15,55%, respectivamente. Destaca-se que o resultado do segmento de imóveis ocorreu devido à reavaliação patrimonial dos imóveis do Economus. Desta maneira, o resultado consolidado dos segmentos foi de 11,41%. A Taxa Mínima Atuarial (TMA) dos Planos de Benefício Definido, que é composta pela variação do INPC + 6% ao ano, apresentou variação de 12,44% no ano.

Verificamos, portanto, que em 2011 o resultado consolidado dos investimentos ficou ligeiramente abaixo da TMA, em função do comportamento do segmento de renda variável (que encerrou o ano com -9,89%). Ainda assim, se comparado com o Ibovespa, podemos dizer que o resultado foi melhor, ficando 8,22 pontos percentuais acima daquele índice, que apresentou variação negativa de 18,11% no ano. Importante frisar que o retorno acumulado dos investimentos do Economus, distribuídos por segmentos de aplicação, foi superior ao desempenho dos seus respectivos indicadores de mercado.

Com as iniciativas desenvolvidas em 2011, reforçamos a atuação do Economus no que tange à mitigação de riscos e o controle rígido do passivo, preservando a solidez e a qualidade dos investimentos.

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Diretoria Executiva submete à apreciação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) a versão completa do Relatório da Administração e as demonstrações contábeis individuais, acompanhadas de pareceres do atuário, dos auditores independentes e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Mais do que uma exigência legal, este é um importante instrumento de comunicação para destacar as ações desenvolvidas pelo Economus e proporcionar um futuro mais tranquilo a todos os beneficiários.

Agradecemos o apoio e a confiança do nosso patrocinador, Banco do Brasil, dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, dos participantes e funcionários do Economus.

Boa leitura!

O Economus é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar constituído em 1º de setembro de 1977, como instrumento da política de recursos humanos do extinto Banco Nossa Caixa S.A. (BNC), patrocinado desde 2009 pelo Banco do Brasil, em virtude da incorporação do antigo BNC.

A estrutura de governança do Economus é composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior do Economus, cabendo-lhe fixar, dentro dos objetivos sociais, sua política de funcionamento e estabelecer diretrizes e normas gerais

para organização e administração, bem como para os planos de benefícios operacionalizados.

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno do Economus, responsável por zelar pela gestão econômico-financeira e o cumprimento das regras de governança.

A Diretoria Executiva é o órgão de administração geral, cabendo-lhe executar todos os atos necessários ao bom funcionamento, de acordo com as disposições da Lei, do Estatuto e das definições, diretrizes e normas baixadas pelo Conselho Deliberativo.

---

### Conselho Deliberativo

---

Denominação	Titulares	Suplentes
Presidente	Vagner Lacerda Ribeiro	Lúcia Helena Cruz Moya Cuevas
Membros efetivos	Itamar de Souza Menezes	Pedro Amauri Rinaldi
Membros efetivos	Antonio Amos Mastrangi	Pedro Amauri Rinaldi
Membros efetivos	Levi Gomes de Oliveira	Adriana Pizarro Carnelós Vicente
Membros efetivos	Carlos Alberto Costa Fraga	Antonio Sérgio Riede
Membros efetivos	José Caetano de A. Minchillo	Sérgio Antonio Fossalussa

---

### Conselho Fiscal

---

Denominação	Titulares	Suplentes
Presidente	Francisco Vianna de Oliveira Jr.	Gilberto Antunes de Barros
Membros efetivos	José Carlos de Oliveira	Antonio Sabóia Barros Junior
Membros efetivos	Rodrigo Santos Nogueira	Marcelo Gonçalves Farinha
Membros efetivos	Carlos Alberto Araújo Netto	Antônio César de Ávila Bittencourt

---

### Diretoria Executiva

---

Diretor Superintendente	Sérgio Iunes Brito
Diretor Administrativo	Benilton Couto da Cunha
Diretor de Seguridade	Carlos Frederico Tadeu Gomes
Diretor Financeiro	Paulo Leite Julião

---

## Nossos Números

- Patrimônio: R\$ 4,1 bilhões
- Mais de 19 mil participantes nos planos de previdência
- Aproximadamente 54 mil inscritos nos planos de assistência à saúde
- Cerca de 5 mil recursos credenciados no estado de São Paulo, entre médicos, laboratórios, clínicas e hospitais

## Recursos Humanos

O Economus encerrou o ano de 2011 com 135 profissionais no quadro próprio e 91 terceirizados.

O investimento em capacitação, aliado à aprovação do novo Plano de Cargos e Salários (PCS), com o intuito de reter e atrair os melhores talentos, proporcionarão à Entidade aperfeiçoar a qualidade dos serviços.

## Perfil dos empregados

a) Nível educacional

Formação	Funcionários	Percentual
Ensino médio completo	22	16%
Curso técnico	2	1%
Superior completo	79	59%
Superior incompleto	32	24%
<b>TOTAL</b>	<b>135</b>	<b>100%</b>

## Destaques 2011

### Planos de Previdência

O Conselho Deliberativo aprovou a alteração do regime financeiro dos benefícios de risco do plano PrevMais (suplementações de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte e auxílio-funeral), em vigor a partir de janeiro de 2012.

A mudança implicou em significativa redução na taxa de risco paga pelos participantes, influenciada pelo superávit acumulado, que possibilitou a constituição de reservas.

A taxa de risco é aplicada de acordo com a faixa salarial dos participantes. A contribuição na menor faixa salarial passou de 0,27% para 0,05%, enquanto a última faixa diminuiu de 4,54% para 0,90%.

### Planos de Assistência à Saúde

Em 2011, o Economus desenvolveu um projeto para aquisição de novo *software* de gestão de Planos de Saúde e Atendimento, com o objetivo de agilizar o atendimento e aprimorar os controles. Com implementação prevista para 2012, a nova ferramenta propiciará mais qualidade na prestação de serviços de saúde, transmitindo informações rápidas, seguras e de fácil acesso aos beneficiários.

### Planejamento Estratégico

Visando se preparar para os desafios impostos pelos cenários interno e externo, o Economus realizou no final de 2011, o primeiro planejamento estratégico, que contempla a nova Missão

e os Valores da organização, fixando os objetivos estratégicos, as metas e as ações necessárias para seu cumprimento.

### Governança e Controles Internos

Para consolidar a gestão da Entidade e a adoção de modelos de Governança e Controles Internos que garantam segurança e conformidade das atividades, em alinhamento com as melhores práticas orientadas pelo Órgão regulador, o Economus desenvolveu relevantes ações, como reorganização da estrutura de Gestão de Riscos e Controles Internos e instituição da Política de Gestão de Riscos.

Além disso, foi consolidado o modelo de decisão colegiada que envolve todos os executivos na aprovação dos assuntos estratégicos, de negócios e de gestão administrativa, provendo maior qualidade ao processo de tomadas de decisão.

### Projetos em Andamento

Com o objetivo de desenvolver soluções para melhorar a performance operacional das áreas e minimizar riscos legais e tributários, foi instituído pela Diretoria Executiva, em 2011, o Projeto de Revisão e Implantação de Melhorias em todos os processos.

Os trabalhos são desenvolvidos a partir de diagnósticos realizados pela Consultoria Martinelli, implementação de soluções pelos gestores e coordenação da equipe de Projeto.

Acompanhe a seguir as estatísticas de cada plano:

## PrevMais

<b>PARTICIPANTES</b>	<b>31/12/2011</b>
Nº de Participantes	9.239
Média de Idade Atual	43,04
Média de Idade Aposentadoria	60,02
Média do Salário de Benefício	5.003,46
Total do Salário de Benefício	46.226.935,92
<b>PARTICIPANTES EM AUTOPATROCÍNIO</b>	
Nº de Participantes	409
Média de Idade Atual	50,21
Média de Idade Aposentadoria	60,02
Média do Salário de Benefício	8.317,07
Total do Salário de Benefício	3.401.680,67
<b>PARTICIPANTES EM BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO</b>	
Nº de Participantes	15
Média de Idade Atual	37,98
Média de Idade Aposentadoria	60,00
Média do Salário de Benefício	5.849,45
Total do Salário de Benefício	87.741,78
<b>DESLIGADOS SEM OPÇÃO</b>	
Nº de Participantes	486
Média de Idade Atual	41,94
Média de Idade Aposentadoria	60,05
Média do Salário de Benefício	4.235,57
Total do Salário de Benefício	2.058.487,52
<b>SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - BENEFÍCIO DEFINIDO</b>	
Nº de Aposentados – Renda Vitalícia	24
Média de Idade Atual	57,58
Média da Suplementação de Aposentadoria	460,67
<b>SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA</b>	
Nº de Aposentados (Montante Financeiro Individual)	631
Média de Idade Atual	56,91
Média do Benefício de Aposentadoria	653,16
<b>SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ</b>	
Nº de Aposentados (Suplementação de Aposentadoria por Invalidez)	86
Média de Idade Atual	54,21
Média da Suplementação de Aposentadoria por Invalidez	3.253,72
<b>PENSÃO - BENEFÍCIO DEFINIDO</b>	
Nº de Pensionistas	34
Média de Idade - Beneficiário Vitalício	43,64
Média da Suplementação de Pensão por Morte	2.689,13
<b>PENSÃO - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA</b>	
Nº de Pensionistas	3
Média de Idade - Beneficiário Vitalício	45,05
Média da Suplementação de Pensão por Morte	433,04

## Regulamento Geral

<b>PARTICIPANTES</b>	<b>31/12/2011</b>
Quantidade	44
Idade (média)	50,64
Idade de Aposentadoria (média)	56,59
Salário de Participação (média) R\$	4.649,90
Salário de Participação (soma) R\$	204.595,72

  

<b>PARTICIPANTES EM AUTOPATROCÍNIO</b>	
Quantidade	1
Idade (média)	53,00
Idade de Aposentadoria (média)	55,00
Salário de Participação (média) R\$	7.695,62
Salário de Participação (soma) R\$	7.695,62

  

<b>PARTICIPANTES EM BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO</b>	
Quantidade	23
Idade (média)	47,17
Idade de Aposentadoria (média)	57,57
Salário de Participação (média) R\$	774,16
Salário de Participação (soma) R\$	17.805,65

  

<b>PARTICIPANTES SALDADOS</b>	
Quantidade	5.674
Idade (média)	47,87
Idade de Aposentadoria (média)	55,76
Salário de Participação (média) R\$	1.471,12
Salário de Participação (soma) R\$	8.347.111,92

  

<b>APOSENTADORIAS PROGRAMADAS</b>	
Nº de Aposentados (Benefício de Aposentadoria)	5.204
Média de Idade Atual	60,23
Média do Benefício de Aposentadoria	3.505,46
Total da Complementação de Aposentadoria	18.242.418,13

  

<b>COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ</b>	
Nº de Aposentados (Benefício de Aposentadoria)	545
Média de Idade Atual	59,11
Média da Complementação de Aposentadoria por Invalidez	2.645,30
Total da Complementação de Aposentadoria por Invalidez	1.441.691,02

  

<b>SUPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO POR MORTE</b>	
Nº de Pensionistas	416
Média de Idade Beneficiário Vitalício	62,80
Média da Suplementação de Pensão por morte	2.436,05
Total da Suplementação de Pensão por morte	1.013.395,82

## Regulamento Complementar Nº 1

---

<b>PARTICIPANTES</b>	<b>31/12/2011</b>
Nº de Participantes	1.255
Média de Idade Atual	63,80
Média do Salário Real de Participação	8.375,63
Total do Salário Real de Participação	10.511.410,78

  

<b>APOSENTADORIAS POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO / IDADE</b>	
Nº de Assistidos	8
Média de Idade Atual	67,20
Média do Valor de Benefício	5.052,64

  

<b>APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ</b>	
Nº de Assistidos	1
Média de Idade Atual	73,70
Média do Valor de Benefício	2.565,79

  

<b>PENSIONISTAS</b>	
Nº de Assistidos	2
Média de Idade Atual	52,50
Média do Valor de Benefício	992,51

## Regulamento Complementar Nº 2

---

<b>PARTICIPANTES</b>	<b>31/12/2011</b>
Nº de Participantes	1.342
Média de Idade Atual	76,51
Média do Salário Real de Participação	7.176,57
Total do Salário Real de Participação	9.630.959,98

  

<b>PENSIONISTAS</b>	
Nº de Assistidos	7
Média de Idade Atual	87,91
Média do Valor de Benefício	2.680,68

## Benefícios Concedidos

### PrevMais

Item	Gama Avaliação Atuarial Anual de 2011	
A) Benefícios concedidos	123.922.756,98	Valores em R\$
B) Benefícios a conceder	361.618.702,85	
C) (-) Provisões matemáticas a constituir	-	
D) Total das provisões matemáticas (=A+B+C)	485.541.459,83	
E) Patrimônio de cobertura do plano	485.984.148,09	
F) Resultado acumulado (=G)	442.688,26	
G) Superávit / (déficit técnico) (=E-D)	442.688,26	

### Regulamento Geral

Item	Gama Avaliação Atuarial Anual de 2011	
A) Benefícios concedidos	3.057.600.840,43	Valores em R\$
B) Benefícios a conceder	940.549.541,54	
C) (-) Provisões matemáticas a constituir	(379.739.024,63)	
Déficit Equacionado em 2005	(334.601.847,80)	
Déficit Equacionado em 2009	(45.137.176,83)	
D) Total das provisões matemáticas (=A+B+C)	3.618.411.357,34	
E) Patrimônio de cobertura do plano	3.538.058.149,54	
F) Resultado acumulado (=G)	(80.353.207,80)	
G) Superávit / (déficit técnico) (=E-D)	(80.353.207,80)	

### Regulamento Complementar Nº 1

Item	Gama Avaliação Atuarial Anual de 2011	
A) Benefícios concedidos	6.917.126,00	Valores em R\$
B) Benefícios a conceder	6.201.032,58	
C) (-) Provisões matemáticas a constituir	-	
D) Total das provisões matemáticas (=A+B+C)	13.118.158,58	
E) Patrimônio de cobertura do plano	15.225.791,28	
F) Resultado acumulado (=G)	2.107.632,70	
G) Superávit / (déficit técnico) (=E-D)	2.107.632,70	

### Regulamento Complementar Nº 2

Item	Gama Avaliação Atuarial Anual de 2011	
A) Benefícios concedidos	1.591.938,00	Valores em R\$
B) Benefícios a conceder	6.545.091,79	
C) (-) Provisões matemáticas a constituir	-	
D) Total das provisões matemáticas (=A+B+C)	8.137.029,79	
E) Patrimônio de cobertura do plano	10.023.030,53	
F) Resultado acumulado (=G)	1.886.000,74	
G) Superávit / (déficit técnico) (=E-D)	1.886.000,74	

O Economus também administra planos de saúde. Acompanhe a seguir o perfil dos participantes inscritos:

### Perfil dos Participantes

---

Sexo	Percentual
Feminino	55,33%
Masculino	44,67%

---

Titularidade	Percentual
Titular	38,10%
Preferencial	42,49%
Não preferencial	19,41%

---

Faixa de idade	Percentual
0 – 18	14,52%
19 – 23	6,49%
24 – 28	9,32%
29 – 33	7,95%
34 – 38	4,45%
39 – 43	5,16%
44 – 48	7,04%
49 – 53	8,67%
54 – 58	11,73%
59 – mais	24,67%

---

O relatório anual de gestão de recursos dos planos administrados pelo Economus tem por objetivo divulgar informações sobre os investimentos e atender às disposições contidas na Resolução nº 23, de 06/12/2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, que discorre sobre os procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) na divulgação de informações aos participantes.

Essas informações circulam sobre os elementos contidos nas políticas de investimentos, nas quais são traçados objetivos e critérios adotados para cada plano administrado, assim como prevê descrição detalhada dos recursos constantes dos Demonstrativos de Investimentos, um instrumento amplamente utilizado pela Superintendência Nacional de Previdência Privada (Previc) para aferição das medidas adotadas pelas EFPCs e seus desdobramentos no que tange à evolução e composição dos patrimônios.

## 1. Distribuição dos Investimentos em dezembro/2011

Modalidades de Investimentos	%	Valores em R\$
Segmento de Renda Fixa	81,75%	3.371.893.543,59
Segmento de Renda Variável	13,37%	551.558.528,54
Segmento de Invest. Estruturados	2,11%	86.901.754,91
Segmento de Imóveis	0,76%	31.313.869,34
Segmento de Empréstimos	2,01%	82.970.953,25
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.124.638.649,63</b>

## 2. Sumário Executivo das Políticas de Investimentos

Em cumprimento ao disposto na legislação vigente, apresentamos o Resumo das Políticas de Investimentos, cuja premissa central é estabelecer diretrizes e procedimentos a serem observados pela administração do Economus na aplicação dos recursos vinculados aos Planos de Benefícios, Fundo Assistencial e Programa Administrativo, a fim de promover o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e respectivos passivos, além das demais obrigações.

Neste sentido, como forma de subsidiar a interpretação das informações, realizamos uma abordagem sobre o desempenho obtido em cada plano, a aderência da gestão dos recursos às premissas estabelecidas na política de investimentos, a evolução e o enquadramento dos recursos. O relatório contempla, entre outras informações, os custos incorridos com a administração de recursos e a Divergência Não Planejada (DNP), que é um dos instrumentos de medida de risco de mercado.

Na administração dos recursos são adotados procedimentos de controle operacionais que visam à valorização da transparência e otimização do desempenho. Para tanto são observados limites de risco, liquidez e diversificação de ativos, estrutura de custos da administração dos recursos, dentre outros elementos, com intuito de proporcionar melhores resultados e preservação do patrimônio. Outros detalhes sobre as carteiras de investimentos dos planos, assim como as informações descritas neste relatório, poderão ser obtidos na íntegra no site [www.economus.com.br](http://www.economus.com.br).

No ano de 2011, a posição patrimonial consolidada apresentou evolução nominal de 7,57%, quando comparado com a posição dos investimentos do mês de dezembro do exercício anterior que registrava o montante de R\$ 3.834.401.236,33.

Os planos abaixo elencados estão identificados pelo Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB), Plano de Gestão Administrativa (PGA) e o Fundo Economus de Assistência Social (FEAS). Em 2011, esses planos foram registrados junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) com os respectivos *benchmarks*, que são os indicadores de referência de desempenho adotados pelo Economus nas políticas de investimentos.

Código	Planos de Benefícios / Programas	Patrimônio dos Investimentos em R\$	TMA / Indicador de Referência
CNPB 1978000138	Regulamento Geral - Plano C	3.138.310.123,56	INPC + 6% AA
	Contribuição Variável - PrevMais - Perfil Conservador	343.221.426,96	100% do CDI
	Contribuição Variável - PrevMais - Perfil Moderado	17.630.413,75	85% do CDI + 15% do Ibovespa
CNPB 2006003429	Contribuição Variável - PrevMais - Perfil Agressivo	20.583.111,15	70% do CDI + 30% do Ibovespa
	Contribuição Variável - PrevMais - Perfil Super Agressivo	15.257.588,14	55% do CDI + 45% do Ibovespa
	Contribuição Variável - PrevMais - Risco	204.999.997,84	100% do CDI
CNPB 1978000219	Regulamento Complementar nº 1 - Plano B	18.103.039,14	INPC + 6% AA
CNPB 1978000138	Regulamento Complementar nº 2 - Plano A	16.463.107,53	INPC + 6% AA
FEAS 9970000000	Programa Assistencial - FEAS	324.798.217,84	INPC + 6% AA
PGA 4003120019	Programas Administrativos	25.271.623,72	100% do CDI
<b>Total em 31/12/2011</b>		<b>4.124.638.649,63</b>	

OBS.: CNPB - Cadastro Nacional de Planos de Benefícios  
 OBS.: PGA - Plano de Gestão Administrativa  
 OBS.: TMA - Taxa Mínima Atuarial

### 3. Vigência das Políticas de Investimentos

Nesses documentos, detalhamos os principais pontos da estratégia de investimento a vigorar no período de 2012 a 2016, que poderão ser submetidos a revisões anuais ou em períodos inferiores, sempre que necessário com o intuito de preservar

as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência dos investimentos em razão da conjuntura econômica vigente, modificações promovidas no passivo ou alteração legal.

### 4. Princípios a serem observados na Gestão

Os princípios a serem observados na gestão dos recursos visam nortear os investimentos no horizonte de longo prazo, seguindo as premissas destacadas abaixo:

- I - Proporcionar a manutenção do equilíbrio atuarial dos planos por meio da aquisição de títulos e valores mobiliários, observando as margens de alocações atribuídas nas políticas de investimentos;
- II - Buscar, dentro de princípios que valorizem a prudência e a segurança, atingir a micro e macro alocações previamente definidas, assim como alcançar o retorno esperado traçado para os planos;
- III - Buscar instrumentos financeiros que contribuam para a preservação patrimonial e que proporcionem a perenidade dos planos de benefícios;

IV - Construir hipóteses de cenários macroeconômicos alinhados com as perspectivas vigentes no mercado;

V - Gerenciar as carteiras de investimentos para minimizar a probabilidade de ocorrência da falta de liquidez e de solvência para atendimento dos compromissos atuariais dos planos, no curto, médio e longo prazos;

VI - Adotar procedimentos eficientes no tocante ao controle de risco de mercado, de crédito, legal, sistêmico e de precificação de ativos.

### 5. Critérios de Macro/Micro Alocação e as Margens de Alocação dos Recursos

Destaca-se que a macro alocação “objetivo”, definida para os ativos, corresponde à distribuição pretendida dos recursos entre os segmentos (renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, empréstimos a participantes e imóveis) e a microalocação está vinculada às aplicações nos segmentos denominados de “carteiras”, que possuem a função de otimizar a combinação de títulos e valores mobiliários permitidos pela legislação. As margens de alocação se referem à atribuição

de limites inferiores e superiores às carteiras, oferecendo flexibilidade à administração, para aproveitar as oportunidades ou diminuir as posições, conforme as condições oferecidas pelo mercado.

Nesse contexto, apresentamos nas tabelas abaixo a distribuição percentual dos recursos dos planos traçados para o exercício de 2012.

#### I. Regulamento Geral – Plano C

PLANO C		MARGENS DE ALOCAÇÃO				
SEGMENTO	MACRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	CARTEIRA	MICRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE RES. CMN 3792
Renda Fixa	74%	Baixo Risco de Crédito	75%	56%	97%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações de Derivativos (hedge)	0%	0%	100%	
Renda Variável	18%	Ações em Mercado	18%	0%	20%	70%
		Operações de Derivativos (hedge)	0%	0%	100%	
Estruturados	4%	Participações	2%	1%	4%	20%
		Empresas Emergentes	0%	0%	1%	
		Imobiliários	1%	0%	3%	
		Multimercados	1%	0%	3%	
Exterior	0%	Investimentos no Exterior	0%	0%	1%	10%
Imóveis	2%	Aluguéis e Renda	2%	1%	3%	8%
Empréstimos	2%	Empréstimos	2%	1%	4%	15%

## II. Contribuição Variável – PrevMais – Perfil Conservador

SEGMENTO	MACRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	CARTEIRA	MARGENS DE ALOCAÇÃO			
			MICRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE RES. CMN 3792
Renda Fixa	94%	Baixo Risco de Crédito	94%	80%	100%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações de Derivativos (hedge)	0%	0%	100%	
Empréstimos	6%	Empréstimos	6%	0%	15%	15%

## III. Contribuição Variável – PrevMais – Perfil Moderado

SEGMENTO	MACRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	CARTEIRA	MARGENS DE ALOCAÇÃO			
			MICRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE RES. CMN 3792
Renda Fixa	80%	Baixo Risco de Crédito	80%	64%	88%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações de Derivativos (hedge)	0%	0%	100%	
Renda Variável	15%	Ações em Mercado	15%	13%	18%	70%
		Operações de Derivativos (hedge)	0%	0%	0%	
Empréstimos	5%	Empréstimos	5%	0%	13%	15%

## IV. Contribuição Variável – PrevMais – Perfil Agressivo

SEGMENTO	MACRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	CARTEIRA	MARGENS DE ALOCAÇÃO			
			MICRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE RES. CMN 3792
Renda Fixa	66%	Baixo Risco de Crédito	66%	52%	73%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações de Derivativos (hedge)	0%	0%	100%	
Renda Variável	30%	Ações em Mercado	30%	28%	33%	70%
		Operações de Derivativos (hedge)	0%	0%	0%	
Empréstimos	4%	Empréstimos	4%	0%	11%	15%

## V. Contribuição Variável – PrevMais – Perfil Super Agressivo

SEGMENTO	MACRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	CARTEIRA	MARGENS DE ALOCAÇÃO			
			MICRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE RES. CMN 3792
Renda Fixa	52%	Baixo Risco de Crédito	52%	39%	58%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações de Derivativos (hedge)	0%	0%	100%	
Renda Variável	45%	Ações em Mercado	45%	43%	48%	70%
		Operações de Derivativos (hedge)	0%	0%	0%	
Empréstimos	3%	Empréstimos	3%	0%	9%	15%

## VI. Regulamento Complementar nº 1 – Plano B

SEGMENTO	MACRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	CARTEIRA	MARGENS DE ALOCAÇÃO			
			MICRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE RES. CMN 3792
Renda Fixa	100%	Baixo Risco de Crédito	100%	80%	100%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações de Derivativos (hedge)	0%	0%	100%	
Empréstimos	0%	Empréstimos	0%	0%	15%	15%

## VII. Regulamento Complementar nº 2 – Plano A

SEGMENTO	MACRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	CARTEIRA	MARGENS DE ALOCAÇÃO			
			MICRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE RES. CMN 3792
Renda Fixa	100%	Baixo Risco de Crédito	100%	80%	100%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações de Derivativos (hedge)	0%	0%	100%	
Empréstimos	0%	Empréstimos	0%	0%	15%	15%

## VIII. FEAS – Fundo Economus de Assistência Social

SEGMENTO	MACRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	CARTEIRA	MARGENS DE ALOCAÇÃO			
			MICRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE RES. CMN 3792
Renda Fixa	83%	Baixo Risco de Crédito	83%	65%	99%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações de Derivativos (hedge)	0%	0%	100%	
Renda Variável	15%	Ações em Mercado	15%	0%	20%	70%
		Operações de Derivativos (hedge)	0%	0%	100%	
Estruturados	2%	Participações	2%	1%	5%	20%
		Empresas Emergentes	0%	0%	0%	
		Imobiliários	0%	0%	0%	
		Multimercados	0%	0%	5%	

## IX. Programas Administrativos - Previdencial/Assistencial

SEGMENTO	MACRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	CARTEIRA	MARGENS DE ALOCAÇÃO			
			MICRO ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE RES. CMN 3792
Renda Fixa	100%	Baixo Risco de Crédito	100%	95%	100%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
		Alto Risco de Crédito	0%	0%	0%	
		Operações de Derivativos (hedge)	0%	0%	100%	

## 6. Critérios de Contratação e de Avaliação de Gestores de Recursos

O Economus adota, entre outros critérios, os seguintes procedimentos para avaliar periodicamente o desempenho e a consistência de resultados, com a finalidade de contratar e avaliar gestores de recursos no mercado:

I – A Instituição Financeira ou a Asset Independente, conforme o caso, deverá possuir obrigatoriamente limite técnico aprovado pelo Economus, conforme critérios estabelecidos na Norma de Limite Técnico para Bancos e Assets Independentes;

II – O processo de seleção de fundos condominiais abertos com gestão discricionária será realizado periodicamente, contemplando etapas de pré-qualificação, quantitativa e qualitativa, conforme o disposto nas Normas de Elegibilidade de Fundos Condominiais Abertos.

III – O processo de seleção de fundos condominiais fechados com gestão discricionária será realizado observando-se: (i) análise da viabilidade econômica do investimento; (ii) estratégia da operação; (iii) estrutura do fundo; (iv) *expertise* e histórico do gestor; (v) meta de rentabilidade; (vi) *rating*, conforme o caso.

IV – A análise do investimento será realizada pela equipe técnica do Economus, que poderá incluir outros pontos não contemplados acima, em conjunto com a consultoria de investimentos contratada. O investimento deverá ser aprovado pela Diretoria Executiva da Entidade, após sugestão do Comitê de Investimentos.

V – O processo de seleção de fundos exclusivos com gestão discricionária, não discricionária ou compartilhada será realizado,

observando-se: (i) custos condizentes com o formato da administração pretendida; (ii) *expertise* e histórico do gestor no segmento; (iii) capacidade técnica para o fornecimento diário das informações requeridas pelo Economus; (iv) habilidade do gestor em agregar valor na gestão direta dos recursos; (v) possuir um volume mínimo de recursos de EFPCs sob gestão.

Adicionalmente, a Divisão de Investimentos (DINVE) realizará avaliações quadrimestrais dos fundos de investimento em que o Instituto aplica, nos meses de janeiro, maio e setembro.

O Comitê de Investimentos, baseado nos resultados da análise de desempenho realizado pela DINVE, deverá notificar formalmente o gestor que, porventura, não cumpriu as metas exigidas para o período.

O Comitê de Investimentos, dentro dos critérios de avaliação indicados, também poderá propor a redistribuição dos recursos líquidos para os gestores que detenham as melhores classificações dentro do *ranking* geral em detrimento daqueles que, porventura, não tenham atingido os objetivos, assim como poderá propor a substituição, a qualquer momento, do gestor que apresente administração temerária ou que assuma posições em desacordo com os objetivos do Economus.

## 7. Definição do Cenário Macroeconômico

Para a elaboração dos cenários de curto (2012), médio (2013 a 2015) e longo prazos (2016), o Economus utiliza o sistema de expectativas de mercado do Banco Central para projetar os indicadores de taxa de juros e inflação. Para os indicadores de renda variável, aplica-se o *Capital Asset Pricing Model* (CAPM), amplamente utilizado no mercado de capitais. A descrição

completa do modelo e as fontes utilizadas estão disponíveis no Relatório de Cenário Econômico elaborado pela Divisão de Investimentos para o período de 2012 a 2016.

Deste modo, o trabalho mencionado se traduz no cenário para retorno nominal demonstrado no quadro abaixo:

### Cenário Macro-Econômico - Nominal (% ao ano)

Indicadores	2012	2013	2014	2015	2016
Selic (média)	10,60%	10,89%	10,31%	9,85%	9,50%
CDI (médio)	10,49%	10,78%	10,21%	9,75%	9,41%
Ibovespa (%)	15,55%	15,84%	15,26%	14,80%	14,45%
IGP-M	5,39%	4,81%	4,70%	4,62%	4,50%
INPC	5,46%	4,74%	4,59%	4,49%	4,50%
IPCA	5,56%	5,01%	4,87%	4,75%	4,50%

## 8. Resumo do Demonstrativo dos Investimentos

Nas tabelas comparativas das alocações, temos a distribuição dos investimentos e a composição por segmentos e carteiras distribuídas ao final de 2010 e 2011.

### a. Comparativo de Alocações – Posição Consolidada

Modalidades de Investimentos	Posição em 31/12/2010		Posição em 31/12/2011	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
<b>Segmento de Renda Fixa</b>	<b>80,694%</b>	<b>3.094.121.351,30</b>	<b>81,750%</b>	<b>3.371.893.543,59</b>
Títulos Públicos - Governo Federal	50,682%	1.943.356.531,61	50,319%	2.075.467.842,91
Fundos de Investimento - Tradicionais	14,844%	569.184.220,91	16,953%	699.249.269,87
Títulos Privados - Selic / CDI	6,655%	255.172.295,25	4,927%	203.225.549,72
Títulos Privados - Inflação	3,426%	131.359.388,09	4,027%	166.105.954,86
Títulos Privados - DPGEs	2,538%	97.316.614,88	1,175%	48.475.838,90
Títulos Privados - DPGEs Inflação	1,138%	43.627.665,98	2,093%	86.332.586,53
Fundos de Investimento - Multimercados	1,046%	40.090.129,42	0,480%	19.790.563,28
Fundos de Investimento - FIDCs	0,365%	14.014.505,16	1,776%	73.245.937,52
<b>Segmento de Renda Variável</b>	<b>15,106%</b>	<b>579.238.386,78</b>	<b>13,372%</b>	<b>551.558.528,54</b>
Ações em Mercado - Fundos de Ações	12,268%	470.417.938,01	10,920%	450.398.243,04
Ações em Mercado - Carteira Própria	2,838%	108.820.448,77	2,453%	101.160.285,50
<b>Segmento de Investimentos Estruturados</b>	<b>1,863%</b>	<b>71.418.336,63</b>	<b>2,107%</b>	<b>86.901.754,91</b>
Carteira de Multimercados	0,824%	31.591.099,00	0,864%	35.631.739,50
Carteira de Participações	0,794%	30.442.035,25	1,018%	42.000.895,49
Fundos de Investimentos Imobiliários	0,245%	9.385.202,38	0,225%	9.269.119,92
<b>Segmento de Imóveis</b>	<b>0,471%</b>	<b>18.071.321,49</b>	<b>0,759%</b>	<b>31.313.869,34</b>
Imóveis - Aluguel e Renda	0,471%	18.071.321,49	0,759%	31.313.869,34
<b>Segmento de Empréstimos</b>	<b>1,866%</b>	<b>71.551.840,13</b>	<b>2,012%</b>	<b>82.970.953,25</b>
Empréstimos a Participantes	1,866%	71.551.840,13	2,012%	82.970.953,25
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,000%</b>	<b>3.834.401.236,33</b>	<b>100,000%</b>	<b>4.124.638.649,63</b>
<b>Varição Nominal no Período</b>		-		<b>7,57%</b>

## b. Comparativo de Alocações – Regulamento Geral – Plano C

Modalidades de Investimentos	Regulamento Geral Plano C Posição em 31/12/2010		Regulamento Geral Plano C Posição em 31/12/2011	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
<b>Segmento Renda Fixa</b>	<b>76,67%</b>	<b>2.313.085.858,26</b>	<b>77,68%</b>	<b>2.437.689.531,22</b>
<b>Gestão Indireta</b>	<b>3,23%</b>	<b>97.442.360,30</b>	<b>3,25%</b>	<b>102.050.360,39</b>
Fundos de Investimento - Tradicionais	2,81%	84.809.027,60	2,59%	81.432.735,16
Fundos de Investimento - Multimercados	0,25%	7.667.425,22	0,00%	-
Fundos de Investimento - FIDCs	0,16%	4.965.907,48	0,66%	20.617.625,23
<b>Gestão Direta</b>	<b>73,44%</b>	<b>2.215.643.497,96</b>	<b>74,42%</b>	<b>2.335.639.170,83</b>
Títulos Públicos Federais - Inflação - IGP-M	59,29%	1.788.810.494,79	49,08%	1.540.353.808,88
Títulos Públicos Federais - Inflação - IPCA	3,92%	118.165.938,90	4,04%	126.684.085,73
Títulos Públicos Federais - Inflação - Mercado	1,21%	36.380.097,92	13,01%	408.429.948,30
Títulos Privados - DPGEs	2,27%	68.597.527,36	1,86%	58.334.714,01
Títulos Privados - Selic/CDI	3,27%	98.674.666,97	2,10%	65.989.001,48
Títulos Privados - Inflação	3,48%	105.014.772,02	4,33%	135.847.612,43
<b>Segmento Renda Variável</b>	<b>18,12%</b>	<b>546.632.352,54</b>	<b>16,50%</b>	<b>517.676.195,05</b>
Ações em Mercado - Carteira Própria	3,61%	108.820.448,77	3,22%	101.160.285,50
Ações em Mercado - Fundos de Ações	14,51%	437.811.903,77	13,27%	416.515.909,55
<b>Segmento Invest. Estruturado</b>	<b>2,33%</b>	<b>70.203.745,36</b>	<b>2,63%</b>	<b>82.446.863,74</b>
Fundos de Investimento - Multimercados	1,05%	31.591.099,00	1,14%	35.631.739,50
Fundos de Investimento em Participações	0,97%	29.227.443,98	1,20%	37.546.004,32
Fundos de Investimento Imobiliários	0,31%	9.385.202,38	0,30%	9.269.119,92
<b>Segmento Imobiliário</b>	<b>0,60%</b>	<b>18.071.321,49</b>	<b>1,00%</b>	<b>31.313.869,34</b>
Imóveis para Renda	0,60%	18.071.321,49	1,00%	31.313.869,34
<b>Segmento de Empréstimo</b>	<b>2,29%</b>	<b>69.096.352,01</b>	<b>2,20%</b>	<b>69.183.664,21</b>
Empréstimos a Participantes - BD	2,29%	69.096.352,01	2,20%	69.183.664,21
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.017.089.629,66</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.138.310.123,56</b>
<b>Variação Norminal no Período</b>				<b>4,02%</b>

**c. Comparativo de Alocações – Contribuição Variável – PrevMais**  
**i. Renda Programada**

Modalidades de Investimentos	PrevMais Rda.Program. Posição em 31/12/2010		PrevMais Rda.Program. Posição em 31/12/2011	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
<b>Segmento Renda Fixa</b>	<b>95,12%</b>	<b>285.968.835,40</b>	<b>92,54%</b>	<b>367.082.730,95</b>
<b>Gestão Indireta</b>	<b>67,74%</b>	<b>203.647.798,29</b>	<b>71,75%</b>	<b>284.623.063,19</b>
Fundos de Investimento - Tradicionais	63,48%	190.828.090,00	62,25%	246.927.383,42
Fundos de Investimento - Multimercados	1,62%	4.885.099,67	0,00%	-
Fundos de Investimento - FIDCs	2,64%	7.934.608,62	9,50%	37.695.679,77
<b>Gestão Direta</b>	<b>27,38%</b>	<b>82.321.037,11</b>	<b>20,79%</b>	<b>82.459.667,76</b>
Títulos Públicos Federais - Inflação - IGP-M				
Títulos Públicos Federais - Inflação - IPCA			0,00%	
Títulos Públicos Federais - Inflação - Mercado				
Títulos Privados - DPGEs	<b>4,79%</b>	<b>14.413.135,60</b>	<b>4,03%</b>	<b>16.000.206,08</b>
Títulos Privados - Selic/CDI	20,20%	60.722.226,41	14,67%	58.213.772,81
Títulos Privados - Inflação	2,39%	7.185.675,10	2,08%	8.245.688,87
<b>Segmento Renda Variável</b>	<b>4,06%</b>	<b>12.200.773,31</b>	<b>3,99%</b>	<b>15.822.520,01</b>
Ações em Mercado - Carteira Própria				
Ações em Mercado - Fundos de Ações	4,06%	12.200.773,31	3,99%	15.822.520,01
<b>Segmento Invest. Estruturado</b>				
Fundos de Investimento - Multimercados				
Fundos de Investimento em Participações				
Fundos de Investimento Imobiliários				
<b>Segmento Imobiliário</b>				
Imóveis + Fundos Imobiliários				
<b>Segmento de Empréstimo</b>	<b>0,82%</b>	<b>2.455.488,12</b>	<b>3,48%</b>	<b>13.787.289,04</b>
Empréstimos a Participantes - PrevMais	0,82%	2.455.488,12	3,48%	13.787.289,04
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00%</b>	<b>300.625.096,83</b>	<b>100,00%</b>	<b>396.692.540,00</b>
<b>Variação Norminal no Período</b>				<b>31,96%</b>

## ii. Benefício de Risco

Modalidades de Investimentos	PrevMais Benef. Risco Posição em 31/12/2010		PrevMais Benef. Risco Posição em 31/12/2011	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
<b>Segmento Renda Fixa</b>	<b>100,00%</b>	<b>153.958.111,47</b>	<b>100,00%</b>	<b>204.999.997,84</b>
<b>Gestão Indireta</b>	<b>76,18%</b>	<b>117.279.685,02</b>	<b>84,30%</b>	<b>172.824.771,88</b>
Fundos de Investimento - Tradicionais	71,34%	109.830.338,28	81,32%	166.706.027,52
Fundos de Investimento - Multimercados	4,11%	6.335.357,68	0,00%	-
Fundos de Investimento - FIDCs	0,72%	1.113.989,06	2,98%	6.118.744,36
<b>Gestão Direta</b>	<b>23,82%</b>	<b>36.678.426,45</b>	<b>15,70%</b>	<b>32.175.225,96</b>
Títulos Públicos Federais - Inflação - IGP-M				
Títulos Públicos Federais - Inflação - IPCA				
Títulos Públicos Federais - Inflação - Mercado				
Títulos Privados - DPGEs	5,85%	9.008.209,76	3,17%	6.496.157,64
Títulos Privados - Selic/CDI	17,97%	27.670.216,69	12,53%	25.679.068,32
Títulos Privados - Inflação				
<b>Segmento Renda Variável</b>				
Ações em Mercado - Carteira Própria				
Ações em Mercado - Fundos de Ações				
<b>Segmento Invest. Estruturado</b>				
Fundos de Investimento - Multimercados				
Fundos de Investimento em Participações				
Fundos de Investimento Imobiliários				
<b>Segmento Imobiliário</b>				
Imóveis + Fundos Imobiliários				
<b>Segmento de Empréstimo</b>				
Empréstimos a Participantes - PrevMais				
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00%</b>	<b>153.958.111,47</b>	<b>100,00%</b>	<b>204.999.997,84</b>
<b>Varição Norminal no Período</b>				<b>33,15%</b>

#### d. Comparativo de Alocações – Regulamento Complementar nº 1 – Plano B

Modalidades de Investimentos	Regulamento Complementar nr. 1 Plano B Posição em 31/12/2010		Regulamento Complementar nr. 1 Plano B Posição em 31/12/2011	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
<b>Segmento Renda Fixa</b>	<b>100,00%</b>	<b>15.905.669,35</b>	<b>100,00%</b>	<b>18.103.039,14</b>
<b>Gestão Indireta</b>	<b>44,37%</b>	<b>7.057.226,88</b>	<b>54,35%</b>	<b>9.838.250,81</b>
Fundos de Investimento - Tradicionais	38,14%	6.066.244,63	54,35%	9.838.250,81
Fundos de Investimento - Multimercados	6,23%	990.982,25	0,00%	-
Fundos de Investimento - FIDCs		-		-
<b>Gestão Direta</b>	<b>55,63%</b>	<b>8.848.442,47</b>	<b>45,65%</b>	<b>8.264.788,33</b>
Títulos Públicos Federais - Inflação - IGP-M				
Títulos Públicos Federais - Inflação - IPCA				
Títulos Públicos Federais - Inflação - Mercado				
Títulos Privados - DPGEs	14,19%	2.256.587,75	14,30%	2.589.449,51
Títulos Privados - Selic/CDI	41,44%	6.591.854,72	31,35%	5.675.338,82
Títulos Privados - Inflação				
<hr/>				
<b>Segmento Renda Variável</b>				
Ações em Mercado - Carteira Própria				
Ações em Mercado - Fundos de Ações				
<hr/>				
<b>Segmento Invest. Estruturado</b>				
Fundos de Investimento - Multimercados				
Fundos de Investimento em Participações				
Fundos de Investimento Imobiliários				
<hr/>				
<b>Segmento Imobiliário</b>				
Imóveis para Renda				
<hr/>				
<b>Segmento de Empréstimo</b>				
Empréstimos a Participantes - BD				
<hr/>				
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00%</b>	<b>15.905.669,35</b>	<b>100,00%</b>	<b>18.103.039,14</b>
<b>Variação Norminal no Período</b>				<b>13,82%</b>

## e. Comparativo de Alocações – Regulamento Complementar nº 2 – Plano A

Modalidades de Investimentos	Regulamento Complementar nr. 2 Plano A		Regulamento Complementar nr. 2 Plano A	
	Posição em 31/12/2010		Posição em 31/12/2011	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
<b>Segmento Renda Fixa</b>	<b>100,00%</b>	<b>15.354.582,91</b>	<b>100,00%</b>	<b>16.463.107,53</b>
<b>Gestão Indireta</b>	<b>49,75%</b>	<b>7.638.999,56</b>	<b>54,83%</b>	<b>9.026.243,51</b>
Fundos de Investimento - Tradicionais	48,35%	7.424.211,99	54,83%	9.026.243,51
Fundos de Investimento - Multimercados	1,40%	214.787,57	0,00%	-
Fundos de Investimento - FIDCs		-		-
<b>Gestão Direta</b>	<b>50,25%</b>	<b>7.715.583,35</b>	<b>45,17%</b>	<b>7.436.864,02</b>
Títulos Públicos Federais - Inflação - IGP-M				
Títulos Públicos Federais - Inflação - IPCA				
Títulos Públicos Federais - Inflação - Mercado				
Títulos Privados - DPGEs	14,70%	2.256.587,75	15,73%	2.589.449,51
Títulos Privados - Selic/CDI	35,55%	5.458.995,60	29,44%	4.847.414,51
Títulos Privados - Inflação				
<b>Segmento Renda Variável</b>				
Ações em Mercado - Carteira Própria				
Ações em Mercado - Fundos de Ações				
<b>Segmento Invest. Estruturado</b>				
Fundos de Investimento - Multimercados				
Fundos de Investimento em Participações				
Fundos de Investimento Imobiliários				
<b>Segmento Imobiliário</b>				
Imóveis para Renda				
<b>Segmento de Empréstimo</b>				
Empréstimos a Participantes - BD				
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00%</b>	<b>15.354.582,91</b>	<b>100,00%</b>	<b>16.463.107,53</b>
<b>Varição Norminal no Período</b>				<b>7,22%</b>

## f. Comparativo de Alocações – Fundo Assistencial – FEAS

Modalidades de Investimentos	Programa Assistencial Posição em 31/12/2010		Programa Assistencial Posição em 31/12/2011	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
<b>Segmento Renda Fixa</b>	<b>93,04%</b>	<b>288.957.369,41</b>	<b>93,07%</b>	<b>302.283.513,19</b>
<b>Gestão Indireta</b>	<b>55,69%</b>	<b>172.972.742,62</b>	<b>59,16%</b>	<b>192.142.124,02</b>
Fundos de Investimento - Tradicionais	49,45%	153.569.571,37	50,55%	164.201.542,60
Fundos de Investimento - Multimercados	6,25%	19.403.171,25	5,89%	19.126.693,26
Fundos de Investimento - FIDCs	0,00%	-	2,71%	8.813.888,16
<b>Gestão Direta</b>	<b>37,34%</b>	<b>115.984.626,79</b>	<b>33,91%</b>	<b>110.141.389,17</b>
Títulos Públicos Federais - Inflação - IGP-M				
Títulos Públicos Federais - Inflação - IPCA				
Títulos Públicos Federais - Inflação - Mercado				
Títulos Privados - DPGEs	14,30%	44.412.232,64	15,02%	48.798.448,68
Títulos Privados - Selic/CDI	16,88%	52.413.453,18	12,11%	39.330.286,93
Títulos Privados - Inflação	6,17%	19.158.940,97	6,78%	22.012.653,56
<b>Segmento Renda Variável</b>	<b>6,57%</b>	<b>20.405.260,93</b>	<b>5,56%</b>	<b>18.059.813,48</b>
Ações em Mercado - Carteira Própria				
Ações em Mercado - Fundos de Ações	6,57%	20.405.260,93	5,56%	18.059.813,48
<b>Segmento Invest. Estruturado</b>	<b>0,39%</b>	<b>1.214.591,27</b>	<b>1,37%</b>	<b>4.454.891,17</b>
Fundos de Investimento - Multimercados				
Fundos de Investimento em Participações	0,39%	1.214.591,27	1,37%	4.454.891,17
Fundos de Investimento Imobiliários				
<b>Segmento Imobiliário</b>				
Imóveis para Renda				
<b>Segmento de Empréstimo</b>				
Empréstimos a Participantes - BD				
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00%</b>	<b>310.577.221,61</b>	<b>100,00%</b>	<b>324.798.217,84</b>
<b>Variação Norminal no Período</b>				<b>4,58%</b>

## g. Comparativo de Alocações – Programa Administrativo Previdencial

Modalidades de Investimentos	Administrativo Previdencial Posição em 31/12/2010		Administrativo Previdencial Posição em 31/12/2011	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
<b>Segmento Renda Fixa</b>	<b>100,00%</b>	<b>19.216.813,83</b>	<b>100,00%</b>	<b>20.754.458,70</b>
<b>Gestão Indireta</b>	<b>81,05%</b>	<b>15.575.932,15</b>	<b>83,18%</b>	<b>17.263.791,85</b>
Fundos de Investimento - Tradicionais	77,97%	14.982.626,37	79,98%	16.599.921,83
Fundos de Investimento - Multimercados	3,09%	593.305,78	3,20%	663.870,02
Fundos de Investimento - FIDCs		-		-
<b>Gestão Direta</b>	<b>18,95%</b>	<b>3.640.881,68</b>	<b>16,82%</b>	<b>3.490.666,85</b>
Títulos Públicos Federais - Inflação - IGP-M				
Títulos Públicos Federais - Inflação - IPCA				
Títulos Públicos Federais - Inflação - Mercado				
Títulos Privados - DPGEs				
Títulos Privados - Selic/CDI	18,95%	3.640.881,68	16,82%	3.490.666,85
Títulos Privados - Inflação				
<b>Segmento Renda Variável</b>				
Ações em Mercado - Carteira Própria				
Ações em Mercado - Fundos de Ações				
<b>Segmento Invest. Estruturado</b>				
Fundos de Investimento - Multimercados				
Fundos de Investimento em Participações				
Fundos de Investimento Imobiliários				
<b>Segmento Imobiliário</b>				
Imóveis + Fundos Imobiliários				
<b>Segmento de Empréstimo</b>				
Empréstimos a Participantes - PrevMais				
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00%</b>	<b>19.216.813,83</b>	<b>100,00%</b>	<b>20.754.458,70</b>
<b>Variação Norminal no Período</b>				<b>8,00%</b>

## h. Comparativo de Alocações – Programa Administrativo Assistencial

Modalidades de Investimentos	Programa Adm. Assist. Posição em 31/12/2010		Programa Adm. Assist. Posição em 31/12/2011	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
<b>Segmento Renda Fixa</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.674.110,67</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.517.165,02</b>
<b>Gestão Indireta</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.674.110,67</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.517.165,02</b>
Fundos de Investimento - Tradicionais	100,00%	1.674.110,67	100,00%	4.517.165,02
Fundos de Investimento - Multimercados				
Fundos de Investimento - FIDCs				
<b>Gestão Direta</b>				
Títulos Públicos Federais - Inflação - IGP-M				
Títulos Públicos Federais - Inflação - IPCA				
Títulos Públicos Federais - Inflação - Mercado				
Títulos Privados - DPGEs				
Títulos Privados - Selic/CDI				
Títulos Privados - Inflação				
<b>Segmento Renda Variável</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>
Ações em Mercado - Carteira Própria				
Ações em Mercado - Fundos de Ações				
<b>Segmento Invest. Estruturado</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>
Fundos de Investimento - Multimercados				
Fundos de Investimento em Participações				
Fundos de Investimento Imobiliários				
<b>Segmento Imobiliário</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>
Imóveis + Fundos Imobiliários				
<b>Segmento de Empréstimo</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>
Empréstimos a Participantes - PrevMais				
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.674.110,67</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.517.165,02</b>
<b>Variação Norminal no Período</b>				<b>169,82%</b>

## 9. Aderência da Gestão dos Recursos às Metas Estabelecidas – Previsto X Realizado

Os “Quadros Resumo do Planejamento dos Investimentos” apresentam os resultados auferidos e comparados com a projeção orçamentária de cada plano, com posição em 31/12/2011, permitindo uma análise paralela com a posição de fechamento da mesma data. As tabelas abaixo foram desenvolvidas com

o objetivo de possibilitar uma leitura rápida da distribuição da macroalocação “prevista” e “realizada” dos patrimônios, facilitando a comparação visual dos percentuais de alocação e os respectivos deslocamentos que ficaram dentro dos limites atribuídos na Política de Investimentos para cada segmento.

### a. Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Plano C

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 31/12/2010		POSIÇÃO EM 31/12/2011 PREVISTO		POSIÇÃO EM 31/12/2011 REALIZADO	
	%	PLANO C	ALOCÇÃO OBJETIVO	PLANO C	%	PLANO C
SEGMENTO DE RENDA FIXA	76,67%	2.313.085.858,26	75,39%	2.422.146.241,19	77,68%	2.437.689.531,22
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	18,12%	546.632.352,54	17,23%	553.524.186,41	16,50%	517.676.195,05
SEGMENTO INVEST. ESTRUTURADOS	2,33%	70.203.745,36	4,56%	146.422.359,03	2,63%	82.446.863,74
SEGMENTO DE IMÓVEIS	0,60%	18.071.321,49	0,56%	18.042.207,99	1,00%	31.313.869,34
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS	2,29%	69.096.352,01	2,26%	72.606.099,86	2,20%	69.183.664,21
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.017.089.629,66</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.212.741.094,47</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.138.310.123,56</b>
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>						
Fundo Contingencial		1.001.947,79		1.061.407,28		1.019.875,20
Depósitos Judiciais + Conta Movimento		18.383.153,67		19.474.081,67		27.286.535,65
Contas a Receber		817.839,80		39.171,45		341.040,49
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>3.037.292.570,92</b>		<b>3.233.315.754,87</b>		<b>3.166.957.574,90</b>

### b. Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – PrevMais (Renda Programada e Risco)

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 31/12/2010		POSIÇÃO EM 31/12/2011 PREVISTO		POSIÇÃO EM 31/12/2011 REALIZADO	
	%	PREVMAIS	ALOCÇÃO OBJETIVO	PREVMAIS	%	PREVMAIS
SEGMENTO DE RENDA FIXA	96,78%	439.926.946,87	95,50%	603.713.130,07	95,08%	572.082.728,79
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	2,68%	12.200.773,31	3,69%	23.310.312,97	2,63%	15.822.520,01
SEGMENTO INVEST. ESTRUTURADOS						
SEGMENTO DE IMÓVEIS						
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS	0,54%	2.455.488,12	0,81%	5.119.737,24	2,29%	13.787.289,04
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>100,00%</b>	<b>454.583.208,30</b>	<b>100,00%</b>	<b>632.143.180,28</b>	<b>100,00%</b>	<b>601.692.537,84</b>
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>						
Fundo Contingencial		11.314,41		11.985,85		54.055,52
Depósitos Judiciais + Conta Movimento		593,12		628,32		852,90
Contas a Receber						
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>454.595.115,83</b>		<b>632.155.794,45</b>		<b>601.747.446,26</b>

### c. Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Plano B

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 31/12/2010		POSIÇÃO EM 31/12/2011 PREVISTO		POSIÇÃO EM 31/12/2011 REALIZADO	
	%	PLANO B	ALOCÇÃO OBJETIVO	PLANO B	%	PLANO B
SEGMENTO DE RENDA FIXA	100,00%	15.905.669,35	100,00%	18.059.085,40	100,00%	18.103.039,14
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL						
SEGMENTO INVEST. ESTRUTURADOS						
SEGMENTO DE IMÓVEIS						
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS						
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>100,00%</b>	<b>15.905.669,35</b>	<b>100,00%</b>	<b>18.059.085,40</b>	<b>100,00%</b>	<b>18.103.039,14</b>
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>						
Fundo Contingencial						
Depósitos Judiciais + Conta Movimento		5.187.720,28		5.495.579,83		6.692.262,33
Contas a Receber						
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>21.093.389,63</b>		<b>23.554.665,23</b>		<b>24.795.301,47</b>

### d. Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Plano A

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 31/12/2010		POSIÇÃO EM 31/12/2011 PREVISTO		POSIÇÃO EM 31/12/2011 REALIZADO	
	%	PLANO A	ALOCÇÃO OBJETIVO	PLANO A	%	PLANO A
SEGMENTO DE RENDA FIXA	100,00%	15.354.582,91	100,00%	17.348.094,87	100,00%	16.463.107,53
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL						
SEGMENTO INVEST. ESTRUTURADOS						
SEGMENTO DE IMÓVEIS						
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS						
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>100,00%</b>	<b>15.354.582,91</b>	<b>100,00%</b>	<b>17.348.094,87</b>	<b>100,00%</b>	<b>16.463.107,53</b>
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>						
Fundo Contingencial		-		-		-
Depósitos Judiciais + Conta Movimento		2.571.674,99		2.724.288,21		3.311.274,87
Contas a Receber		-		-		-
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>17.926.257,90</b>		<b>20.072.383,08</b>		<b>19.774.382,40</b>

### e. Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – FEAS

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 31/12/2010		POSIÇÃO EM 31/12/2011 PREVISTO		POSIÇÃO EM 31/12/2011 REALIZADO	
	%	FEAS	ALOCÇÃO OBJETIVO	FEAS	%	FEAS
SEGMENTO DE RENDA FIXA	93,04%	288.957.369,41	78,93%	267.079.442,86	93,07%	302.283.513,19
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	6,57%	20.405.260,93	14,91%	50.469.117,92	5,56%	18.059.813,48
SEGMENTO INVEST. ESTRUTURADOS	0,39%	1.214.591,27	6,16%	20.831.824,94	1,37%	4.454.891,17
SEGMENTO DE IMÓVEIS						
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS						
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>100,00%</b>	<b>310.577.221,61</b>	<b>100,00%</b>	<b>338.380.385,72</b>	<b>100,00%</b>	<b>324.798.217,84</b>
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>						
Fundo Contingencial		-		-		-
Depósitos Judiciais + Conta Movimento		135.911.773,71		143.977.308,20		147.118.206,55
Contas a Receber		-		-		-
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>446.488.995,32</b>		<b>482.357.693,92</b>		<b>471.916.424,39</b>

## f. Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Adm. Previdencial

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 31/12/2010		POSIÇÃO EM 31/12/2011 PREVISTO		POSIÇÃO EM 31/12/2011 REALIZADO	
	%	ADMINISTRATIVO PREVIDENCIAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	ADMINISTRATIVO PREVIDENCIAL	%	ADMINISTRATIVO PREVIDENCIAL
SEGMENTO DE RENDA FIXA	100,00%	19.216.813,83	100,00%	21.429.444,25	100,00%	20.754.458,70
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL						
SEGMENTO INVEST. ESTRUTURADOS						
SEGMENTO DE IMÓVEIS						
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS						
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>100,00%</b>	<b>19.216.813,83</b>	<b>100,00%</b>	<b>21.429.444,25</b>	<b>100,00%</b>	<b>20.754.458,70</b>
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>						
Fundo Contingencial		-		-		-
Depósitos Judiciais + Conta Movimento		12.133.305,00		13.706.227,93		14.389.975,35
Contas a Receber		1.262.883,72		1.291.298,61		267.222,90
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>32.613.002,55</b>		<b>36.426.970,78</b>		<b>35.411.656,95</b>

## g. Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Adm. Assistencial

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO EM 31/12/2010		POSIÇÃO EM 31/12/2011 PREVISTO		POSIÇÃO EM 31/12/2011 REALIZADO	
	%	ADMINISTRATIVO ASSISTENCIAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	ADMINISTRATIVO ASSISTENCIAL	%	ADMINISTRATIVO ASSISTENCIAL
SEGMENTO DE RENDA FIXA	100,00%	1.674.110,67	100,00%	4.298.978,26	100,00%	4.517.165,02
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL						
SEGMENTO INVEST. ESTRUTURADOS						
SEGMENTO DE IMÓVEIS						
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS						
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.674.110,67</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.298.978,26</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.517.165,02</b>
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>						
Fundo Contingencial		-		-		-
Depósitos Judiciais + Conta Movimento		63.376,94		67.137,97		3.093,78
Contas a Receber		-		-		-
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.737.487,61</b>		<b>4.366.116,23</b>		<b>4.520.258,80</b>

## 10. Listagem dos Investimentos

Demonstra-se, a seguir, a listagem dos investimentos segregados por plano sob a gestão do Instituto e os respectivos valores registrados em cada uma das modalidades em 31/12/2011.

### a. Listagem dos Investimentos – Plano C

<b>Seção I - Fundos de Investimento - Renda Fixa - Gestão Indireta</b>		<b>102.050.360,39</b>	<b>3,22%</b>
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Institucional FI RF	26.095.990,32	0,82%
Sul América Investimentos DTVM S.A.	SulAmérica Excellence FI RF CP	22.734.985,21	0,72%
BRZ Investimentos Ltda	BRZ Multi Recebíveis CP FIC de FIM	18.497.878,85	0,58%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Citibank FI RF ECO	11.018.310,98	0,35%
Petra Investimentos	FIDC Multisetorial Red Factor LP	8.488.822,66	0,27%
XP Gestão de Recursos Ltda	FIDC CPMG	6.092.635,77	0,19%
Daycoval Asset Management	FIDC Daycoval Veículos II	5.169.752,97	0,16%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Emissões Primárias II FI RF CP	2.711.592,94	0,09%
Daycoval Asset Management	FIDC Daycoval Veículos I	866.413,83	0,03%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Capital Markets FI RF CP	373.976,86	0,01%

<b>Seção II - Fundos de Investimento - Renda Variável - Gestão Indireta</b>		<b>416.515.909,55</b>	<b>13,15%</b>
Schroder Investment Management Brasil DTVM S.A.	Schroder Eco Plus FIA	166.941.984,69	5,27%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Bradesco FIA Dividendos	45.235.637,92	1,43%
BNY Mellon ARX Investimentos Ltda	BNY Mellon ARX Income FIA	37.165.057,32	1,17%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Bradesco FIA Small Cap	30.860.028,27	0,97%
Guepardo Investimentos Ltda	Guepardo Ações Institucional FIA	25.789.792,34	0,81%
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda	Fator Sinergia IV FIA	23.412.813,96	0,74%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Institucional Dividendos FIA	23.359.504,20	0,74%
Mercatto Gestão de Recursos Ltda	Mercatto GF FIA	14.969.224,46	0,47%
Quest Investimentos Ltda	Quest Ações Institucional FIC de FIA	12.131.344,27	0,38%
M Square Investimentos Ltda	M Square Pipe FIA	10.674.338,90	0,34%
Opus Gestão de Recursos LTDA	Opus Ações FIA	9.812.873,83	0,31%
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda	Fator Sinergia III FIA	8.544.955,56	0,27%
Sul América Investimentos DTVM S.A.	Sul América Expertise FIA	7.618.353,83	0,24%

<b>Seção III - Títulos Privados sob Gestão Direta</b>		<b>260.171.327,92</b>	<b>8,22%</b>
Banco Bradesco	Títulos Privados - Inflação	72.067.205,67	2,28%
Bndespar	Títulos Privados - Selic / CDI / Inflação	25.182.542,18	0,80%
Banco Votorantim	Títulos Privados - Inflação	24.737.066,60	0,78%
BIC Banco	Títulos Privados - Selic / CDI	24.051.371,02	0,76%
Petrobras	Títulos Privados - Inflação	17.846.021,59	0,56%
Banco Fator	Títulos Privados - Selic / CDI	16.619.449,21	0,52%
Banco Industrial	Títulos Privados - Selic / CDI	13.554.738,29	0,43%
Banco Votorantim	Títulos Privados - Selic / CDI	7.778.219,35	0,25%
Banco Panamericano	Títulos Privados - DPGes Inflação	7.495.379,42	0,24%
BIC Banco	Títulos Privados - DPGes Inflação	7.491.831,37	0,24%
Banco Fibra	Títulos Privados - DPGes Inflação	7.461.781,02	0,24%
Banco Schaim	Títulos Privados - DPGes Inflação	6.782.306,02	0,21%
Banco Cruzeiro do Sul	Títulos Privados - DPGes Inflação	6.780.469,19	0,21%
Banco Rural	Títulos Privados - DPGes Inflação	6.760.240,92	0,21%
Banco BVA	Títulos Privados - DPGes Selic	5.189.758,84	0,16%
Banco Bonsucesso	Títulos Privados - DPGes Selic	5.188.899,94	0,16%
Banco Banif	Títulos Privados - DPGes Inflação	5.184.047,29	0,16%

<b>Seção IV - Títulos Públicos sob Gestão Direta</b>		<b>2.075.467.842,91</b>	<b>65,54%</b>
Tesouro Nacional	NTN-C - até o vencimento	1.540.353.808,88	48,64%
Tesouro Nacional	NTN-C - para negociação	386.584.857,65	12,21%
Tesouro Nacional	NTN-B - até o vencimento	126.684.085,73	4,00%
Tesouro Nacional	NTN-B - para negociação	21.845.090,65	0,69%

<b>Seção V - Ações em Mercado sob Gestão Direta</b>		<b>101.160.285,50</b>	<b>3,19%</b>
VALE DO RIO DOCE	PNA	20.891.768,00	0,66%
AMBEV	PN	18.802.004,80	0,59%
PETROBRAS	PN	13.037.058,93	0,41%
BRADESCO	PN	9.749.103,00	0,31%
PETROBRAS	ON	7.907.170,00	0,25%
ITUB - ITAU UNIBANCO	PN	5.421.405,00	0,17%
GEMIG	PN	5.389.473,84	0,17%
CIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	ON	4.589.928,00	0,14%
BANCO DO BRASIL S/A.	ON	3.372.510,00	0,11%
ELETROBRAS	PNB	3.133.395,00	0,10%
ITAUSA	PN	2.438.273,52	0,08%
FIBRIA CELULOSE S/A.	ON	1.898.705,91	0,06%
GERDAU	PN	1.423.900,00	0,04%
METALURGICA GERDAU	PN	1.414.890,00	0,04%
USIMINAS	PNA	918.067,50	0,03%
EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S/A	ON	772.632,00	0,02%

<b>Seção VI - Fundos de Investimento Estruturados</b>		<b>82.446.863,74</b>	<b>2,60%</b>
GAP Gestora de Recursos Ltda	Singular ECO FIC DE FIM	35.631.739,50	1,13%
GG Investimentos	FIP Governança e Gestão II	12.882.947,88	0,41%
Neo Gestão de Recursos LTDA	Capital Mezanino FIP	10.152.584,17	0,32%
Coin DTVM Ltda.	FII Progeto Agua Branca	6.563.512,24	0,21%
Pátria Investimentos S.A.	Pátria Real Estate II Private FIC de FIP	4.205.919,97	0,13%
Neo Gestão de Recursos LTDA	Capital Mezanino Privado I FIP	3.622.215,52	0,11%
Neo Gestão de Recursos LTDA	Neo Capital Mezanino FIP	3.063.228,50	0,10%
Rio Bravo Investimentos S.A. DTVM	FII Centro Têxtil Internacional	2.705.607,68	0,09%
TCG Gestor Ltda	Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas FIP	2.662.438,34	0,08%
P2 Gestão de Recursos LTDA	P2 Brasil Infraestrutura FIC de FIP	956.669,94	0,03%

<b>Seção VII - Imóveis</b>		<b>31.313.869,34</b>	<b>0,99%</b>
Imóveis	Imóveis para Renda	31.313.869,34	0,99%

<b>Seção VIII - Empréstimos</b>		<b>69.183.664,21</b>	<b>2,18%</b>
Empréstimos	Recursos concedidos	69.183.664,21	2,18%

<b>Seção IX - Outros Recursos</b>		<b>28.647.451,34</b>	<b>0,90%</b>
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	25.238.314,50	0,80%
Depósito Judicial - Ambev	-	2.048.221,15	0,06%
Contas a Receber	-	341.040,49	0,01%
Fundo Contingencial	-	1.019.875,20	0,03%

<b>Total dos Recursos</b>		<b>3.166.957.574,90</b>	<b>100,00%</b>
---------------------------	--	-------------------------	----------------

**b. Listagem dos Investimentos – PrevMais – Renda Programada**

<b>Seção I - Fundos de Investimento - Gestão Indireta</b>		<b>284.623.063,19</b>	<b>71,74%</b>
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Institucional FI RF	92.019.224,93	23,19%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Citibank FI RF ECO	56.233.896,23	14,17%
Sul América Investimentos DTVM S.A.	SulAmérica Excellence FI RF CP	50.393.922,03	12,70%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Capital Markets FI RF CP	48.166.227,35	12,14%
Daycoval Asset Management	FIDC Daycoval Veículos II	10.339.505,94	2,61%
Votorantim Asset Management DTVM Ltda	FIDC BV Financeira IV	7.205.941,45	1,82%
Ideal Invest S.A	FIDC Crédito Universitário 6ª série	5.318.327,06	1,34%
Ideal Invest S.A	FIDC Crédito Universitário 7ª série	5.002.440,92	1,26%
XP Gestão de Recursos Ltda	FIDC CPMG	4.569.476,83	1,15%
Petra Investimentos	FIDC Multisetorial Red Factor LP	3.183.308,50	0,80%
Daycoval Asset Management	FIDC Daycoval Veículos I	1.237.734,04	0,31%
Intrag DTVM S.A.	FIDC Energisa	838.945,03	0,21%
BRZ Investimentos Ltda	BRZ Multi Recebíveis CP FIC de FIM	114.112,88	0,03%
<b>Seção II - Fundos de Investimento - Renda Variável - Gestão Indireta</b>		<b>15.822.520,01</b>	<b>3,99%</b>
Opus Gestão de Recursos LTDA	Opus Ações FIA	4.478.605,31	1,13%
Schroder Investment Management Brasil DTVM S.A.	Schroder Eco Plus FIA	5.620.114,90	1,42%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Institucional Dividendos FIA	3.244.267,54	0,82%
Quest Investimentos Ltda	Quest Ações Institucional FIC de FIA	2.479.532,26	0,62%
<b>Seção III - Títulos Privados sob Gestão Direta</b>		<b>82.459.667,76</b>	<b>20,78%</b>
Banco Itaú	Títulos Privados - Selic / CDI	15.279.991,44	3,85%
Banco Industrial	Títulos Privados - Selic / CDI	9.128.817,62	2,30%
Banco Votorantim	Títulos Privados - Inflação	8.245.688,87	2,08%
Banco Fibra	Títulos Privados - Selic / CDI	6.182.730,94	1,56%
Banco Pine	Títulos Privados - Selic / CDI	6.159.128,64	1,55%
BIC Banco	Títulos Privados - Selic / CDI	6.159.128,64	1,55%
Banco Schaim	Títulos Privados - DPGEs Selic	5.430.448,75	1,37%
Banco Rural	Títulos Privados - DPGEs Selic	5.394.698,71	1,36%
Banco BVA	Títulos Privados - DPGEs Selic	5.175.058,62	1,30%
Banco Daycoval	Títulos Privados - Selic / CDI	5.140.627,40	1,30%
Banco Bradesco	Títulos Privados - Selic / CDI	3.863.881,50	0,97%
Bndespar	Títulos Privados - Selic / CDI	3.188.178,89	0,80%
Banco Votorantim	Títulos Privados - Selic / CDI	3.111.287,74	0,78%
<b>Seção IV - Empréstimos</b>		<b>13.787.289,04</b>	<b>3,48%</b>
Empréstimos	Recursos concedidos	13.787.289,04	3,48%
<b>Seção V - Outros Recursos</b>		<b>54.260,11</b>	<b>0,01%</b>
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	204,59	0,00%
Fundo Contingencial		54.055,52	0,01%
<b>Total dos Recursos</b>		<b>396.746.800,11</b>	<b>100,00%</b>

### c. Listagem dos Investimentos – PrevMais – Risco

<b>Seção I - Fundos de Investimento - Gestão Indireta</b>		<b>172.824.771,88</b>	<b>84,30%</b>
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Institucional FI RF	97.829.383,13	47,72%
Sul América Investimentos DTVM S.A.	SulAmérica Excellence FI RF CP	33.031.540,98	16,11%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Citibank FI RF ECO	19.104.836,62	9,32%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Capital Markets FI RF CP	12.422.090,53	6,06%
BRZ Investimentos Ltda	BRZ Multi Recebíveis CP FIC de FIM	4.318.176,26	2,11%
Votorantim Asset Management DTVM Ltda	FIDC BV Financeira IV	3.088.260,62	1,51%
Ideal Invest S.A	FIDC Crédito Universitário 6ª série	2.659.163,53	1,30%
Daycoval Asset Management	FIDC Daycoval Veículos I	371.320,21	0,18%
<b>Seção II - Títulos Privados sob Gestão Direta</b>		<b>32.175.225,96</b>	<b>15,70%</b>
Banco Daycoval	Títulos Privados - Selic / CDI	8.071.347,71	3,94%
BIC Banco	Títulos Privados - Selic / CDI	7.724.801,02	3,77%
Banco Industrial	Títulos Privados - Selic / CDI	4.946.184,76	2,41%
Banco Fator	Títulos Privados - Selic / CDI	4.936.734,83	2,41%
Banco Schaim	Títulos Privados - DPGes Selic	3.258.269,25	1,59%
Banco Cruzeiro do Sul	Títulos Privados - DPGes Selic	3.237.888,39	1,58%
<b>Seção III - Outros Recursos</b>		<b>648,31</b>	<b>0,00%</b>
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	648,31	0,00%
<b>Total dos Recursos</b>		<b>205.000.646,15</b>	<b>100,00%</b>

### d. Listagem dos Investimentos – Plano B

<b>Seção I - Fundos de Investimento - Gestão Indireta</b>		<b>9.838.250,81</b>	<b>39,68%</b>
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Capital Markets FI RF CP	3.211.887,90	12,95%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Citibank FI RF ECO	2.455.223,28	9,90%
Sul América Investimentos DTVM S.A.	SulAmérica Excellence FI RF CP	2.185.556,92	8,81%
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Institucional FI RF	1.782.213,25	7,19%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Emissões Primárias II FI RF CP	203.369,46	0,82%
<b>Seção II - Títulos Privados sob Gestão Direta</b>		<b>8.264.788,33</b>	<b>33,33%</b>
BIC Banco	Títulos Privados - Selic / CDI	1.967.119,13	7,93%
Banco ABC Brasil	Títulos Privados - Selic / CDI	1.953.157,17	7,88%
Banco Industrial	Títulos Privados - Selic / CDI	1.755.062,52	7,08%
Banco Panamericano	Títulos Privados - DPGes Inflação	864.851,47	3,49%
BIC Banco	Títulos Privados - DPGes Inflação	863.623,31	3,48%
Banco Fibra	Títulos Privados - DPGes Inflação	860.974,73	3,47%
<b>Seção III - Outros Recursos</b>		<b>6.692.262,33</b>	<b>26,99%</b>
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	6.692.262,33	26,99%
<b>Total dos Recursos</b>		<b>24.795.301,47</b>	<b>100,00%</b>

## e. Listagem dos Investimentos – Plano A

<b>Seção I - Fundos de Investimento - Gestão Indireta</b>		<b>9.026.243,51</b>	<b>45,65%</b>
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Institucional FI RF	3.021.467,49	15,28%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Capital Markets FI RF CP	2.343.530,04	11,85%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Citibank FI RF ECO	2.262.203,84	11,44%
Sul América Investimentos DTVM S.A.	SulAmérica Excellence FI RF CP	1.195.672,67	6,05%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Emissões Primárias II FI	203.369,47	1,03%
<b>Seção II - Títulos Privados sob Gestão Direta</b>		<b>7.436.864,02</b>	<b>37,61%</b>
BIC Banco	Títulos Privados - Selic / CDI	2.026.732,47	10,25%
Banco ABC Brasil	Títulos Privados - Selic / CDI	1.241.822,15	6,28%
Banco Panamericano	Títulos Privados - DPGEs Inflação	864.851,47	4,37%
BIC Banco	Títulos Privados - DPGEs Inflação	863.623,31	4,37%
Banco Fibra	Títulos Privados - DPGEs Inflação	860.974,73	4,35%
Banco Industrial	Títulos Privados - Selic / CDI	790.563,73	4,00%
Banco Fator	Títulos Privados - Selic / CDI	788.296,16	3,99%
<b>Seção III - Outros Recursos</b>		<b>3.311.274,87</b>	<b>16,75%</b>
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	3.311.274,87	16,75%
<b>Total dos Recursos</b>		<b>19.774.382,40</b>	<b>100,00%</b>

## f. Listagem dos Investimentos – Programa Assistencial – FEAS

<b>Seção I - Fundos de Investimento - Gestão Indireta</b>		<b>192.142.124,02</b>	<b>40,72%</b>
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Institucional FI RF	52.928.454,28	11,22%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Citibank FI RF ECO	42.261.682,86	8,96%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Capital Markets FI RF CP	35.579.066,22	7,54%
Daycoval Asset Management	FIDC Daycoval Veículos I	19.126.693,26	4,05%
Sul América Investimentos DTVM S.A.	SulAmérica Excellence FI RF CP	19.105.504,24	4,05%
BRZ Investimentos Ltda	BRZ Multi Recebíveis CP FIC de FIM	11.615.242,06	2,46%
XP Gestão de Recursos Ltda	FIDC CPMG	4.569.476,83	0,97%
Petra Investimentos	FIDC Multisetorial Red Factor LP	4.244.411,33	0,90%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Emissões Primárias II FI RF CP	2.711.592,94	0,57%
<b>Seção II - Títulos Privados sob Gestão Direta</b>		<b>110.141.389,17</b>	<b>23,34%</b>
Banco BMG	Títulos Privados - DPGEs Selic/Inflação	15.771.441,47	3,34%
Banco Bradesco	Títulos Privados - Inflação	13.766.964,69	2,92%
Banco Fator	Títulos Privados - Selic / CDI	9.413.792,65	1,99%
Banco Daycoval	Títulos Privados - Selic / CDI	9.378.304,99	1,99%
Banco Votorantim	Títulos Privados - Inflação	8.245.688,87	1,75%
BIC Banco	Títulos Privados - Selic / CDI	8.196.329,71	1,74%
Banco Panamericano	Títulos Privados - DPGEs Inflação	7.495.379,42	1,59%
BIC Banco	Títulos Privados - DPGEs Inflação	7.491.831,37	1,59%
Banco Fibra	Títulos Privados - DPGEs Inflação	7.461.781,02	1,58%
Banco Fibra	Títulos Privados - Selic / CDI	6.182.730,94	1,31%
Banco Pine	Títulos Privados - Selic / CDI	6.159.128,64	1,31%
Banco Cruzeiro do Sul	Títulos Privados - DPGEs Inflação	5.381.324,76	1,14%
Banco BVA	Títulos Privados - DPGEs Selic	5.196.690,64	1,10%

<b>Seção III - Fundos de Investimento - Renda Variável - Gestão Indireta</b>		<b>18.059.813,48</b>	<b>3,83%</b>
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda	Fator Sinergia IV FIA	9.502.540,09	2,01%
Schroder Investment Management Brasil DTVM S.A.	Schroder Eco Plus FIA	8.557.273,39	1,81%

<b>Seção IV - Outros Recursos</b>		<b>147.118.206,55</b>	<b>31,17%</b>
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	147.118.206,55	31,17%

<b>Seção V - Fundos de Investimento Estruturados</b>		<b>4.454.891,17</b>	<b>0,94%</b>
TCG Gestor Ltda	Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas FIP	1.774.958,89	0,38%
Neo Gestão de Recursos LTDA	Neo Capital Mezanino FIP	2.042.152,33	0,43%
P2 Gestão de Recursos LTDA	P2 Brasil Infraestrutura FIC de FIP	637.779,95	0,14%

<b>Total dos Recursos</b>		<b>471.916.424,39</b>	<b>100,00%</b>
---------------------------	--	-----------------------	----------------

### g. Listagem dos Investimentos – Programa Administrativo Previdencial

<b>Seção I - Fundos de Investimento - Gestão Indireta</b>		<b>17.263.791,85</b>	<b>48,75%</b>
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Institucional FI RF	6.494.945,86	18,34%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Citibank FI RF ECO	5.257.519,43	14,85%
Sul América Investimentos DTVM S.A.	SulAmérica Excellence FI RF CP	2.913.303,60	8,23%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Capital Markets FI RF CP	1.934.152,94	5,46%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Institucional Dinâmico FIM	663.870,02	1,87%

<b>Seção II - Títulos Privados sob Gestão Direta</b>		<b>3.490.666,85</b>	<b>9,86%</b>
BIC Banco	Títulos Privados - Selic / CDI	1.676.033,93	4,73%
Banco Pine	Títulos Privados - Selic / CDI	1.212.159,59	3,42%
Banco Industrial	Títulos Privados - Selic / CDI	602.473,33	1,70%

<b>Seção III - Outros Recursos</b>		<b>14.657.198,25</b>	<b>41,39%</b>
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	14.389.975,35	40,64%
Participação Corseg		267.222,90	0,75%

<b>Total dos Recursos</b>		<b>35.411.656,95</b>	<b>100,00%</b>
---------------------------	--	----------------------	----------------

### h. Listagem dos Investimentos – Programa Administrativo Assistencial

<b>Seção I - Fundos de Investimento - Gestão Indireta</b>		<b>4.517.165,02</b>	<b>99,93%</b>
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Capital Markets FI RF CP	2.642.451,64	58,46%
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Institucional FI RF	1.874.713,38	41,47%

<b>Seção II - Outros Recursos</b>		<b>3.093,78</b>	<b>0,07%</b>
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	3.093,78	0,07%

<b>Total dos Recursos</b>		<b>4.520.258,80</b>	<b>100,00%</b>
---------------------------	--	---------------------	----------------

## 11. Retorno dos investimentos do Economus em 2011

O retorno demonstrado abaixo foi apurado por intermédio do cálculo de Taxa Interna de Retorno e os resultados alcançados devem ser comparados com os indicadores de desempenho estabelecidos nas respectivas Políticas de Investimentos dos Planos e Programas, os quais podem ser identificados nas

tabelas a seguir. O resultado indicado neste tópico compreende o desempenho dos recursos dos Planos A, B, C e PrevMais e dos programas assistencial e administrativo, além das contribuições para a performance do Patrimônio Consolidado.

### a. Retorno – Patrimônio Consolidado

Patrimônio Consolidado	1º Semestre de 2011	2º Semestre de 2011	Acumulado no Ano
Retorno Consolidado	5,66%	5,21%	11,41%
Retorno de Renda Fixa	7,19%	7,08%	14,41%
Retorno de Renda Variável	-5,01%	-5,23%	-9,89%
Retorno de Invest. Estruturados	3,94%	5,60%	9,86%
Retorno de Imóveis	83,24%	2,69%	89,58%
Retorno de Empréstimos	8,62%	6,39%	15,55%
<hr/>			
Variação da Taxa Mínima Atuarial	6,77%	5,31%	12,44%
Variação da Taxa SELIC	5,53%	5,77%	11,62%
Variação do índice Ibovespa	-9,96%	-9,05%	-18,11%

Em dezembro de 2011, o total dos ativos administrados pelo Economus estava distribuído entre os segmentos de renda fixa (R\$ 3.371,9 milhões), renda variável (R\$ 551,6 milhões), investimentos estruturados (R\$ 86,9 milhões), imóveis (R\$ 31,3 milhões) e Empréstimos a Participantes (R\$ 82,9 milhões), totalizando R\$ 4.124,6 milhões.

O retorno acumulado do segmento de renda fixa fechou o ano de 2011 em 14,41%, enquanto que o CDI, seu principal comparativo, apresentou variação de 11,59%. No segmento de renda variável o retorno acumulado foi de -9,89% enquanto que o Ibovespa, principal comparativo de renda variável, apresentou variação negativa de 18,11%. Nos demais segmentos -- investimentos estruturados, imóveis e empréstimos a participantes -- o retorno acumulado foi de 9,86%, 89,58% e 15,55%, respectivamente. Destaca-se que o resultado do segmento de imóveis ocorreu devido à reavaliação patrimonial dos imóveis do Economus.

Desta maneira, o resultado consolidado dos segmentos foi de 11,41%. A Taxa Mínima Atuarial (TMA) dos Planos de Benefício Definido, que é composta pela variação do INPC + 6% ao ano, apresentou variação de 12,44% no ano.

Verificamos, portanto, que em 2011 o resultado consolidado dos investimentos ficou ligeiramente abaixo da TMA, em função do comportamento do segmento de renda variável (que encerrou o ano com -9,89%). Ainda assim, se comparado com o Ibovespa, podemos dizer que o resultado foi melhor, ficando 8,22 pontos percentuais acima daquele índice, que apresentou variação negativa de 18,11% no ano. Importante frisar que o retorno acumulado dos investimentos do Economus, distribuídos por segmentos de aplicação, foi superior ao desempenho dos seus respectivos indicadores de mercado.

Os quadros, a seguir, apresentam o resultado dos investimentos segregado por plano:

### b. Retorno – Plano C

Regulamento Geral - Plano C	1º Semestre de 2011	2º Semestre de 2011	Acumulado no Ano
Retorno Consolidado	5,71%	5,09%	11,05%
Variação da Taxa Mínima Atuarial	6,77%	5,31%	12,44%
Variação da Taxa SELIC	5,53%	5,77%	11,62%

O resultado negativo dos investimentos no segmento de renda variável, mesmo sendo superior ao desempenho do Ibovespa, que apresentou queda acentuada de 18,11% no ano, contribuiu para que o resultado consolidado do plano ficasse abaixo da sua

Taxa Mínima Atuarial (INPC + 6% ao ano). A carteira de renda fixa, composta por fundos de investimentos, títulos públicos e títulos privados de baixo risco de crédito, apresentou desempenho de 15,60%, melhor que a TMA do plano

### c. Retorno – PrevMais

Contribuição Variável - Prevmais	1º Semestre de 2011	2º Semestre de 2011	Acumulado no Ano
Retorno Consolidado	5,50%	5,75%	11,58%
Varição da Taxa SELIC	5,53%	5,77%	11,62%
Varição do indicador de Referência CDI	5,52%	5,76%	11,59%

O resultado consolidado dos investimentos do PrevMais ficou ligeiramente abaixo do indicador de referência (CDI), em decorrência do desempenho negativo da renda variável, ainda que o Economus tenha alcançado performance superior ao

Ibovespa, que apresentou queda de 18,11% no ano. Entretanto, o resultado observado nos perfis de investimento foi bastante satisfatório, sendo superior aos dos *benchmarks* atribuídos a cada perfil, conforme verificamos nas tabelas a seguir:

### i. Variação das Quotas do Perfil Conservador

Data	Varição Benchmark	Quantidade de Quotas	Quota Final Mês	Evolução Patrimonial em R\$	Varição Quota	% do CDI
jan/11	0,86%	162.854.191,538895	1,632825232	265.912.433,02	0,92%	107,31%
fev/11	0,84%	164.025.849,805487	1,647595324	270.248.223,19	0,90%	107,38%
mar/11	0,92%	166.476.152,021339	1,663833559	276.988.608,55	0,99%	107,48%
abr/11	0,84%	168.827.492,665071	1,678062915	283.303.154,40	0,86%	102,07%
mai/11	0,99%	171.166.754,457325	1,695547462	290.221.356,10	1,04%	105,73%
jun/11	0,95%	173.445.084,715823	1,712634985	297.048.119,98	1,01%	105,91%
jul/11	0,97%	176.004.718,403760	1,730016574	304.491.079,86	1,01%	105,10%
ago/11	1,07%	177.987.598,436644	1,750228917	311.519.041,70	1,17%	108,94%
set/11	0,94%	179.306.617,914922	1,768068943	317.026.462,46	1,02%	108,24%
out/11	0,88%	181.578.397,919221	1,784896377	324.098.624,63	0,95%	107,85%
nov/11	0,86%	186.452.451,741845	1,801520230	335.897.863,78	0,93%	108,46%
dez/11	0,91%	188.688.050,095488	1,819019379	343.227.219,63	0,97%	107,16%
<b>Acumulado em 2011</b>	<b>11,59%</b>				<b>12,43%</b>	<b>107,21%</b>

O perfil conservador apresentou desempenho de 12,43% em 2011, enquanto seu *benchmark* de mercado, o CDI, teve variação de 11,59%.

### ii. Variação das Quotas do Perfil Moderado

Data	Varição Benchmark	Quantidade de Quotas	Quota Final Mês	Evolução Patrimonial em R\$	Varição Quota	% do Benchmark
jan/11	0,14%	10.477.817,851636	1,200727786	12.581.007,03	0,06%	41,28%
fev/11	0,92%	10.940.897,597405	1,214317038	13.285.718,37	1,13%	123,30%
mar/11	1,06%	11.158.491,513156	1,228654859	13.709.934,81	1,18%	111,37%
abr/11	0,17%	11.444.683,049999	1,234503849	14.128.505,28	0,48%	272,63%
mai/11	0,50%	11.692.621,020620	1,241885276	14.520.893,88	0,60%	118,98%
jun/11	0,30%	12.242.505,889345	1,248692419	15.287.124,30	0,55%	184,56%
jul/11	-0,05%	12.204.257,504164	1,248176384	15.233.066,00	-0,04%	80,70%
ago/11	0,43%	12.394.341,753635	1,254050964	15.543.136,23	0,47%	110,06%
set/11	-0,30%	12.618.516,828974	1,256610838	15.856.565,01	0,20%	-67,93%
out/11	2,46%	12.891.472,279598	1,282611901	16.534.755,77	2,07%	84,04%
nov/11	0,37%	13.256.463,187455	1,285952750	17.047.185,29	0,26%	69,52%
dez/11	0,76%	13.586.497,198715	1,297664221	17.630.711,30	0,91%	119,08%
<b>Acumulado em 2011</b>	<b>6,95%</b>				<b>8,132%</b>	<b>117,04%</b>

O perfil moderado apresentou desempenho de 8,13% em 2011, já o seu *benchmark* de mercado, composto por 85% do CDI e 15% do Ibovespa, apresentou variação de 6,95%.

### iii. Variação das Quotas do Perfil Agressivo

Data	Variação Benchmark	Quantidade de Quotas	Quota Final Mês	Evolução Patrimonial em R\$	Variação Quota	% do Benchmark
jan/11	-0,59%	13.956.805,847455	1,235031997	17.237.101,80	-0,81%	138,25%
fev/11	0,99%	14.260.286,562909	1,251875202	17.852.099,12	1,36%	138,24%
mar/11	1,20%	14.574.492,764380	1,269082403	18.496.232,31	1,37%	114,65%
abr/11	-0,49%	14.780.316,759589	1,270282724	18.775.181,03	0,09%	-19,37%
mai/11	0,02%	15.100.335,349274	1,272136193	19.209.683,13	0,15%	872,93%
jun/11	-0,36%	15.104.203,313938	1,273162245	19.230.101,39	0,08%	-22,49%
jul/11	-1,06%	15.025.832,994499	1,259347154	18.922.740,02	-1,09%	101,97%
ago/11	-0,26%	15.099.800,743392	1,256208935	18.968.504,61	-0,25%	97,09%
set/11	-1,55%	15.400.440,319584	1,248495010	19.227.372,89	-0,61%	39,73%
out/11	4,05%	14.913.798,229209	1,288759695	19.220.302,06	3,23%	79,70%
nov/11	-0,12%	15.558.674,875068	1,283432056	19.968.502,08	-0,41%	353,26%
dez/11	0,61%	15.902.713,209227	1,294336273	20.583.458,54	0,85%	138,38%
<b>Acumulado em 2011</b>	<b>2,36%</b>				<b>3,95%</b>	<b>167,62%</b>

O perfil agressivo apresentou desempenho de 3,95% em 2011, enquanto o seu *benchmark* de mercado, composto por 70% do CDI e 30% do Ibovespa, apresentou variação de 2,36%.

### iv. Variação das Quotas do Perfil Super Agressivo

Data	Variação Benchmark	Quantidade de Quotas	Quota Final Mês	Evolução Patrimonial em R\$	Variação Quota	% do Benchmark
jan/11	-1,31%	9.317.310,166202	1,270129845	11.834.193,72	-1,68%	128,45%
fev/11	1,05%	9.890.582,825608	1,290439441	12.763.198,17	1,60%	152,54%
mar/11	1,33%	10.114.342,448918	1,310749178	13.257.366,05	1,57%	118,07%
abr/11	-1,15%	10.328.707,526521	1,306901419	13.498.602,52	-0,29%	25,50%
mai/11	-0,47%	10.546.600,842074	1,302718083	13.739.247,63	-0,32%	67,83%
jun/11	-1,02%	10.397.962,915666	1,297505097	13.491.409,88	-0,40%	39,41%
jul/11	-2,07%	10.580.913,935129	1,269312974	13.430.491,33	-2,17%	104,81%
ago/11	-0,98%	10.806.984,574309	1,254770937	13.560.290,16	-1,15%	116,91%
set/11	-2,79%	11.018.323,670280	1,237335872	13.633.367,13	-1,39%	49,75%
out/11	5,64%	11.187.258,478013	1,290555428	14.437.777,15	4,30%	76,32%
nov/11	-0,62%	11.657.534,384127	1,277041066	14.887.150,14	-1,05%	169,91%
dez/11	0,45%	11.854.060,654245	1,287140845	15.257.845,65	0,79%	174,24%
<b>Acumulado em 2011</b>	<b>-2,17%</b>				<b>-0,36%</b>	<b>16,71%</b>

O perfil super agressivo apresentou desempenho de -0,36% em 2011, enquanto o seu *benchmark* de mercado, composto por

55% do CDI e 45% do Ibovespa, apresentou variação negativa de 2,17%.

#### d. Retorno – Plano B

Regul. Complementar nr. 1 - Plano B	1º Semestre de 2011	2º Semestre de 2011	Acumulado no Ano
Retorno Consolidado	6,07%	6,18%	12,62%
Variação da Taxa Mínima Atuarial	6,77%	5,31%	12,44%
Variação da Taxa SELIC	5,53%	5,77%	11,62%

O resultado consolidado dos investimentos do plano B foi superior à variação da Taxa Mínima Atuarial (TMA). O total de recursos desse plano está investido no segmento de renda fixa. Durante o ano de 2011, o Economus deu continuidade à estratégia de alocar

recursos em investimentos indexados ao índice de inflação IPCA, que possui maior correlação com o INPC, índice que compõe a TMA do plano. A TMA em 2011 foi fortemente impactada pelo aumento da taxa de inflação.

#### e. Retorno – Plano A

Regul. Complementar nr. 2 - Plano A	1º Semestre de 2011	2º Semestre de 2011	Acumulado no Ano
Retorno Consolidado	6,10%	6,13%	12,59%
Variação da Taxa Mínima Atuarial	6,77%	5,31%	12,44%
Variação da Taxa SELIC	5,53%	5,77%	11,62%

Semelhante ao plano B, o resultado consolidado dos investimentos do plano A foi superior à variação da TMA. O total de recursos desse plano está investido no segmento de renda fixa. Em 2011, o Economus deu continuidade à estratégia de alocar recursos em

investimentos indexados ao índice de inflação IPCA, que possui maior correlação com o INPC, índice de inflação que compõe a TMA do plano. A TMA em 2011 foi fortemente impactada pelo aumento da taxa de inflação.

#### f. Retorno – Fundo Assistencial – FEAS

Fundo FEAS	1º Semestre de 2011	2º Semestre de 2011	Acumulado no Ano
Retorno Consolidado	5,30%	5,49%	11,04%
Variação do Indicador de Referência (INPC + 6% ao ano)	6,77%	5,31%	12,44%
Variação da Taxa SELIC	5,53%	5,77%	11,62%

O resultado negativo dos investimentos no segmento de renda variável, mesmo sendo superior ao desempenho do Ibovespa, que apresentou queda acentuada de 18,11% no ano, ocasionando a queda do desempenho consolidado dos investimentos do FEAS em relação ao indicador de referência do FEAS, composto pela

variação do INPC + 6% ao ano. A carteira de renda fixa do FEAS, composta por fundos de investimentos e títulos privados de baixo risco de crédito, apresentou desempenho de 12,66%, superior ao indicador de referência do Fundo.

#### g. Rentabilidade – Programas Administrativos Previdencial e Assistencial

PGA - Previdencial e Assistencial	1º Semestre de 2011	2º Semestre de 2011	Acumulado no Ano
Retorno Programa Adm. Previdencial	5,71%	6,07%	12,13%
Retorno Programa Adm Assistencial	5,65%	5,87%	11,85%
Variação da Taxa SELIC	5,53%	5,77%	11,62%

O resultado dos investimentos dos Programas Administrativos Previdencial e Assistencial foi superior ao CDI, indicador de

referência de ambos. O total de recursos desses programas está investido no segmento de renda fixa.

## 12. Enquadramento dos Investimentos

Para avaliar a aderência das aplicações financeiras realizadas em 2011 às regras estabelecidas nas Políticas de Investimentos e na Resolução do CMN 3.792/2009, o Economus contratou os serviços de uma Consultoria de Investimentos e do Banco Custodiante dos Ativos, que apresentam mensalmente relatórios sobre o enquadramento dos investimentos. As tabelas abaixo

mostram que os investimentos dos planos sob a administração do Instituto se encontram em consonância com os limites atribuídos tanto pela Política de Investimentos vigente à época quanto pelos limites estabelecidos pela Resolução nº 3.792, de 24/09/2009, do Conselho Monetário Nacional.

### a. Enquadramento dos Investimentos – Plano C

Seção I		Alocação em 31/12/2011 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Renda Fixa	Ativos	77,68	57,00	97,50	100,00
	Derivativos - somente para hedge	0,15	0,00	100,00	100,00
<b>Total de Renda Fixa</b>		<b>77,68</b>	<b>57,00</b>	<b>97,00</b>	
Seção II		Alocação em 31/12/2011 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Renda Variável	Ativos	16,49	0,00	20,00	70,00
	Derivativos - somente para hedge	0,00	0,00	100,00	100,00
<b>Total de Renda Variável</b>		<b>16,49</b>	<b>0,00</b>	<b>25,00</b>	
Seção III		Alocação em 31/12/2011 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
*Segmento Estruturado	Ativos	2,63	1,00	11,00	20,00
	Derivativos - somente para hedge	0,00	0,00	100,00	100,00
<b>Total de Investimentos Estruturados</b>		<b>2,63</b>	<b>1,00</b>	<b>11,00</b>	
Seção IV		Alocação em 31/12/2011 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento Exterior	Ativos	0,00	0,00	0,00	10,00
	Derivativos - somente para hedge	0,00	0,00	0,00	
<b>Total de Investimentos no Exterior</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Seção V		Alocação em 31/12/2011 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Imóveis	Ativos	1,00	0,50	3,00	8,00
<b>Total de Imóveis</b>		<b>1,00</b>	<b>0,50</b>	<b>3,00</b>	
Seção VI		Alocação em 31/12/2011 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Empréstimos	Ativos	2,20	1,00	4,00	15,00
<b>Total de Empréstimos</b>		<b>2,20</b>	<b>1,00</b>	<b>4,00</b>	
<b>Total Geral</b>		<b>100,00</b>			

\* Novo segmento de Investimentos Estruturados, a partir de 01/01/2010, em atendimento à nova Resolução 3792.

## b. Enquadramento dos Investimentos – PrevMais (RP e Risco)

Seção I		Alocação em 31/12/2011 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Renda Fixa	Ativos	95,08	86,00	100,00	100,00
	Derivativos - somente para hedge	5,21	0,00	100,00	100,00
<b>Total de Renda Fixa</b>		<b>95,08</b>	<b>86,00</b>	<b>100,00</b>	
Seção II		Alocação em 31/12/2011 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Renda Variável	Ativos	2,63	0,00	5,00	70,00
	Derivativos - somente para hedge	0,00	0,00	100,00	100,00
<b>Total de Renda Variável</b>		<b>2,63</b>	<b>0,00</b>	<b>5,00</b>	
Seção III		Alocação em 31/12/2011 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Empréstimos	Ativos	2,29	0,00	2,00	15,00
<b>Total de Empréstimos</b>		<b>2,29</b>	<b>0,00</b>	<b>2,00</b>	
<b>Total Geral</b>		<b>100,00</b>			

## c. Enquadramento dos Investimentos - Plano B

Seção I		Alocação em 31/12/2011 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Renda Fixa	Ativos	100,00	70,00	100,00	100,00
	Derivativos - somente para hedge	5,64	0,00	100,00	100,00
<b>Total de Renda Fixa</b>		<b>100,00</b>	<b>70,00</b>	<b>100,00</b>	

## d. Enquadramento dos Investimentos - Plano A

Seção I		Alocação em 31/12/2011 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Segmento de Renda Fixa	Ativos	100,00	70,00	100,00	100,00
	Derivativos - somente para hedge	5,71	0,00	100,00	100,00
<b>Total de Renda Fixa</b>		<b>100,00</b>	<b>70,00</b>	<b>100,00</b>	

#### e. Enquadramento dos Investimentos - Programa Assistencial

Seção I		Alocação em 31/12/2011 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
<b>Segmento de Renda Fixa</b>	Ativos	93,07	66,00	100,00	100,00
	Derivativos - somente para hedge	5,41	0,00	100,00	100,00
<b>Total de Renda Fixa</b>		<b>93,07</b>	<b>66,00</b>	<b>100,00</b>	
Seção II		Alocação em 31/12/2011 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
<b>Segmento de Renda Variável</b>	Ativos	5,56	0,00	15,00	70,00
	Derivativos - somente para hedge	0,00	0,00	100,00	100,00
<b>Total de Renda Variável</b>		<b>5,56</b>	<b>0,00</b>	<b>7,50</b>	
Seção III		Alocação em 31/12/2011 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
<b>Segmento Estruturado</b>	Ativos	1,37	0,00	14,00	20,00
	Derivativos - somente para hedge	0,00	0,00	100,00	100,00
<b>Total de Investimentos Estruturados</b>		<b>1,37</b>	<b>0,00</b>	<b>14,00</b>	
<b>Total Geral</b>		<b>100,00</b>			

#### f. Enquadramento dos Investimentos - Programa Administrativo

Seção I		Alocação em 31/12/2011 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
<b>Segmento de Renda Fixa</b>	Ativos	100,00	80,00	100,00	100,00
	Derivativos - somente para hedge	10,53	0,00	100,00	100,00
<b>Total de Renda Fixa</b>		<b>100,00</b>	<b>80,00</b>	<b>100,00</b>	

## 13. Critérios de Análise de Riscos

### a. Controle e Avaliação dos Riscos

#### i. Risco de Crédito

Embora a Resolução CMN 3.792/2009 não estabeleça distinção entre títulos privados com base no risco de crédito, o Economus fará distinção entre diferentes níveis de risco, a fim de determinar limites de investimento específicos para cada um.

Com o objetivo de ampliar o controle de risco de crédito, o Instituto possui contrato com uma agência classificadora de risco, responsável pelo desenvolvimento e disponibilização de relatórios sobre as instituições financeiras e não financeiras, além de suporte para realizar aplicações em instituições financeiras por meio de carteira própria e fundos exclusivos.

A Entidade possui ferramenta de monitoramento da exposição dos investimentos e de controle de concentração dos recursos por instituição. Calculado periodicamente, o limite técnico de investimentos para Instituições Financeiras e Gestores/ Assets Independentes possui metodologia própria, contida em

normativos internos, e consiste em limitar os investimentos em uma mesma instituição, de acordo com o rating atribuído por agência classificadora de risco e outros critérios definidos em normas internas.

Os normativos internos também contemplam os procedimentos a serem adotados pela gestão em caso de agravamento e/ou perspectiva de agravamento do risco de crédito.

Para orientação das Políticas de Investimento, estabeleceu-se que será considerada para título de emissão de instituição financeira a classificação de risco atribuída pela agência contratada.

Com relação aos títulos de emissão de empresas não financeiras e direitos creditórios, será considerada a nota e a classificação de risco de crédito disposta na tabela abaixo.

Posição	Empresas			Escala Numérica	Probabilidade de default
	Moody's	S&P	Fitch		
Menor risco ou Investimento	Aaa	AAA	AAA	1	até 0,5%
	Aa1	AA+	AA+	2	até 1%
	Aa2	AA	AA	3	
	Aa3	AA-	AA-	4	
	A1	A+	A+	5	até 2%
	A2	A	A	6	
	A3	A-	A-	7	
	Baa1	BBB+	BBB+	8	até 5%
	Baa2	BBB	BBB	9	
	Baa3	BBB-	BBB-	10	

Adicionalmente, o crédito em questão deverá ser analisado pelo Comitê de Investimentos, segundo os critérios do Economus.

#### ii. Risco de Mercado

O valor dos ativos que integram as carteiras de investimentos pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio pode ser afetado negativamente. A queda nos preços dos ativos pode ser temporária, não existindo garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

O Economus utiliza como ferramenta de avaliação do risco o cálculo do VAR (*Value at Risk*) para os fundos investidos e o plano de benefícios. Para as classes de ativos dos segmentos de renda fixa e de renda variável é realizado ainda o cálculo do B-VAR (*Benchmark Value at Risk*), com nível de confiança de 95% e um horizonte de 21 dias úteis.

Mensalmente, é realizado o monitoramento do VAR dos fundos investidos e do plano de benefícios, além do B-VAR das classes

de ativos dos segmentos de renda fixa e de renda variável, com auxílio da consultoria contratada.

O processo de gerenciamento e controle do risco de mercado das carteiras de investimentos do plano também é feito por meio da Divergência Não Planejada (DNP). Para a elaboração do cálculo da Divergência Não Planejada, segue-se o previsto na Instrução MPS/PREVIC Nº 02, de 18/05/2010.

O Economus acompanha diariamente a performance das carteiras, como ferramenta complementar de monitoramento do desempenho dos investimentos frente aos *benchmarks* e poderá, ao longo da vigência das Políticas de Investimentos, adotar metodologias adicionais de monitoramento do risco de mercado, como forma de ampliar os itens de avaliação aos quais o patrimônio está exposto.

### iii. Risco de Liquidez

O risco de liquidez será observado no horizonte de curto, médio e longo prazos, sendo:

I – Monitoramento de Liquidez: visa observar e ajustar, com prudência, o percentual mínimo de alocação em ativos de liquidez imediata para fazer frente aos compromissos de curto prazo, em 2012.

O gerenciamento do risco de liquidez será preocupação constante da administração e, com a adoção dessa política, espera-se eliminar a possibilidade de qualquer dificuldade em honrar compromissos previdenciais no curto, médio e longo prazos.

### iv. Risco Legal

A administração e o acompanhamento do risco legal são efetuados constantemente e visam mensurar e quantificar a aderência de todas as carteiras de investimentos, de acordo com a legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Essa avaliação será incrementada substancialmente com a contratação de serviços de “controladoria e custódia centralizada” junto à instituição financeira credenciada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

### v. Risco Operacional

Os procedimentos relativos ao desenvolvimento operacional são monitorados pela Gerência de Controles (GECOT), por meio da

Divisão de Controles Internos e Riscos (RISCO), cuja atribuição circula sobre a avaliação de todo o fluxograma de informações e procedimentos, para identificar riscos intrínsecos às operações desenvolvidas pela gestão financeira. Como resultado desse mapeamento qualitativo e quantitativo são elaborados planos de ação que possuem a intenção de mitigar os riscos dessa natureza.

### vi. Risco Sistêmico

Procura-se obter diversificação, no caso de risco de crédito privado, entre os vários setores de atividade econômica, de modo a ter uma distribuição de risco entre o setor bancário e o não financeiro, bem como entre os diversos setores que possam mitigar os impactos de crises de grande magnitude sobre os ativos do plano.

Em termos de risco de mercado, a redução do risco sistêmico se dará por meio da diversificação entre *benchmarks*. No caso das carteiras de renda variável, a utilização de fundos de investimentos com estratégia não atrelada a índices da bolsa de valores ainda propiciará uma redução adicional no risco de mercado do segmento.

### vii. Responsabilidade Socioambiental

Desde 2007, quando o Economus aderiu ao PRI (Princípios para o Investimento Responsável), a Entidade observa os Princípios de Responsabilidade Socioambiental.



## b. Divergência Não Planejada

A Divergência Não Planejada (DNP) é uma medida de risco criada pela Secretaria de Previdência Complementar, atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), desenvolvida com o objetivo de avaliar o desempenho dos investimentos dos Planos de Benefícios frente à evolução apresentada pela Taxa Mínima Atuarial (TMA) para os planos de Benefício Definido (BD) ou Indicador de Referência dos Segmentos para os planos de Contribuição Variável (CV).

O cálculo para se obter a DNP é efetuado pela diferença entre o retorno apurado nos investimentos e a TMA ou Indicador de

Referência, dependendo do tipo de plano, BD ou CV. No caso do Economus é utilizada a variação do INPC + 6% ao ano para os planos BD; o CDI para a carteira de renda fixa e de empréstimos do plano CV; e o Ibovespa para a carteira de renda variável do plano CV. A interpretação do resultado se dá como satisfatória quando o valor apurado for positivo, ou no mínimo, igual a zero, indicando que o desempenho da carteira conseguiu acompanhar ou superar a performance do *benchmark*. Quando o resultado apresenta valor negativo indica que a carteira de investimento em análise não acompanhou o comportamento do *benchmark*.

### a) Divergência Não Planejada – Regulamento Geral – Plano C

Na sequência, apresentamos a tabela da Divergência Não Planejada (DNP) apurada para a carteira de investimento do Plano C, que contempla as alocações de recursos nos segmentos de renda fixa, renda

variável, investimentos estruturados, imóveis e empréstimos a participantes, conforme segue:

Divergência não Planejada - Plano C															
Trimestres / Segmentos/Carteiras		1T11			2T11			3T11			4T11			Acumulado 12 meses	Acumulado 36 meses
		jan-11	fev-11	mar-11	abr-11	mai-11	jun-11	jul-11	ago-11	set-11	out-11	nov-11	dez-11		
Somatório dos Recursos do Plano C	DnP	-0,8408	0,4513	0,2873	-0,1635	-0,3927	-0,3273	-0,7013	-0,5406	-0,5192	1,3783	-0,4023	0,6069	-1,1806	6,1594
Segmento de Renda Fixa	DnP	0,0187	0,5379	0,2035	-0,0481	0,1374	-0,0441	0,2254	0,2779	0,3645	0,4016	0,1174	0,6217	2,8477	7,3036
Carteira de RF com baixo risco crédito	DnP	0,0187	0,5379	0,2035	-0,0481	0,1374	-0,0441	0,2254	0,2779	0,3645	0,4016	0,1174	0,6217	2,8477	7,3036
Segmento de Renda Variável	DnP	-4,5544	0,0450	0,7896	-3,1035	-2,9142	-1,8252	-5,0409	-4,5507	-4,9198	6,7953	-2,8778	0,7204	-19,9764	11,0884
Carteira de Ações em Mercado	DnP	-4,5544	0,0450	0,7896	-3,1035	-2,9142	-1,8252	-5,0409	-4,5507	-4,9198	6,7953	-2,8778	0,7204	-19,9764	11,0884
* Segmento de Invest. Estruturado	DnP	-0,9565	-0,0156	-0,3971	-0,7129	-0,0533	-0,2881	-0,0870	0,6032	0,1051	-0,5700	-0,2130	0,0416	-2,5234	-
Carteira de Invest. Estruturado	DnP	-0,9565	-0,0156	-0,3971	-0,7129	-0,0533	-0,2881	-0,0870	0,6032	0,1051	-0,5700	-0,2130	0,0416	-2,5234	-
Segmento de Imóveis	DnP	-0,6445	0,0977	-0,3396	74,7852	-0,7618	-0,2257	-0,1911	-0,5831	-0,4594	-0,3395	-0,5094	-0,4490	67,2325	71,2011
Carteira de Aluguéis e Renda	DnP	-0,6445	0,0977	-0,3396	74,7852	-0,7618	-0,2257	-0,1911	-0,5831	-0,4594	-0,3395	-0,5094	-0,4490	67,2325	69,0031
Seg. Empréstimos & Financiamentos	DnP	-0,2617	1,1820	0,1055	-0,0442	0,2964	0,3696	0,4596	-0,3571	0,0989	0,2838	-0,1838	0,2615	2,2238	5,1718
Cart. de Empréstimos a Participantes	DnP	-0,2617	1,1820	0,1055	-0,0442	0,2964	0,3696	0,4596	-0,3571	0,0989	0,2838	-0,1838	0,2615	2,2238	5,1718

\*Novo segmento de Investimentos Estruturados, a partir de 01/01/2010.

O resultado negativo de 1,1806% da DNP consolidada do plano C indica que, no acumulado em 2011, a performance consolidada dos investimentos desse plano foi inferior à TMA, devido ao

resultado dos investimentos no segmento de renda variável, conforme já citado neste relatório.

## b) Divergência Não Planejada – PrevMais

Divergência não Planejada - PrevMais															
Trimestres / Segmentos/Carteiras		1T11			2T11			3T11			4T11			Acumul.12 meses	Acumulado 36 meses
		jan-11	fev-11	mar-11	abr-11	mai-11	jun-11	jul-11	ago-11	set-11	out-11	nov-11	dez-11		
Somatório dos Recursos do PrevMais	(S)	-0,0976	0,0956	0,0887	-0,0407	-0,0285	-0,0309	-0,1411	-0,0377	-0,0691	0,2467	-0,0516	0,0436	-0,0230	1,5515
Segmento de Renda Fixa	(S)	0,0544	0,0516	0,0472	0,0246	0,0461	0,0458	0,0390	0,0795	0,0592	0,0483	0,0511	0,0432	0,5916	1,7970
Carteira de RF com baixo risco crédito	(S)	0,0544	0,0516	0,0472	0,0246	0,0461	0,0458	0,0390	0,0795	0,0592	0,0483	0,0511	0,0432	0,5916	1,7970
Segmento de Renda Variável	DnP	-5,6910	1,6501	1,3956	-2,5616	-3,0675	-3,0548	-0,3306	-0,8791	3,3991	-2,6744	-0,8536	0,7850	3,6144	-
Carteira de Ações em Mercado	DnP	-5,6910	1,6501	1,3956	-2,5616	-3,0675	-3,0548	-0,3306	-0,8791	3,3991	-2,6744	-0,8536	0,7850	3,6144	-
Seg. Empréstimos & Financiamentos	DnP	0,5157	0,5352	0,6081	0,4940	0,6041	0,5652	0,5412	0,5835	0,5779	0,5451	0,5517	0,5706	6,9013	22,3550
Cart. de Empréstimos a Participantes	DnP	0,5157	0,5352	0,6081	0,4940	0,6041	0,5652	0,5412	0,5835	0,5779	0,5451	0,5517	0,5706	6,9013	22,3550

O resultado negativo de 0,0230% da DNP consolidada do Plano PrevMais indica que, no acumulado em 2011, a performance consolidada dos investimentos desse plano foi inferior ao indicador de referência, CDI, devido ao resultado dos investimentos no

segmento de renda variável. O resultado observado nos perfis de investimento é bastante satisfatório, sendo superior aos *benchmarks* atribuídos a cada perfil.

## c) Divergência Não Planejada – Plano B

Divergência não Planejada - Plano B															
Trimestres / Segmentos/Carteiras		1T11			2T11			3T11			4T11			Acumul.12 meses	Acumulado 36 meses
		jan-11	fev-11	mar-11	abr-11	mai-11	jun-11	jul-11	ago-11	set-11	out-11	nov-11	dez-11		
Somatório dos Recursos do Plano B	(S)	-0,4584	-0,0664	-0,2040	-0,2346	0,0183	0,2885	0,4982	0,1954	0,0644	0,2156	-0,1278	-0,0203	0,1652	-1,9711
Segmento de Renda Fixa	(S)	-0,4584	-0,0664	-0,2040	-0,2346	0,0183	0,2885	0,4982	0,1954	0,0644	0,2156	-0,1278	-0,0203	0,1652	-1,9711
Carteira de RF com baixo risco crédito	(S)	-0,4584	-0,0664	-0,2040	-0,2346	0,0183	0,2885	0,4982	0,1954	0,0644	0,2156	-0,1278	-0,0203	0,1652	-1,9711

O resultado positivo de 0,1652% da DNP consolidada do Plano B indica que o desempenho consolidado dos investimentos desse plano foi superior à variação da TMA. O total de recursos está investido no segmento de renda fixa. Durante o ano de 2011, o Economus deu continuidade à estratégia de alocar recursos em

investimentos indexados ao índice de inflação IPCA, que possui maior correlação com o INPC, índice de inflação que compõe a TMA do plano. A TMA foi fortemente impactada pelo aumento da taxa de inflação.

## d) Divergência Não Planejada – Plano A

Divergência não Planejada - Plano A															
Trimestres / Segmentos/Carteiras		1T11			2T11			3T11			4T11			Acumul. 12 meses	Acumulado 36 meses
		jan-11	fev-11	mar-11	abr-11	mai-11	jun-11	jul-11	ago-11	set-11	out-11	nov-11	dez-11		
Somatório dos Recursos do Plano A	(S)	-0,4595	-0,0625	-0,1794	-0,2296	0,0177	0,2816	0,4846	0,1950	0,0577	0,1869	-0,1342	-0,0189	0,1359	-2,1909
Segmento de Renda Fixa	(S)	-0,4595	-0,0625	-0,1794	-0,2296	0,0177	0,2816	0,4846	0,1950	0,0577	0,1869	-0,1342	-0,0189	0,1359	-2,1909
Carteira de RF com baixo risco crédito	(S)	-0,4595	-0,0625	-0,1794	-0,2296	0,0177	0,2816	0,4846	0,1950	0,0577	0,1869	-0,1342	-0,0189	0,1359	-2,1909

O resultado positivo de 0,1359% da DNP consolidada do Plano A indica que o desempenho consolidado dos investimentos deste plano foi superior à variação da TMA. O total de recursos está investido no segmento de renda fixa. No ano passado, o Economus prosseguiu com a estratégia de alocar recursos em

investimentos indexados ao índice de inflação IPCA, que possui maior correlação com o INPC, índice de inflação que compõe a TMA desse plano. A TMA em 2011 foi fortemente impactada pelo aumento da taxa de inflação.

## 14. Montante dos Investimentos com Gestão Direta e Indireta

Vale ressaltar que a apresentação dos investimentos nesse item está segregada entre Gestão Direta (carteira proprietária) e Gestão Indireta (gestores contratados), com a intenção de demonstrar o volume de recursos alocados na carteira proprietária que, por sua constituição, realiza operações visando à aquisição direta de títulos e valores mobiliários emitidos pelas instituições, enquanto que a segunda forma de gestão está relacionada aos investimentos realizados em fundos, e carteiras de investimentos administradas por terceiros.

Apresentamos nas tabelas abaixo o montante de recursos, utilizando-se do critério mencionado. O Economus busca minimizar os riscos de concentração e operacional, por meio de uma política de diversificação, utilizando um modelo consistente para a abertura de limite técnico para instituições financeiras e assets independentes, previsto em normativos internos.

### I. Regulamento Geral – Plano C

Gestores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Indireta
Schroder Investment Management Brasil DTVM S.A.	Schroder Eco Plus FIA	166.941.984,69	5,27%	27,78%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Bradesco FIA Dividendos	45.235.637,92	1,43%	7,53%
BNY Mellon ARX Investimentos Ltda	BNY Mellon ARX Income FIA	37.165.057,32	1,17%	6,18%
GAP Gestora de Recursos Ltda	Singular ECO FIC DE FIM	35.631.739,50	1,13%	5,93%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Bradesco FIA Small Cap	30.860.028,27	0,97%	5,13%
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Institucional FI RF	26.095.990,32	0,82%	4,34%
Guepardo Investimentos Ltda	Guepardo Ações Institucional FIA	25.789.792,34	0,81%	4,29%
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda	Fator Sinergia IV FIA	23.412.813,96	0,74%	3,90%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Institucional Dividendos FIA	23.359.504,20	0,74%	3,89%
Sul América Investimentos DTVM S.A.	SulAmérica Excellence FI RF CP	22.734.985,21	0,72%	3,78%
BRZ Investimentos Ltda	BRZ Multi Recebíveis CP FIC de FIM	18.497.878,85	0,58%	3,08%
Mercatto Gestão de Recursos Ltda	Mercatto GF FIA	14.969.224,46	0,47%	2,49%
GG Investimentos	FIP Governança e Gestão II	12.882.947,88	0,41%	2,14%
Quest Investimentos Ltda	Quest Ações Institucional FIC de FIA	12.131.344,27	0,38%	2,02%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Citibank FI RF ECO	11.018.310,98	0,35%	1,83%
M Square Investimentos Ltda	M Square Pipe FIA	10.674.338,90	0,34%	1,78%
Neo Gestão de Recursos LTDA	Capital Mezanino FIP	10.152.584,17	0,32%	1,69%
Opus Gestão de Recursos LTDA	Opus Ações FIA	9.812.873,83	0,31%	1,63%
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda	Fator Sinergia III FIA	8.544.955,56	0,27%	1,42%
Petra Investimentos	FIDC Multisetorial Red Factor LP	8.488.822,66	0,27%	1,41%
Sul América Investimentos DTVM S.A.	Sul América Expertise FIA	7.618.353,83	0,24%	1,27%
Coin DTVM Ltda.	FII Progeto Agua Branca	6.563.512,24	0,21%	1,09%
XP Gestão de Recursos Ltda	FIDC CPMG	6.092.635,77	0,19%	1,01%
Daycoval Asset Management	FIDC Daycoval Veículos II	5.169.752,97	0,16%	0,86%
Pátria Investimentos S.A.	Pátria Real Estate II Private FIC de FIP	4.205.919,97	0,13%	0,70%
Neo Gestão de Recursos LTDA	Capital Mezanino Privado I FIP	3.622.215,52	0,11%	0,60%
Neo Gestão de Recursos LTDA	Neo Capital Mezanino FIP	3.063.228,50	0,10%	0,51%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Emissões Primárias II FI RF CP	2.711.592,94	0,09%	0,45%
Rio Bravo Investimentos S.A. DTVM	FII Centro Têxtil Internacional	2.705.607,68	0,09%	0,45%
TCG Gestor Ltda	Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas FIP	2.662.438,34	0,08%	0,44%
P2 Gestão de Recursos LTDA	P2 Brasil Infraestrutura FIC de FIP	956.669,94	0,03%	0,16%
Daycoval Asset Management	FIDC Daycoval Veículos I	866.413,83	0,03%	0,14%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Capital Markets FI RF CP	373.976,86	0,01%	0,06%
<b>Gestão Indireta</b>		<b>601.013.133,68</b>	<b>18,98%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Gestão Direta</b>		<b>2.537.296.989,88</b>	<b>80,12%</b>	
<b>Total dos Investimentos</b>		<b>3.166.957.574,90</b>	<b>100,00%</b>	

## II. Contribuição Variável – PrevMais – Renda Programada

Gestores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Indireta
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Institucional FI RF	92.019.224,93	23,19%	30,63%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Citibank FI RF ECO	56.233.896,23	14,17%	18,72%
Sul América Investimentos DTVM S.A.	SulAmérica Excellence FI RF CP	50.393.922,03	12,70%	16,77%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Capital Markets FI RF CP	48.166.227,35	12,14%	16,03%
Daycoval Asset Management	FIDC Daycoval Veículos II	10.339.505,94	2,61%	3,44%
Votorantim Asset Management DTVM Ltda	FIDC BV Financeira IV	7.205.941,45	1,82%	2,40%
Schroder Investment Management Brasil DTVM S.A.	Schroder Eco Plus FIA	5.620.114,90	1,42%	1,87%
Ideal Invest S.A	FIDC Crédito Universitário 6ª série	5.318.327,06	1,34%	1,77%
Ideal Invest S.A	FIDC Crédito Universitário 7ª série	5.002.440,92	1,26%	1,67%
XP Gestão de Recursos Ltda	FIDC CPMG	4.569.476,83	1,15%	1,52%
Opus Gestão de Recursos LTDA	Opus Ações FIA	4.478.605,31	1,13%	1,49%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Institucional Dividendos FIA	3.244.267,54	0,82%	1,08%
Petra Investimentos	FIDC Multisetorial Red Factor LP	3.183.308,50	0,80%	1,06%
Quest Investimentos Ltda	Quest Ações Institucional FIC de FIA	2.479.532,26	0,62%	0,83%
Daycoval Asset Management	FIDC Daycoval Veículos I	1.237.734,04	0,31%	0,41%
Intrag DTVM S.A.	FIDC Energisa	838.945,03	0,21%	0,28%
BRZ Investimentos Ltda	BRZ Multi Recebíveis CP FIC de FIM	114.112,88	0,03%	0,04%
<b>Gestão Indireta</b>		<b>300.445.583,20</b>	<b>75,73%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Gestão Direta</b>		<b>96.246.956,80</b>	<b>24,26%</b>	
<b>Total dos Investimentos</b>		<b>396.746.800,11</b>	<b>100,00%</b>	

## III. Contribuição Variável – PrevMais – Risco

Gestores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Indireta
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Institucional FI RF	97.829.383,13	47,72%	56,61%
Sul América Investimentos DTVM S.A.	SulAmérica Excellence FI RF CP	33.031.540,98	16,11%	19,11%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Citibank FI RF ECO	19.104.836,62	9,32%	11,05%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Capital Markets FI RF CP	12.422.090,53	6,06%	7,19%
BRZ Investimentos Ltda	BRZ Multi Recebíveis CP FIC de FIM	4.318.176,26	2,11%	2,50%
Votorantim Asset Management DTVM Ltda	FIDC BV Financeira IV	3.088.260,62	1,51%	1,79%
Ideal Invest S.A	FIDC Crédito Universitário 6ª série	2.659.163,53	1,30%	1,54%
Daycoval Asset Management	FIDC Daycoval Veículos I	371.320,21	0,18%	0,21%
<b>Gestão Indireta</b>		<b>172.824.771,88</b>	<b>84,30%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Gestão Direta</b>		<b>32.175.225,96</b>	<b>15,70%</b>	
<b>Total dos Investimentos</b>		<b>205.000.646,15</b>	<b>100,00%</b>	

## IV. Regulamento Complementar nº 1 – Plano B

Gestores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Indireta
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Capital Markets FI RF CP	3.211.887,90	12,95%	32,65%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Citibank FI RF ECO	2.455.223,28	9,90%	24,96%
Sul América Investimentos DTVM S.A.	SulAmérica Excellence FI RF CP	2.185.556,92	8,81%	22,21%
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Institucional FI RF	1.782.213,25	7,19%	18,12%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Emissões Primárias II FI RF CP	203.369,46	0,82%	2,07%
<b>Gestão Indireta</b>		<b>9.838.250,81</b>	<b>39,68%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Gestão Direta</b>		<b>8.264.788,33</b>	<b>33,33%</b>	
<b>Total dos Investimentos</b>		<b>24.795.301,47</b>	<b>100,00%</b>	

## V. Regulamento Complementar nº 2 – Plano A

Gestores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Indireta
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Institucional FI RF	3.021.467,49	15,28%	33,47%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Capital Markets FI RF CP	2.343.530,04	11,85%	25,96%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Citibank FI RF ECO	2.262.203,84	11,44%	25,06%
Sul América Investimentos DTVM S.A.	SulAmérica Excellence FI RF CP	1.195.672,67	6,05%	13,25%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Emissões Primárias II FI RF CP	203.369,47	1,03%	2,25%
<b>Gestão Indireta</b>		<b>9.026.243,51</b>	<b>45,65%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Gestão Direta</b>		<b>7.436.864,02</b>	<b>37,61%</b>	
<b>Total dos Investimentos</b>		<b>19.774.382,40</b>	<b>100,00%</b>	

## VI. FEAS – Programa Assistencial

Gestores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Indireta
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Institucional FI RF	52.928.454,28	11,22%	24,66%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Citibank FI RF ECO	42.261.682,86	8,96%	19,69%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Capital Markets FI RF CP	35.579.066,22	7,54%	16,57%
Daycoval Asset Management	FIDC Daycoval Veículos I	19.126.693,26	4,05%	8,91%
Sul América Investimentos DTVM S.A.	SulAmérica Excellence FI RF CP	19.105.504,24	4,05%	8,90%
BRZ Investimentos Ltda	BRZ Multi Recebíveis CP FIC de FIM	11.615.242,06	2,46%	5,41%
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda	Fator Sinergia IV FIA	9.502.540,09	2,01%	4,43%
Schroder Investment Management Brasil DTVM S.A.	Schroder Eco Plus FIA	8.557.273,39	1,81%	3,99%
XP Gestão de Recursos Ltda	FIDC CPMG	4.569.476,83	0,97%	2,13%
Petra Investimentos	FIDC Multisetorial Red Factor LP	4.244.411,33	0,90%	1,98%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Emissões Primárias II FI RF CP	2.711.592,94	0,57%	1,26%
Neo Gestão de Recursos LTDA	Neo Capital Mezanino FIP	2.042.152,33	0,43%	0,95%
TCG Gestor Ltda	Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas FIP	1.774.958,89	0,38%	0,83%
P2 Gestão de Recursos LTDA	P2 Brasil Infraestrutura FIC de FIP	637.779,95	0,14%	0,30%
<b>Gestão Indireta</b>		<b>214.656.828,67</b>	<b>45,49%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Gestão Direta</b>		<b>110.141.389,17</b>	<b>23,34%</b>	
<b>Total dos Investimentos</b>		<b>471.916.424,39</b>	<b>100,00%</b>	

## VII. Programa Administrativo Previdencial

Gestores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Indireta
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Institucional FI RF	6.494.945,86	18,34%	37,62%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Citibank FI RF ECO	5.257.519,43	14,85%	30,45%
Sul América Investimentos DTVM S.A.	SulAmérica Excellence FI RF CP	2.913.303,60	8,23%	16,88%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Capital Markets FI RF CP	1.934.152,94	5,46%	11,20%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Institucional Dinâmico FIM	663.870,02	1,87%	3,85%
<b>Gestão Indireta</b>		<b>17.263.791,85</b>	<b>48,75%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Gestão Direta</b>		<b>3.490.666,85</b>	<b>9,86%</b>	
<b>Total dos Investimentos</b>		<b>35.411.656,95</b>	<b>100,00%</b>	

## VIII. Programa Administrativo Assistencial

Gestores	Veículos	Volume Financeiro	% sobre Total	% sobre Gestão Indireta
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Capital Markets FI RF CP	2.642.451,64	58,46%	58,50%
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Institucional FI RF	1.874.713,38	41,47%	41,50%
<b>Gestão Indireta</b>		<b>4.517.165,02</b>	<b>99,93%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Gestão Direta</b>		-	<b>0,00%</b>	
<b>Total dos Investimentos</b>		<b>4.520.258,80</b>	<b>100,00%</b>	

### 15. Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Conforme artigo 7º da Resolução nº 3.792, do CMN de 24/09/2009 e parágrafo 5º do artigo 35º da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, toda Entidade Fechada de Previdência Complementar deve designar um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos e prestação de informações relativas à aplicação, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais administradores da Entidade. Desse modo, o senhor Paulo Leite Julião foi nomeado

pelo Conselho Deliberativo como Administrador Responsável do Economus - Instituto de Seguridade Social. A seguir, apresentamos informações cadastrais do Administrador:

<b>Nome</b>	Paulo Leite Julião
<b>CPF</b>	956.029.098-34
<b>Cargo</b>	Diretor Financeiro
<b>Telefone</b>	11 3464 7607
<b>E-mail</b>	juliao@economus.com.br

### 16. Evolução da Reserva Matemática e dos Resultados a Realizar do Plano C

A reserva matemática é calculada atuarialmente, com base na avaliação dos dados cadastrais da população e tem o intuito de identificar o montante financeiro necessário para a realização dos pagamentos de complementação descritos no respectivo regulamento. O valor da reserva está subdividido em “Benefícios a Conceder” e “Benefícios Concedidos”.

É possível observar na tabela abaixo a evolução comparativa da rubrica “Resultados a Realizar”, data-base dezembro/2011, no valor de R\$ 420.911.823,15, bem como o comportamento verificado do “Exigível Atuarial” do plano de benefícios e os efeitos sobre o “Equilíbrio Técnico” do plano. O efeito prático dessa avaliação mostra que, neste momento, o déficit ficou em R\$ 80,3 milhões.

Conta Contábil	Resultado do Regulamento Geral - Plano C	Posição em 06/2011	Posição em 12/2011	Varição em %
2.3	Patrimônio Social	3.511.318.498,01	3.553.858.729,24	1,21
2.3.1.1.01	Benefícios Concedidos	2.914.802.683,96	3.057.600.840,43	4,90
2.3.1.1.02	Benefícios a Conceder	1.026.492.046,30	940.549.541,54	(8,37)
2.3.1.1.03.02	Déficit Equacionado *	(382.300.129,25)	(379.739.024,63)	(0,67)
2.3.1.2.01	Resultados Realizados	(493.146.380,41)	(501.265.030,95)	1,65
2.3.1.2.02	Resultados a Realizar **	428.895.217,30	420.911.823,15	(1,86)
2.3.1.2	Equilíbrio Técnico	(64.251.163,11)	(80.353.207,80)	

\* proveniente da taxa cobrada dos participantes a título de antecipação para o equacionamento do déficit.

\*\* proveniente da compra dos títulos para equacionamento do déficit (ofício 2206).

O valor registrado na rubrica de “Resultados a Realizar” (R\$ 420,9 milhões - dez/11) tende a zero, pois quanto mais se aproximam os vencimentos dos títulos utilizados para o equacionamento parcial do déficit, menor será o ganho contábil auferido pelo extinto artigo 5º da CGPC nr. 4, já que passam a ser contabilizados em “Resultados Realizados”. Por outro lado, com a devida apropriação da correção monetária e juros, bem como amortização do deságio auferido na aquisição desses títulos, a variação nominal se comporta de maneira inversa, tendo o seu valor cada vez maior à medida que os vencimentos se aproximam. Portanto, como efeito prático dos cálculos, o resultado financeiro (curva dos títulos) e o contábil (Resultados a Realizar) apresentam equilíbrio na medida em que o tempo decorre.

Na tabela acima, é possível observar a variação do “Resultado a Realizar” no 2º semestre de 2011. Houve redução nos valores comparativos, pois como temos o componente da inflação embutido no cálculo é possível verificar esse fenômeno entre um período e outro. A justificativa para essa situação circula principalmente sobre o comportamento verificado entre a “taxa do IGP-M” e a “taxa de amortização do deságio” pactuada. Quando a variação do IGP-M for superior à taxa de amortização, o valor do resultado a realizar sofre os efeitos e apresenta elevação. O mesmo ocorre na situação inversa, ou seja, quando a “taxa do IGPM” se posiciona abaixo da linha da “taxa de amortização”, o valor apresenta um decréscimo.

## 17. Custos com a Administração dos Recursos – Gestão Direta e Indireta

O conceito adotado para cálculo e distribuição das despesas da Gestão Direta (GD) e Gestão Indireta (GI) foi o de “Rateio dos Custos por Regime de Caixa”, que leva em consideração a participação de cada plano na despesa total diante de seu patrimônio, preservando a consistência dessa equação ao longo do tempo.

O mapeamento mencionado está demonstrado de forma gerencial e sintética, por meio da apresentação das tabelas abaixo relacionadas, as quais identificam, por plano administrado pelo Economus, o total dos valores efetivamente pagos ao longo de 2011 aos prestadores de serviços contratados.

Os custos identificados, em grande parte, visam oferecer maior segurança aos ativos financeiros e são instrumentos fundamentais para uma boa administração. Estas técnicas proporcionam a mensuração dos riscos aos quais as aplicações estão expostas, possibilitando a construção de estratégias mais seguras e consistentes, por intermédio de investimentos com características de longo prazo e baixa volatilidade.

### I. Custos com Administração dos Recursos – Plano C

#### ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL CUSTOS SEGREGADOS - GESTÃO DIRETA - PLANO C REALIZADO - 1º SEMESTRE DE 2011

GESTÃO DIRETA	
Descrição - PLANO C	1º Semestre de 2011
	Valores em R\$
Custódia Qualificada	150.040,97
Consultorias (PPS/Consult)	25.884,63
Consultoria de Risco de Crédito (Fitch Ratings)	12.105,98
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	141.572,45
<b>Total dos Custos com Investimentos</b>	<b>329.604,04</b>
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>3.083.703.080,41</b>
<b>% dos Custos sobre os Investimentos</b>	<b>0,011%</b>

#### ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL CUSTOS SEGREGADOS - GESTÃO INDIRETA - PLANO C REALIZADO - 1º SEMESTRE DE 2011

GESTÃO INDIRETA	
Descrição - PLANO C	1º Semestre de 2011
	Valores em R\$
Taxa de Administração	3.525.822,11
Taxa de Custódia	30.949,37
Taxa de Fiscalização - CVM	35.587,60
Taxa de Auditoria	25.795,02
<b>Total dos Custos com Investimentos</b>	<b>3.618.154,10</b>
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>3.083.703.080,41</b>
<b>% dos Custos sobre os Investimentos</b>	<b>0,117%</b>

Vale ressaltar que, no que concerne à gestão indireta, as quotas dos fundos de investimento renda fixa e variável são divulgadas líquidas de quaisquer custos e/ou encargos financeiros. Portanto, não há desembolso físico de recursos, já que são quitadas por meio da diminuição de rentabilidade desses veículos.

Desse modo, o mapeamento exposto a seguir reflete as despesas incorridas somente com a gestão de recursos no período citado. Porém, esses custos podem oscilar no decorrer do ano, em virtude, por exemplo, de futuras operações junto à BM&F e/ou Bovespa que possam ser constituídas com o objetivo de diminuir as exposições ao risco de mercado ou despesas operacionais, como: custódia, renovação de contratos, cartórios, ANBID e outros, posto que esses custos podem ser contraídos também pelos gestores contratados pelo Economus. Essas movimentações são objeto de permanente monitoramento, visando analisar a sua coerência e benefício para o portfólio de redução.

#### ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL CUSTOS SEGREGADOS - GESTÃO DIRETA - PLANO C REALIZADO - 2º SEMESTRE DE 2011

GESTÃO DIRETA	
Descrição - PLANO C	2º Semestre de 2011
	Valores em R\$
Custódia Qualificada	174.829,97
Consultorias (Risk Office/Consult)	24.904,82
Consultoria de Risco de Crédito (Fitch Ratings)	-
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	122.201,34
<b>Total dos Custos com Investimentos</b>	<b>321.936,14</b>
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>3.138.310.123,56</b>
<b>% dos Custos sobre os Investimentos</b>	<b>0,010%</b>

#### ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL CUSTOS SEGREGADOS - GESTÃO INDIRETA - PLANO C REALIZADO - 2º SEMESTRE DE 2011

GESTÃO INDIRETA	
Descrição - PLANO C	2º Semestre de 2011
	Valores em R\$
Taxa de Administração	3.352.736,27
Taxa de Custódia	202.804,65
Taxa de Fiscalização - CVM	42.119,98
Taxa de Auditoria	33.886,72
<b>Total dos Custos com Investimentos</b>	<b>3.631.547,61</b>
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>3.138.310.123,56</b>
<b>% dos Custos sobre os Investimentos</b>	<b>0,12%</b>

## II. Custos com Administração dos Recursos – PrevMais

### ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL CUSTOS SEGREGADOS - GESTÃO DIRETA - PREVMAIS REALIZADO - 1º SEMESTRE DE 2011

GESTÃO DIRETA	
Descrição - PREVMAIS	1º Semestre de 2011
	Valores em R\$
Custódia Qualificada	24.874,50
Consultorias (PPS/Consult)	4.191,41
Consultoria de Risco de Crédito (Fitch Ratings)	1.960,73
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	16.791,08
<b>Total dos Custos com Investimentos</b>	<b>47.817,73</b>
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>522.519.974,90</b>
<b>% dos Custos sobre os Investimentos</b>	<b>0,009%</b>

### ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL CUSTOS SEGREGADOS - GESTÃO INDIRETA - PREVMAIS REALIZADO - 1º SEMESTRE DE 2011

GESTÃO INDIRETA	
Descrição - PREVMAIS	1º Semestre de 2011
	Valores em R\$
Taxa de Administração	514.045,32
Taxa de Custódia	31.262,28
Taxa de Fiscalização - CVM	12.361,50
Taxa de Auditoria	11.320,86
<b>Total dos Custos com Investimentos</b>	<b>568.989,96</b>
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>522.519.974,90</b>
<b>% dos Custos sobre os Investimentos</b>	<b>0,109%</b>

## III. Custos com Administração dos Recursos – Plano B

### ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL CUSTOS SEGREGADOS - GESTÃO DIRETA - PLANO B REALIZADO - 1º SEMESTRE DE 2011

GESTÃO DIRETA	
Descrição - PLANO B	1º Semestre de 2011
	Valores em R\$
Custódia Qualificada	846,52
Consultorias (PPS/Consult)	144,50
Consultoria de Risco de Crédito (Fitch Ratings)	67,21
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	537,72
<b>Total dos Custos com Investimentos</b>	<b>1.595,95</b>
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>17.614.456,75</b>
<b>% dos Custos sobre os Investimentos</b>	<b>0,009%</b>

### ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL CUSTOS SEGREGADOS - GESTÃO INDIRETA - PLANO B REALIZADO - 1º SEMESTRE DE 2011

GESTÃO INDIRETA	
Descrição - PLANO B	1º Semestre de 2011
	Valores em R\$
Taxa de Administração	11.628,71
Taxa de Custódia	669,41
Taxa de Fiscalização - CVM	436,08
Taxa de Auditoria	475,85
<b>Total dos Custos com Investimentos</b>	<b>13.210,05</b>
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>17.614.456,75</b>
<b>% dos Custos sobre os Investimentos</b>	<b>0,075%</b>

### ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL CUSTOS SEGREGADOS - GESTÃO DIRETA - PREVMAIS REALIZADO - 2º SEMESTRE DE 2011

GESTÃO DIRETA	
Descrição - PREVMAIS	2º Semestre de 2011
	Valores em R\$
Custódia Qualificada	31.683,60
Consultorias (PPS/Consult)	4.545,04
Consultoria de Risco de Crédito (Fitch Ratings)	-
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	22.423,09
<b>Total dos Custos com Investimentos</b>	<b>58.651,72</b>
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>601.692.537,84</b>
<b>% dos Custos sobre os Investimentos</b>	<b>0,010%</b>

### ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL CUSTOS SEGREGADOS - GESTÃO INDIRETA - PREVMAIS REALIZADO - 2º SEMESTRE DE 2011

GESTÃO INDIRETA	
Descrição - PREVMAIS	2º Semestre de 2011
	Valores em R\$
Taxa de Administração	600.664,85
Taxa de Custódia	15.520,56
Taxa de Fiscalização - CVM	13.258,52
Taxa de Auditoria	2.077,70
<b>Total dos Custos com Investimentos</b>	<b>631.521,63</b>
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>601.692.537,84</b>
<b>% dos Custos sobre os Investimentos</b>	<b>0,10%</b>

### ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL CUSTOS SEGREGADOS - GESTÃO DIRETA - PLANO B REALIZADO - 2º SEMESTRE DE 2011

GESTÃO DIRETA	
Descrição - PLANO B	2º Semestre de 2011
	Valores em R\$
Custódia Qualificada	999,22
Consultorias (PPS/Consult)	142,26
Consultoria de Risco de Crédito (Fitch Ratings)	-
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	622,41
<b>Total dos Custos com Investimentos</b>	<b>1.763,90</b>
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>18.103.039,14</b>
<b>% dos Custos sobre os Investimentos</b>	<b>0,010%</b>

### ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL CUSTOS SEGREGADOS - GESTÃO INDIRETA - PLANO B REALIZADO - 2º SEMESTRE DE 2011

GESTÃO INDIRETA	
Descrição - PLANO B	2º Semestre de 2011
	Valores em R\$
Taxa de Administração	12.270,10
Taxa de Custódia	427,06
Taxa de Fiscalização - CVM	301,61
Taxa de Auditoria	26,35
<b>Total dos Custos com Investimentos</b>	<b>13.025,13</b>
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>18.103.039,14</b>
<b>% dos Custos sobre os Investimentos</b>	<b>0,07%</b>

#### IV. Custos com Administração dos Recursos – Plano A

##### ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL CUSTOS SEGREGADOS - GESTÃO DIRETA - PLANO A REALIZADO - 1º SEMESTRE DE 2011

GESTÃO DIRETA	
Descrição - PLANO A	1º Semestre de 2011
	Valores em R\$
Custódia Qualificada	774,63
Consultorias (PPS/Consult)	132,41
Consultoria de Risco de Crédito (Fitch Ratings)	61,51
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	492,80
<b>Total dos Custos com Investimentos</b>	<b>1.461,35</b>
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>16.011.973,52</b>
<b>% dos Custos sobre os Investimentos</b>	<b>0,009%</b>

##### ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL CUSTOS SEGREGADOS - GESTÃO INDIRETA - GRUPO A REALIZADO - 1º SEMESTRE DE 2011

GESTÃO INDIRETA	
Descrição - PLANO A	1º Semestre de 2011
	Valores em R\$
Taxa de Administração	6.961,61
Taxa de Custódia	685,95
Taxa de Fiscalização - CVM	459,72
Taxa de Auditoria	225,70
<b>Total dos Custos com Investimentos</b>	<b>8.332,98</b>
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>16.011.973,52</b>
<b>% dos Custos sobre os Investimentos</b>	<b>0,052%</b>

#### V. Custos Totais – Consolidado

##### ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL CUSTOS CONSOLIDADOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS REALIZADO - 1º SEMESTRE DE 2011

GESTÃO DIRETA	
Descrição	1º Semestre de 2011
	Valores em R\$
Custódia Qualificada	193.036,68
Consultorias (PPS/Consult)	33.193,94
Consultoria de Risco de Crédito (Fitch Ratings)	15.520,36
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	170.740,06
<b>Total dos Custos com Investimentos</b>	<b>412.491,04</b>
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>3.639.849.485,58</b>
<b>% dos Custos sobre os Investimentos</b>	<b>0,011%</b>

##### ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL CUSTOS CONSOLIDADOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS REALIZADO - 1º SEMESTRE DE 2011

GESTÃO INDIRETA	
Descrição	1º Semestre de 2011
	Valores em R\$
Taxa de Administração	4.523.076,83
Taxa de Custódia	84.585,24
Taxa de Fiscalização - CVM	59.632,92
Taxa de Auditoria	59.602,12
<b>Total dos Custos com Investimentos</b>	<b>4.726.897,10</b>
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>3.639.849.485,58</b>
<b>% dos Custos sobre os Investimentos</b>	<b>0,130%</b>

##### ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL CUSTOS SEGREGADOS - GESTÃO DIRETA - PLANO A REALIZADO - 2º SEMESTRE DE 2011

GESTÃO DIRETA	
Descrição - PLANO A	2º Semestre de 2011
	Valores em R\$
Custódia Qualificada	929,51
Consultorias (PPS/Consult)	131,97
Consultoria de Risco de Crédito (Fitch Ratings)	-
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	576,77
<b>Total dos Custos com Investimentos</b>	<b>1.638,25</b>
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>16.463.107,53</b>
<b>% dos Custos sobre os Investimentos</b>	<b>0,010%</b>

##### ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL CUSTOS SEGREGADOS - GESTÃO INDIRETA - GRUPO A REALIZADO - 2º SEMESTRE DE 2011

GESTÃO INDIRETA	
Descrição - PLANO A	2º Semestre de 2011
	Valores em R\$
Taxa de Administração	8.524,87
Taxa de Custódia	298,30
Taxa de Fiscalização - CVM	263,20
Taxa de Auditoria	15,09
<b>Total dos Custos com Investimentos</b>	<b>9.101,46</b>
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>16.463.107,53</b>
<b>% dos Custos sobre os Investimentos</b>	<b>0,06%</b>

##### ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL CUSTOS CONSOLIDADOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS REALIZADO - 2º SEMESTRE DE 2011

GESTÃO DIRETA	
Descrição	2º Semestre de 2011
	Valores em R\$
Custódia Qualificada	227.929,10
Consultorias (Risk Office/Consult)	32.496,90
Consultoria de Risco de Crédito (Fitch Ratings)	-
Softwares de Controle e Acomp. dos Investimentos	159.348,20
<b>Total dos Custos com Investimentos</b>	<b>419.774,20</b>
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>3.774.568.808,07</b>
<b>% dos Custos sobre os Investimentos</b>	<b>0,011%</b>

##### ECONOMUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL CUSTOS CONSOLIDADOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS REALIZADO - 2º SEMESTRE DE 2011

GESTÃO INDIRETA	
Descrição	2º Semestre de 2011
	Valores em R\$
Taxa de Administração	4.514.932,01
Taxa de Custódia	239.786,21
Taxa de Fiscalização - CVM	69.625,28
Taxa de Auditoria	46.901,56
<b>Total dos Custos com Investimentos</b>	<b>4.871.245,06</b>
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>3.774.568.808,07</b>
<b>% dos Custos sobre os Investimentos</b>	<b>0,13%</b>

## Balancos Patrimoniais Consolidados em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2011	2010	Passivo	Nota	2011	2010
Disponível		4.481	6	Exigível operacional		12.202	10.705
Realizável		4.278.672	4.010.259	Gestão previdencial		7.446	6.295
Gestão previdencial	4.1	454.868	458.633	Gestão administrativa		4.623	3.951
Gestão administrativa	4.2	18.751	19.402	Investimentos		133	459
Investimentos	4.3	3.805.053	3.532.224	Exigível contingencial	4.5	71.851	52.454
Títulos públicos		2.075.468	1.943.357	Gestão previdencial		50.365	33.995
Créditos privados e depósitos		393.998	411.491	Gestão administrativa		16.393	13.575
Ações		101.501	109.638	Investimentos		5.093	4.884
Fundos de investimento		1.111.508	969.872	Patrimônio social		4.200.635	3.947.777
Investimentos imobiliários		31.543	18.259	Patrimônio de cobertura do plano		4.049.291	3.839.853
Empréstimos		82.962	71.563	Provisões matemáticas	4.6	4.125.207	3.819.425
Depósitos judiciais/recursais		5.093	4.875	Benefícios concedidos		3.190.032	2.886.076
Outros realizáveis		2.980	3.169	Benefícios a conceder		1.314.914	1.305.507
Permanente	4.4	1.535	671	(-) provisões matemáticas a constituir		-379.739	-372.158
Imobilizado		1.040	671	Equilíbrio técnico		-75.916	20.428
Intangível		495	-	Resultados realizados		-496.828	-409.899
Gestão assistencial		487.235	457.068	Superávit técnico acumulado		-	-
				(-) déficit técnico acumulado	4.7	-496.828	-409.899
				Resultados a realizar		420.912	430.327
				Fundos	4.8	151.344	107.924
				Fundos previdenciais		128.941	83.879
				Fundos administrativos		21.329	23.024
				Fundos dos investimentos		1.074	1.021
				Gestão assistencial		487.235	457.068
<b>Total do ativo</b>		<b>4.771.923</b>	<b>4.468.004</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>4.771.923</b>	<b>4.468.004</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sergio Iunes Brito  
Diretor Superintendente

Paulo Leite Julião  
Diretor Financeiro

Renato Donizeti Grossi  
Contador  
CRC 1SP169061/0-5  
CPF 046.386.338-03

## Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Descrição	2011	2010	Varição (%)
A) Patrimônio Social - Início do exercício	3.517.450	3.115.219	12,91
1. Adições	598.302	679.808	(11,99)
Contribuições previdenciais	178.942	157.555	13,57
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão previdencial	385.131	491.140	(21,58)
Receitas Administrativas	19.629	17.764	10,50
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.737	1.673	3,83
Constituição de Fundos de Investimentos	53	436	(87,84)
Receitas Assistenciais	12.810	11.240	13,97
2. Destinações	(336.029)	(277.577)	21,06
Benefícios	(285.890)	(239.380)	19,43
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(14.269)	(11.174)	27,70
Despesas Administrativas	(20.441)	(14.475)	41,22
Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(2.619)	(1.361)	92,43
Despesas Assistenciais	(12.810)	(11.187)	14,51
3. Acréscimo/(Decréscimo) no Patrimônio Social (1+2)	262.273	402.231	(34,80)
Provisões matemáticas	305.782	401.842	(23,90)
Fundos previdenciais	45.062	6.192	627,75
Fundos administrativos	(1.695)	3.655	(146,37)
Fundos dos investimentos	53	436	(87,84)
Superávit/(Déficit) técnico do exercício	(86.929)	(9.894)	778,60
Gestão assistencial	30.167	37.246	(19,01)
B) Patrimônio Social - Final do exercício (A+3)	3.779.723	3.517.450	7,46

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do ativo líquido por plano de benefício

Regulamento Complementar nº 2

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

<b>Descrição</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>Variação (%)</b>
A) Ativo Líquido - início do exercício	15.911	14.394	10,54
1. Adições	5.304	3.696	43,51
Contribuições	3.405	2.257	50,86
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.894	1.439	31,62
Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	5	-	-
2. Destinações	(4.385)	(2.179)	101,24
Benefícios	(2.909)	(1.578)	84,35
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(139)	(100,00)
Custeio Administrativo	(1.476)	(462)	219,48
3. Acréscimo/(Decréscimo) no Ativo Líquido (1+2)	919	1.517	(39,42)
Provisões Matemáticas	(1.525)	1.619	(194,19)
Fundos Previdenciais	753	(297)	(353,54)
Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	1.691	195	767,18
B) Ativo Líquido - Final do exercício (A+3)	16.830	15.911	5,78
C) Fundos não previdenciais	1.451	841	72,53
Fundos Administrativos	1.451	841	72,53

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração das mutações do ativo líquido por plano de benefício

Regulamento Complementar nº 1

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Descrição	2011	2010	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do exercício	19.526	16.612	17,54
1. Adições	4.751	4.048	17,37
Contribuições	2.696	1.903	41,67
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.055	1.534	33,96
Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	-	611	(100,00)
2. Destinações	(2.191)	(1.134)	93,21
Benefícios	(1.053)	(997)	5,62
Constituição de Contingências - Gestão previdencial	(116)	-	-
Custeio Administrativo	(1.022)	(137)	645,99
3. Acréscimo/(Decréscimo) no ativo líquido (1 +2)	2.560	2.914	(12,15)
Provisões Matemáticas	365	1.300	(71,92)
Fundos Previdenciais	759	942	(19,43)
Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	1.436	672	113,69
B) Ativo Líquido - Final do exercício (A+3)	22.086	19.526	13,11
C) Fundos não previdenciais	573	274	109,12
Fundos Administrativos	573	274	109,12

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração das mutações do ativo líquido por plano de benefício

Regulamento Geral

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Descrição	2011	2010	Varição (%)
A) Ativo líquido - Início do exercício	3.003.420	2.739.849	9,62
1. Adições	388.731	498.669	(22,05)
Contribuições	64.832	48.404	33,94
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	323.899	450.265	(28,06)
2. Destinações	(275.005)	(235.098)	16,97
Benefícios	(256.211)	(219.497)	16,73
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(14.158)	(11.647)	21,56
Custeio Administrativo	(4.636)	(3.954)	17,25
3. Acréscimo/(Decréscimo) no Ativo Líquido (1+2)	113.726	263.571	(56,85)
Provisões Matemáticas	184.664	288.255	(35,94)
Fundos Previdenciais	-	(5.801)	(100,00)
Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	(70.938)	(18.883)	275,67
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	3.117.146	3.003.420	3,79
C) Fundos não previdenciais	15.801	18.770	(15,82)
Fundos Administrativos	14.781	17.761	(16,78)
Fundos dos Investimentos	1.020	1.009	1,09

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do ativo líquido por plano de benefício

PrevMais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Descrição	2011	2010	Varição (%)
A) Ativo Líquido - Início do exercício	454.548	324.409	40,12
1. Adições	181.791	156.220	16,37
Contribuições	124.507	118.318	5,23
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	57.284	37.902	51,14
2. Destinações	(35.081)	(26.081)	34,51
Benefícios	(25.717)	(17.308)	48,58
Custeio Administrativo	(9.364)	(8.773)	6,74
3. Acréscimo/(Decréscimo) no Ativo Líquido (1+2)	146.710	130.139	12,73
Provisões Matemáticas	122.278	110.669	10,49
Fundos Previdenciais	43.550	11.348	283,77
Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	(19.118)	8.122	(335,39)
B) Ativo Líquido - Final do exercício (A+3)	601.258	454.548	32,28
C) Fundos não previdenciais	4.578	4.160	10,05
Fundos Administrativos	4.524	4.148	9,06
Fundos dos Investimentos	54	12	350,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do ativo líquido por plano de benefício

Regulamento Complementar nº 2

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Descrição	Notas	2011	2010	Varição (%)
1. Ativos		22.622	19.744	14,58
Disponível		-	1	(100,00)
Recebível		6.159	4.389	40,33
Investimento		16.463	15.354	7,22
Créditos Privados e Depósitos		7.437	7.715	(3,60)
Fundos de Investimento		9.026	7.639	18,16
2. Obrigações		4.341	2.992	45,09
Operacional		1.030	421	144,66
Contingencial		3.311	2.571	28,78
3. Fundos não previdenciais		1.451	841	72,53
Fundos Administrativos		1.451	841	72,53
5. Ativo líquido (1-2-3)		16.830	15.911	5,78
Provisões Matemáticas		8.137	9.662	(15,78)
Superávit/(Déficit) Técnico	4.7	1.886	194	872,16
Fundos Previdenciais		6.807	6.055	12,42

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do ativo líquido por plano de benefício

Regulamento Complementar nº 1

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Descrição	Notas	2011	2010	Variação (%)
1. Ativos		30.046	25.146	19,49
Disponível		1	1	-
Recebível		11.942	9.240	29,24
Investimento		18.103	15.905	13,82
Créditos Privados e Depósitos		8.265	8.848	(6,59)
Fundos de Investimento		9.838	7.057	39,41
2. Obrigações		7.387	5.346	38,18
Operacional		538	159	238,36
Contingencial		6.849	5.187	32,04
3. Fundos não previdenciais		573	274	109,12
Fundos Administrativos		573	274	109,12
5. Ativo líquido (1-2-3)		22.086	19.526	13,11
Provisões Matemáticas		13.118	12.753	2,86
Superávit/(Déficit) Técnico	4.7	2.108	672	213,69
Fundos Previdenciais		6.860	6.101	12,44

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do ativo líquido por plano de benefício

Regulamento Geral

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Descrição	Notas	2011	2010	Varição (%)
1. Ativos		3.604.485	3.489.547	3,29
Disponível		4.106	3	136.766,67
Recebível		453.322	463.654	(2,23)
Investimento		3.147.057	3.025.890	4,00
Títulos Públicos		2.075.468	1.943.357	6,80
Créditos Privados e Depósitos		260.171	272.287	(4,45)
Ações		101.501	109.638	(7,42)
Fundos de Investimento		602.055	606.460	(0,73)
Investimentos Imobiliários		31.543	18.259	72,75
Empréstimos		69.178	69.108	0,10
Depósitos Judiciais/Recursais		5.093	4.875	4,47
Outros Realizáveis		2.048	1.906	7,45
2. Obrigações		50.626	37.030	36,72
Operacional		5.329	5.909	(9,82)
Contingencial		45.297	31.121	45,55
3. Fundos não previdenciais		15.801	17.761	(11,04)
Fundos Administrativos		14.781	17.761	(16,78)
Fundos dos Investimentos		1.020	-	-
4. Resultados a realizar		420.912	430.327	(2,19)
5. Ativo líquido (1-2-3-4)		3.117.146	3.004.429	3,75
Provisões Matemáticas		3.618.411	3.433.747	5,38
Superávit/(Déficit) Técnico	4.7	(501.265)	(430.327)	16,48

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do ativo líquido por plano de benefício

PrevMais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Descrição	Notas	2011	2010	Variação (%)
1. Ativos		606.517	458.969	32,15
Disponível		1	-	-
Recebível		4.773	4.374	9,12
Investimento		601.743	454.595	32,37
Créditos Privados e Depósitos		114.635	118.999	(3,67)
Fundos de Investimento		473.324	333.140	42,08
Empréstimos		13.784	2.456	461,24
2. Obrigações		682	261	161,30
Operacional		682	261	161,30
3. Fundos não Previdenciais		4.578	4.160	10,05
Fundos Administrativos		4.524	4.148	9,06
Fundos dos Investimentos		54	12	350,00
5. Ativo Líquido (1-2-3)		601.257	454.548	32,28
Provisões Matemáticas		485.541	363.263	33,66
Superávit/(Déficit) Técnico	4.7	443	19.561	(97,74)
Fundos Previdenciais		115.273	71.724	60,72

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Consolidadas do Plano de Gestão Administrativa (PGA)  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

<b>Descrição</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>Variação (%)</b>
A) Fundo administrativo do exercício anterior	23.024	19.369	18,87
1. Custeio da gestão administrativa	34.175	30.678	11,40
1.1. Receitas	34.175	30.678	11,40
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	16.498	13.326	23,80
Custeio Administrativo dos Investimentos	444	774	(42,64)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	850	1.470	(42,18)
Receitas Diretas	552	1.881	(70,65)
Resultado Positivo dos Investimentos	1.737	1.673	3,83
Reembolso da Gestão Assistencial	12.810	11.240	13,97
Outras Receitas	1.284	314	308,92
2. Despesas administrativas	35.870	25.662	39,78
2.1. Administração previdencial	16.078	9.017	78,31
Pessoal e encargos	6.155	4.758	29,36
Treinamentos/congressos e seminários	61	138	(55,80)
Viagens e estadias	158	159	(0,63)
Serviços de terceiros	5.657	2.737	106,69
Despesas gerais	1.266	1.059	19,55
Depreciações e amortizações	162	166	(2,41)
Contingências	2.619	-	-
2.2. Administração dos investimentos	6.982	5.458	27,92
Pessoal e encargos	4.386	3.266	34,29
Treinamentos/congressos e seminários	35	65	(46,15)
Viagens e estadias	60	41	46,34
Serviços de terceiros	1.709	1.598	6,95
Despesas gerais	761	431	76,57
Depreciações e amortizações	31	57	(45,61)
2.3. Administração assistencial	12.810	11.187	14,51
4. Sobre/Insuficiência da gestão administrativa (1-2-3)	(1.695)	3.655	(146,37)
5. Constituição/Reversão do fundo administrativo (4)	(1.695)	3.655	(146,37)
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5)	21.329	23.024	(7,36)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das obrigações atuariais por plano de benefício

Regulamento Complementar nº 2

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Descrição	2011	2010	Varição (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	10.023	9.857	1,68
1. Provisões matemáticas	8.137	9.662	(15,78)
1.1. Benefícios concedidos	1.592	993	60,32
Benefício definido	1.592	993	60,32
1.2. Benefício a conceder	6.545	8.669	(24,50)
Benefício definido	6.545	8.669	(24,50)
2. Equilíbrio técnico	1.886	195	867,18
2.1. Resultados realizados	1.886	195	867,18
Superávit técnico acumulado	1.886	195	867,18
Reserva de contingência	1.886	195	867,18

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações das obrigações atuariais por plano de benefício

Regulamento Complementar nº 1

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Descrição	2011	2010	Varição (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	15.226	13.425	13,42
1. Provisões Matemáticas	13.118	12.753	2,86
1.1. Benefícios concedidos	6.917	5.783	19,61
Benefício definido	6.917	5.783	19,61
1.2. Benefício a conceder	6.201	6.970	(11,03)
Benefício definido	6.201	6.970	(11,03)
2. Equilíbrio técnico	2.108	672	213,69
2.1. Resultados realizados	2.108	672	213,69
Superávit técnico acumulado	2.108	672	213,69
Reserva de contingência	2.108	672	213,69

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das obrigações atuariais por plano de benefício

Regulamento Geral

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Descrição	2011	2010	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	3.538.058	3.433.747	3,04
1. Provisões matemáticas	3.618.411	3.433.747	5,38
1.1. Benefícios concedidos	3.057.600	2.791.028	9,55
Benefício definido	3.057.600	2.791.028	9,55
1.2. Benefício a conceder	940.550	1.014.877	(7,32)
Benefício definido	940.550	1.014.877	(7,32)
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(379.739)	(372.158)	2,04
(-) Déficit equacionado	(379.739)	(372.158)	2,04
(-) Patrocinador(es)	(189.870)	(185.986)	2,09
(-) Participantes	(50.482)	(66.467)	(24,05)
(-) Assistidos	(139.387)	(119.705)	16,44
2. Equilíbrio técnico	(80.353)	-	-
2.1. Resultados realizados	(501.265)	(430.327)	16,48
(-) Déficit técnico acumulado	(501.265)	(430.327)	16,48
2.2. Resultados a realizar	420.912	430.327	(2,19)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das obrigações atuariais por plano de benefício

PrevMais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

Descrição	2011	2010	Varição (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	485.984	382.824	26,95
1. Provisões matemáticas	485.541	363.263	33,66
1.1. Benefícios concedidos	123.922	88.272	40,39
Contribuição Definida	28.740	20.328	41,38
Benefício Definido	95.182	67.944	40,09
1.2. Benefício a conceder	361.619	274.991	31,50
Contribuição Definida	361.619	274.991	31,50
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	175.134	134.070	30,63
Saldo de contas - parcela participantes	186.485	140.921	32,33
2. Equilíbrio técnico	443	19.561	(97,74)
2.1. Resultados realizados	443	19.561	(97,74)
Superávit técnico acumulado	443	19.561	(97,74)
Reserva de contingência	443	16.986	(97,39)
Reserva para revisão de plano	-	2.575	(100,00)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

## 1. Contexto operacional

O Economus - Instituto de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituído em 1º de setembro de 1977 e patrocinado pelo Banco do Brasil S.A. e pelo próprio Economus, exclusivamente para os empregados oriundos do Banco Nossa Caixa S.A. e do Economus. Administra planos de Benefício Definido e de Contribuição Variável.

As normas de controle e fiscalização que o Economus obedece são emanadas pelo Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O Economus administra quatro planos de benefícios, que estão inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPc) das entidades fechadas de previdência complementar, mantido pela Previc.

Os planos desenhados na modalidade de benefício definido (BD) possuem como finalidade a complementação dos benefícios assegurados pelo INSS aos participantes, a saber: BD - Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B), Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A) e Regulamento Geral (Grupo C).

Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B): assegura o pagamento de complementação de auxílio doença e de pecúlio por invalidez para os participantes em atividade, além de pecúlio por morte para todos os dependentes dos participantes que forem elegíveis ao recebimento de pensão. A quantidade de participantes tem a seguinte composição:

	2011	2010
Participantes	1.255	1.263
Aposentados	9	9
Pensionistas	2	3
<b>Total</b>	<b>1.266</b>	<b>1.275</b>

Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A): assegura o pagamento do benefício de pecúlio por morte. A quantidade de participantes tem a seguinte composição:

	2011	2010
Participantes	1.342	1.419
Pensionistas	7	10
<b>Total</b>	<b>1.349</b>	<b>1.429</b>

Regulamento Geral (Grupo C): assegura o pagamento da complementação de benefícios de prestação continuada, a saber: aposentadorias, pensão por morte e auxílio doença. Além desses, também está assegurado o pagamento, em forma de prestação única, de pecúlio por morte e por invalidez. A quantidade de participantes tem a seguinte composição:

	2011	2010
Ativos	44	48
Autopatrocinado - Não Saldado	1	2
Autopatrocinado - Saldado	57	56
Participantes em BPD	23	30
Optantes pelo Saldamento	5.617	5.852
Aposentados	5.749	5.571
Pensionistas	416	418
<b>Total</b>	<b>11.907</b>	<b>11.977</b>

Em 10 de novembro de 2004 o Conselho Deliberativo do Economus aprovou o saldamento do Plano de Benefícios, instituído através do Regulamento Geral - Grupo C - para empregados do Banco Nossa Caixa S.A., incorporado pelo Banco do Brasil S. A em novembro de 2009 e do Economus.

O processo de saldamento foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) em 30 de dezembro de 2005, por meio do Ofício nº 2.713, reconhecendo que a base do benefício complementar seria calculada considerando os efeitos da Lei nº 9.876/99, que instituiu o fator previdenciário e a aplicação da média dos salários de contribuição de julho de 1994 em diante. De forma concomitante ao saldamento, foi criado o PrevMais.

O PrevMais foi instituído na modalidade de contribuição variável (CV). Estão previstos os benefícios de renda mensal vitalícia ou programada e suplementação de auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. A quantidade de participantes tem a seguinte composição:

	2011	2010
Ativos	9.239	9.274
Autopatrocinado - não Saldado	82	93
Autopatrocinado - Saldado	327	507
Participantes desligados que não manifestaram as respectivas opções pelos institutos	486	449
Participantes em BPD	15	6
Aposentados	847	675
Pensionistas	39	42
<b>Total</b>	<b>11.035</b>	<b>11.046</b>

Os planos de benefícios são custeados de forma paritária entre os participantes, assistidos e patrocinadores.

Os recursos dos planos necessários para o funcionamento do Economus são representados pelas contribuições dos patrocinadores, participantes, assistidos e pelos rendimentos resultantes das aplicações, que obedecem ao disposto na Resolução 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas e práticas brasileiras de contabilidade aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), e estão apresentadas em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC). Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos circulantes e em longo prazo.

A forma de apresentação das demonstrações contábeis contempla as operações consolidadas e individualizadas dos planos de benefícios administrados pelo Economus, quanto à gestão previdencial e gestão administrativa, conforme previsto na Resolução CGPC nº 28, de 6 de janeiro de 2009, revogada pela Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011.

De acordo com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os planos assistenciais à saúde, com registro e em situação ativa na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), devem efetuar e manter sua contabilidade em separado, de forma a possibilitar a identificação, a independência do patrimônio e a adequação à legislação aplicável estabelecida.

Estimativas e premissas, consideradas prudentes pela Administração, foram utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras contábeis, incluindo a mensuração do valor justo dos ativos financeiros e não financeiros, provisão para contingências e provisão para passivos atuariais. Essas premissas e estimativas são revistas periodicamente pela Administração e os resultados reais podem divergir, sendo reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas. Em atendimento à legislação vigente, o Economus está apresentando as informações financeiras dos planos assistenciais à saúde em separado, mas como parte das Demonstrações Contábeis, conforme demonstrado nas Informações Suplementares da Gestão Assistencial.

Os quadros, as informações e os demonstrativos constantes das notas explicativas estão expressos em milhares de reais.

## 3. Principais práticas contábeis

### a. Resultado das operações

O resultado do exercício foi apurado pelo regime de competência, exceto o recebimento das contribuições dos participantes autopatrocinados, os quais são reconhecidos no recebimento.

### b. Gestão previdencial

Representa os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais, contribuições extraordinárias, dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados

observando-se o plano de custeio, bem como o valor de resultados a realizar de títulos e valores mobiliários, pelo diferencial da taxa de juros dos títulos mantidos até o vencimento e a taxa de juros das obrigações atuariais.

### c. Gestão administrativa

Registra as atividades referentes à gestão administrativa do Economus, na forma do regulamento.

### d. Investimentos

Em atendimento à Resolução nº 4, de 30 de janeiro de 2002, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração do Economus, em duas categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios:

**i. Títulos para negociação:** incluem títulos e valores mobiliários adquiridos, com o objetivo de serem negociados frequentemente e de maneira ativa, contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados pelo valor de mercado, em que os ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

**ii. Títulos mantidos até o vencimento:** incluem títulos e valores mobiliários, para os quais há intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

O Economus utiliza a gestão direta (carteira própria) e a gestão indireta (fundos de investimentos exclusivos ou não e/ou carteiras administradas) como instrumento para viabilizar as operações financeiras. Nesse contexto, o Economus opera com investimentos em renda fixa, renda variável, fundos de investimentos, investimentos imobiliários, empréstimos a participantes e outros realizáveis, conforme descrição detalhada para cada segmento:

### Renda fixa

Os títulos públicos federais e os títulos privados (empresas) são adquiridos com o intuito de diminuir a volatilidade do portfólio, bem como, aqueles atrelados a índices de preços, objetivando a proteção do passivo atuarial do Regulamento Geral (Grupo C). São demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até 31 de dezembro de 2011, e se encontram classificados nas categorias de Títulos Mantidos até o Vencimento e Títulos para Negociação.

### Renda variável

Os ativos registrados nesse segmento correspondem às aplicações em ações adquiridas no mercado à vista. São registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas e precificadas ao valor de mercado pela cotação do último dia em que a ação tenha sido negociada em bolsa de valores. As ações não negociadas em bolsas de valores ou em mercado organizado foram avaliadas de acordo com as regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

### Fundos de investimentos

Os montantes relativos aos fundos de investimentos são representados pelo valor das quotas na data de encerramento do balanço, divulgadas pelo administrador responsável pelo fundo.

### Investimentos imobiliários

Imóveis para locação e renda são demonstrados pelo custo de aquisição, depreciados (exceto terrenos) mensalmente, de acordo com as taxas correspondentes ao tempo de vida útil, e ajustados por meio de reavaliações regulares. Os resultados dos ajustes positivos ou negativos são contabilizados nas contas específicas e a contrapartida em resultado. Essa prática tem por finalidade atualizar periodicamente o valor contábil dos imóveis a valor justo. (Nota 4.3 ii).

**Fundos Imobiliários:** são registrados de acordo com o valor da cota informada pelo administrador responsável pelo fundo.

### Empréstimos

O segmento de empréstimos é um benefício concedido aos participantes dos planos de benefícios administrados pelo Economus, normatizado pelo Conselho Deliberativo. O saldo é representado pelos empréstimos concedidos, acrescido dos encargos contratuais incorridos até 31 de dezembro de 2011.

Os prazos contratuais variam de acordo com o grupo em que o participante está registrado.

Para o registro contábil da provisão para crédito de liquidação duvidosa são observados os seguintes critérios:

**i. No caso de atraso entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias:** 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos;

**ii. No caso de atraso entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias:** 50% (cinquenta por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos;

**iii. No caso de atraso entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias:** 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos;

**iv. No caso de atraso superior a 360 (trezentos e sessenta) dias:** 100% (cem por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos.

Na hipótese de haver o provisionamento de 100% do saldo devedor, o plano de benefícios detentor de crédito é ressarcido integralmente pelo fundo contábil de contingência (risco de crédito) que, a partir desse momento, assume a posição dos eventuais devedores.

### Outros realizáveis

Composto pelos investimentos:

- investimento em controlada, avaliado pelo método de equivalência patrimonial; e
- depósito judicial para exercer o direito na subscrição de ações.

### e. Provisão para perdas

As provisões para perdas em investimentos são efetuadas segundo critérios definidos no item II da Instrução MPS/SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009. Portanto, os investimentos estão apresentados pelo valor líquido de realizações.

### f. Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em outras circunstâncias que indiquem a possibilidade de perda dos valores.

- A depreciação é feita pelo método linear, com taxa anual de 10% para móveis e utensílios e máquinas equipamentos e 20% para veículos e *hardware*.
- Composto por *softwares* e licenças de uso, são amortizados pelo método linear com taxa anual de 20%.

### g. Exigível operacional

Registra as obrigações conhecidas e calculáveis de cada gestão, pelo custo mais atualizações monetárias, quando aplicáveis.

### h. Exigível contingencial

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

**Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito são apenas divulgados nas demonstrações financeiras, quando aplicável.

**Passivos contingentes:** são constituídos considerando a opinião dos assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de nossos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

**Obrigações legais - Fiscais e Previdenciárias:** decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os depósitos judiciais efetuados pelo Economus e as provisões contingenciais são atualizados mensalmente pela taxa Selic, à exceção das provisões de seguro de vida, que são atualizadas pela taxa de poupança.

Em 2011, para fins de melhor apresentação das demonstrações financeiras e em atendimento a Instrução MPS/Previc nº 5 de 08 de setembro de 2011, os depósitos judiciais passaram a ser apresentados no ativo realizável. Como consequência, os saldos apresentados anteriormente em passivos contingenciais foram reclassificados, como segue:

Passivo contingencial		Ativo realizável		Passivo contingencial	
<b>Gestão Previdencial</b>		<b>Gestão Previdencial</b>		<b>Gestão Previdencial</b>	
Provisão	33.995			Provisão	33.995
Depósito	(19.357)	Depósito	19.357		
<b>Subtotal</b>	<b>14.638</b>	<b>Subtotal</b>	<b>19.357</b>	<b>Subtotal</b>	<b>33.995</b>
<b>Gestão Administrativa</b>		<b>Gestão Administrativa</b>		<b>Gestão Administrativa</b>	
Provisão	13.575			Provisão	13.575
Depósito	(12.132)	Depósito	12.132		
<b>Subtotal</b>	<b>1.443</b>	<b>Subtotal</b>	<b>12.132</b>	<b>Subtotal</b>	<b>13.575</b>
<b>Gestão de Investimentos</b>		<b>Gestão de Investimentos</b>		<b>Gestão de Investimentos</b>	
Provisão	4.884			Provisão	4.884
Depósito	(4.875)	Depósito	4.875		
<b>Subtotal</b>	<b>9</b>	<b>Subtotal</b>	<b>4.875</b>	<b>Subtotal</b>	<b>4.884</b>
<b>Total</b>	<b>16.090</b>	<b>Total</b>	<b>36.364</b>	<b>Total</b>	<b>52.454</b>

#### i. Imposto de renda, contribuição social e contribuições

O Economus, por se tratar de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar e não ter fins lucrativos, é isento da apuração de Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, PIS e COFINS.

#### j. Patrimônio social

Composto pelos recursos acumulados para fazer frente às obrigações de cada plano, o patrimônio social compreende o patrimônio de cobertura do plano e os fundos, segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos. As contas que compõem o patrimônio social são classificadas em:

#### I. Patrimônio de cobertura do plano

##### Provisões matemáticas

Representam, ao final de cada exercício, o valor dos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e beneficiários, com base em cálculos atuariais, elaborados por atuários externos.

##### i. Benefícios concedidos e a conceder

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor atual dos compromissos futuros em relação aos assistidos, ao passo que as de benefícios a conceder constituem o valor atual dos compromissos futuros, pelo método de crédito unitário projetado, avaliados proporcionalmente ao tempo de adesão, em relação aos participantes que ainda não iniciaram o recebimento do benefício de aposentadoria.

##### • Benefícios do plano com a geração atual

Representam o valor atual dos compromissos futuros, calculado pelo método de crédito unitário projetado, avaliado à época do benefício, em relação aos participantes que ainda não adquiriram o direito ao benefício de complementação da aposentadoria por tempo de contribuição ou idade.

##### • Outras contribuições da geração atual

Representam o valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos patrocinadores e participantes da geração atual que ainda não estejam em gozo do benefício de prestação continuada. Exclui-se toda contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes nesse plano, bem como as contribuições a serem recolhidas, tanto pelos integrantes da geração atual durante o período de percepção do benefício quanto pelos patrocinadores sobre o valor dos benefícios a serem pagos.

##### ii. (-) Provisões matemáticas a constituir

Representam, de acordo com o Plano Anual de Custeio, o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes aos déficits equacionados.

##### Equilíbrio técnico

É determinado em função dos resultados realizados e a realizar.

##### • Resultados realizados

São os resultados acumulados oriundos dos planos de benefícios, compostos por "Superávit Técnico" e pela conta redutora "Déficit Técnico".

### **Superávit/Déficit técnico acumulado**

Representa o excedente ou a insuficiência patrimonial de recursos para cobertura das provisões matemáticas (recursos necessários para arcar com o pagamento de benefício dos participantes) de benefícios a conceder (ativos ou autopatrocinados, que ainda não estão em gozo da aposentadoria). Para efeito do cálculo das provisões matemáticas (reservas atuariais), o atuário externo baseou-se na legislação que regula as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) e nos respectivos Regulamentos dos Planos de Benefícios (Nota 4.7).

#### **• Resultados a realizar**

Representa os resultados antecipados dos ajustes dos títulos, em decorrência da diferença positiva auferida entre o valor presente apurado pelos respectivos custos de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos dos títulos, componentes da categoria "títulos mantidos até o vencimento", e o valor presente desses títulos, considerando a taxa de desconto utilizado na última avaliação atuarial, com a devida anuência do órgão fiscalizador. Em 31 de dezembro de 2011, o plano de benefícios - Grupo C apresentava o montante de R\$ 420.912 (em 2010 era de R\$ 430.327).

### **II. Fundos**

Fundos são valores constituídos com finalidades específicas de acordo com sua origem previdencial, administrativa e de investimentos.

O fundo para cobertura de oscilação de riscos da gestão previdencial é calculado pelo atuário externo, conforme expresso em nota técnica atuarial de cada plano, sendo constituído para suportar possíveis desvios probabilísticos nas ocorrências de morte, invalidez e doença, em relação ao estimado no estudo (cálculo atuarial), assim como para cobertura de eventual rendimento inferior ao exigido para a atualização (correção) de benefícios concedidos (aposentadorias).

O fundo administrativo do plano de gestão administrativa é formado pelas receitas, deduzidas das despesas, acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da constituição e reversão das contingências contabilizadas no grupo de contas da gestão administrativa.

O fundo dos investimentos é constituído por meio da aplicação de percentual, denominado taxa de contingência, incidente sobre as parcelas pagas dos empréstimos quitados pelos participantes. Esse saldo será utilizado para cobertura do saldo devedor dos mutuários inadimplentes, assim como o pagamento dos custos decorrentes das medidas judiciais cabíveis. A utilização dos recursos desse fundo somente poderá ser efetivada mediante autorização dos órgãos deliberativos do Economus e depois de cessadas as chances de êxito na recuperação do crédito.

#### **i. Gestão assistencial**

As diretrizes contábeis referentes à Gestão Assistencial estão descritas nas Informações Suplementares da Gestão Assistencial.

#### **ii. Despesas administrativas**

As despesas administrativas são segregadas por tipo de gestão (Gestão previdencial, Gestão de investimentos e Gestão

assistencial) de acordo com critérios pré-estabelecidos e aprovados por ocasião da elaboração do orçamento da Entidade.

As despesas administrativas diretas de cada gestão são registradas nos respectivos grupamentos contábeis definidos pela Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011, no ato da ocorrência do fato contábil, sendo as despesas comuns às diversas gestões registradas nas contas contábeis da gestão previdencial e segregadas para as demais, ao final de cada mês, por critérios pré-estabelecidos.

Os critérios utilizados para a segregação das despesas administrativas comuns são apurados a partir de variáveis que observam o consumo da estrutura (espaço físico, quantidade de pessoas, área ocupada etc.) e a dedicação de cada área administrativa para cada tipo de Gestão.

#### **Custeio administrativo**

Os recursos da Gestão Administrativa são oriundos do custeio administrativo, repassados pelos Planos de Previdência, conforme o regulamento de cada plano, e registrados de forma segregada. Esses recursos são destinados exclusivamente ao pagamento das despesas administrativas das gestões previdencial e de investimentos. As despesas administrativas relacionadas à gestão assistencial são reembolsadas integralmente pelas receitas administrativas dos planos assistenciais.

Sobras e eventuais despesas que excederem esses percentuais serão incorporadas ao Fundo Administrativo.

Em 2011, o custeio administrativo teve as seguintes fontes:

- Custeio administrativo Previdencial BD: correspondente a 1,80% dos salários reais de participação (ativos) e das complementações (assistidos), sendo 0,90% de responsabilidade dos participantes e o mesmo percentual dos patrocinadores;
- Custeio administrativo Previdencial CV: correspondente à cobrança de contribuição, que varia de 0,15% a 0,94% sobre o salário de benefício dos participantes, sendo o dobro para os autopatrocinados;
- Custeio administrativo de Investimento: correspondente ao reembolso mensal dos gastos específicos da gestão de investimentos de cada plano;
- Receitas de administração de empréstimos: correspondente à taxa de administração recebida nas operações de empréstimos aos participantes.

#### **Resultado administrativo**

O resultado administrativo é apurado todo mês e registrado contabilmente de forma segregada pelos diversos planos previdenciais administrados pela Entidade, conforme determinação da Resolução CNPC Nº 8 de 31 de outubro de 2011 e IN 34, de 24 de setembro de 2009.

## 4 Composição por gestões

### 4.1 Gestão previdencial

A composição do ativo realizável da gestão previdencial está demonstrada a seguir:

	2011	2010
Gestão previdencial	454.868	458.633
Contribuições normais	199	1.490
a) Patrocinadores	90	1.209
Participantes	109	248
Autopatrocinados	-	33
Contribuições contratadas	965	2.378
b) Patrocinadores	343	1.821
Participantes	502	287
Autopatrocinados	120	270
Adiantamentos	741	607
Adiantamentos diversos	741	607
<b>c) Resultados a realizar</b>	<b>420.912</b>	<b>430.327</b>
Diversos		
<b>Gestão previdencial depósitos judiciais/Rekursais</b>	<b>26.042</b>	<b>19.357</b>
<b>Outros realizáveis</b>	<b>6.009</b>	<b>4.474</b>

(a) (b) A variação apontada nesses itens deve-se ao recebimento das contribuições de dezembro/2010 terem ocorrido nos primeiros dias de janeiro/2011.

#### (c) Contabilização - Resultados a Realizar

Durante os exercícios de 2002 e 2003, o Economus adquiriu títulos de baixo risco de crédito, Notas do Tesouro Nacional - NTNs-C, cujo cupom médio de aquisição foi de 10,22% ao ano, classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento e estão alocados ao plano de benefícios do Regulamento Geral - Grupo C. Os rendimentos a serem gerados por esses papéis, classificados na rubrica Resultados a Realizar, em 31 de dezembro de 2011, representam o montante de R\$ 420.912 de receitas futuras, já reconhecidos contabilmente.

A Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), autorizou em 09/06/2006, por meio do ofício nº 2206/SPC/GAB, o registro contábil, como Resultados a Realizar, condicionando tal registro à manutenção dos títulos mantidos até seu respectivo vencimento, ao Saldamento do Plano de Benefícios do Regulamento Geral (Grupo C) e a implantação do Plano de Contribuição Variável - PrevMais.

### 4.2 Gestão administrativa

A composição do ativo realizável da gestão administrativa está demonstrada abaixo:

	2011	2010
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>18.751</b>	<b>19.402</b>
<b>Contas a receber</b>	<b>4.682</b>	<b>7.031</b>
Transferência entre administrativos	1.428	4.646
Taxa administrativa folha aposentado	1.229	677
Contribuições para o custeio	395	711
Responsabilidade dos empregados	76	185
Responsabilidade de terceiros	18	17
Outros recursos a receber	1.536	795
Despesas antecipadas	21	221
<b>Gestão administrativa: depósitos judiciais/recursais</b>	<b>13.977</b>	<b>12.132</b>
Outros realizáveis	71	18

### 4.3 Gestão de investimentos

#### a. Composição da gestão de investimentos

##### i. Títulos de renda fixa e renda variável

		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
A- Títulos para negociação					
Fundos de renda fixa	Renda fixa	531.194	531.194	434.627	434.627
Títulos de renda fixa	Renda fixa	-	-	14.015	14.015
Títulos públicos (1)	Renda fixa	408.430	408.130	36.380	36.380
Créditos privados e depósitos	Renda fixa	130.552	130.552	158.255	158.255
Carteira de ações	Renda variável	101.501	101.501	109.638	109.638
Fundos - empréstimos	Renda fixa	1.074	1.074	1.013	1.013
<b>Fundos de renda variável</b>	<b>Renda variável</b>	<b>382.088</b>	<b>382.088</b>	<b>403.392</b>	<b>403.392</b>
<b>Total (1)</b>		<b>1.554.839</b>	<b>1.554.539</b>	<b>1.157.320</b>	<b>1.157.320</b>

Segmento	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	
B- Títulos mantidos até o vencimento					
Fundos de renda fixa	Renda fixa	64.432	64.432	-	-
Títulos públicos (1)	Renda fixa	1.667.038	2.170.757	1.906.976	2.423.592
Créditos privados e depósitos	Renda fixa	263.446	263.435	253.237	253.218
Fundos de renda variável	Renda variável	50.250	50.250	46.621	46.621
Investimentos estruturados	Invest. estruturado	82.469	82.469	70.204	70.204
<b>Total (2)</b>		<b>2.127.635</b>	<b>2.631.343</b>	<b>2.277.038</b>	<b>2.793.635</b>
<b>Total (1+2)</b>		<b>3.682.474</b>	<b>4.185.882</b>	<b>3.434.358</b>	<b>3.950.955</b>
Investimentos imobiliários		31.543	31.543	18.259	18.259
Empréstimos		82.963	82.963	71.563	71.563
Depósito Judicial		5.093	5.093	4.875	4.875
<b>Outros Realizáveis</b>		<b>2.980</b>	<b>2.980</b>	<b>3.169</b>	<b>3.169</b>
<b>Total investimentos</b>		<b>3.805.053</b>	<b>4.308.461</b>	<b>3.532.224</b>	<b>4.048.821</b>

(1) A diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos públicos deve ser analisada em conjunto com a nota nº 4.1-Resultados a Realizar.

Em dezembro de 2011, o Economus realizou a reclassificação de títulos públicos NTN-C que integram a carteira própria do Plano C de "Títulos Mantidos até o Vencimento" para "Títulos para Negociação", no montante de R\$ 386.584.

Essa reclassificação tem como objetivo permitir que a Entidade verifique a possibilidade de troca das NTN-C com vencimento em 2017 por NTN-B com vencimentos mais longos.

Estudos realizados em outubro de 2011 de *Asset Liability Management* (ALM) mostraram que o Plano C suporta esse alongamento na carteira de ativos, com a aquisição de títulos NTN-B, com vencimentos em 2030 e 2045, sem comprometer a liquidez do plano.

Os ganhos decorrentes da reclassificação dos títulos Vencimento/Negociação foram reconhecidos imediatamente no resultado de 2011 pelo valor de R\$ 20.064.

Em 31 de dezembro de 2011, os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimentos exclusivos estão assim demonstrados:

Fundos Exclusivos	Ativo/Passivo	Ativo/Passivo
<b>A- SINGULAR ECO FIC DE FIM</b>	<b>35.632</b>	<b>31.591</b>
Fundo Advis Enduro 30 FicFim	390	2.946
Fundo Advis Delta 30 FicFi	373	-
Advis Delta FicFim	2.769	-
Cshg VII Ficfim	1.746	1.561
Duna Ls 60 Fic de FI	2.007	1.459
Advis Enduro Fic Fim	1.701	1.370
Gap Absoluto Fim	3.146	-
Gap Ações Fia	894	-
Gap Long Short Fim	1.770	971
Itaú Soberano Refere	503	512
Jgp Max Fic Fim	4.445	3.901
Kadima 30 FIC Fim	2.167	1.991
Kondor Max Fic Fim	4.868	3.921
Mellom Fir Di Lp	11	297
Murano Fic de Fim	1.728	1.523
Spx Nimitz Fdr FicFi	3.926	2.526
Squadra Long Biased	631	-
Ventura Hedge Fim	2.575	-
Valores a pagar	(18)	(17)
Mapfre Inversion Fmn	-	1.553
Tesouraria	-	3
Gap Multi 30 Fim	-	3.214
Paineiras Hedge Fin	-	2.749
Brz Ls Advanced Fic	-	1.111
<b>B- SCHRODER ECO PLUS FIA</b>	<b>181.119</b>	<b>225.985</b>
Letra Financeira do Tesouro	486	1.007
Ações de Cias Abertas	134.973	195.886
Ações em Empréstimos -Dadas	44.851	29.083
Depósitos a vista	25	18
Valores a receber	4.399	8.202
Valores a pagar	(3.615)	(8.211)
<b>C- CITIBANK - FI RENDA FIXA ECO</b>	<b>128.660</b>	<b>193.454</b>
Letra Financeira	24.429	11.992
Letra do Tesouro Nacional	12.571	35.960
Letra Financeira do Tesouro	12.668	87.541
Nota do Tesouro Nacional B	3.996	3.376
Nota do Tesouro Nacional F	47.342	21.785
Cdb Pos ( CDI)	11.965	18.705
Dpge % CDI	1.852	3.763
Nota Crédito	2.527	2.146
Snd	11.339	8.211
Valores a pagar	(29)	(25)
<b>D- Operação Compromissada</b>	<b>8.609</b>	<b>6.161</b>
Letra do Tesouro Nacional	5.184	-
Safra Leasing S/A Arrend. Mercantil	3.425	-
Letra Financeiras do Tesouro	-	1.995
Real Leasing S/A Arrend. Mercantil	-	4.166
<b>E- Quotas de Fundos de Renda Fixa</b>	<b>1.611</b>	<b>959</b>
<b>Total</b>	<b>355.631</b>	<b>458.150</b>

## ii. Investimentos imobiliários

Em cumprimento à legislação, todos os imóveis existentes na carteira do Economus foram reavaliados em 2011 pela empresa Consult Soluções Patrimoniais, que apresentou os laudos em conformidade às normas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

	2010	Reclas- sificação	Adições	Reava- liação	Depre- ciações	2011
Terrenos	8.209			5.885	-	14.094
Aluguéis	297	(110)	42			229
<b>Edificações</b>	<b>9.753</b>	<b>110</b>	<b>1</b>	<b>7.745</b>	<b>(389)</b>	<b>17.220</b>
	<b>18.259</b>	<b>-</b>	<b>43</b>	<b>13.630</b>	<b>(389)</b>	<b>31.543</b>

O Economus possui imóveis locados ao patrocinador e a terceiros. Durante o exercício, os aluguéis recebidos totalizaram R\$ 2.193 (R\$ 1.511 em 2010).

## iii. Operações com empréstimos

Segue a movimentação da carteira de empréstimo em 2011:

	2010	Concessões	Amortizações	2011
Empréstimo a participante	71.702	66.211	(54.802)	83.111
<b>Provisão liquidação duvidosa</b>	<b>(139)</b>	<b>776</b>	<b>(786)</b>	<b>(149)</b>
	<b>71.563</b>	<b>66.987</b>	<b>(55.588)</b>	<b>82.962</b>

## iv. Total dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2011, o custo atualizado por vencimento estava distribuído da seguinte forma:

	2011	2010
A vencer em até um ano	139.105	124.800
A vencer entre um e cinco anos	1.108.815	459.860
A vencer após cinco anos	1.465.294	1.935.352
<b>Vencimento indeterminado</b>	<b>1.091.839</b>	<b>1.007.337</b>
	<b>3.805.053</b>	<b>3.527.349</b>

A administração dos investimentos da carteira própria é efetuada pelo Economus, tendo esses recursos o Citibank como prestador de serviços de custódia e controladoria qualificada, centralizando a totalidade dos títulos e valores mobiliários sob a sua guarda.

O contido na Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que dispõe sobre as diretrizes dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, foi cumprido na íntegra pelo Economus.

## 4.4 Permanente

A composição do ativo permanente está demonstrada abaixo:

Permanente	2010	Reclas- sificação	Adições	Baixa	Depreciações e amortizações	2011
Imobilizado						
Móveis e utensílios	133		7	-	(20)	120
Máquinas e equipamentos	339		692	-	(162)	869
Veículos	6		56	(3)	(10)	49
Direito de uso - telefone	2		-	-	-	2
<b>Software</b>	<b>191</b>	<b>(191)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>671</b>	<b>(191)</b>	<b>755</b>	<b>(3)</b>	<b>(192)</b>	<b>1.040</b>
Intangível						
<b>Software</b>	<b>-</b>	<b>191</b>	<b>358</b>	<b>-</b>	<b>(54)</b>	<b>495</b>
<b>Total</b>	<b>671</b>	<b>-</b>	<b>1.113</b>	<b>(3)</b>	<b>(246)</b>	<b>1.535</b>

## 4.5 Exigível contingencial

O Economus tem parte - polo passivo - em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão no montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

A composição do exigível contingencial das ações classificadas como prováveis está demonstrada como segue:

	2010	Adições	Atualização	Baixas	2011
<b>Depósitos</b>					
Fiscais	13.484	1.162	234	-	14.880
Trabalhistas	19.109	6.389	1.364	(162)	26.700
<b>Outras</b>	<b>3.772</b>	<b>352</b>	<b>364</b>	<b>(960)</b>	<b>3.528</b>
<b>Subtotal</b>	<b>36.365</b>	<b>7.903</b>	<b>1.962</b>	<b>(1.122)</b>	<b>45.108</b>
<b>Provisões</b>					
Fiscais	14.859	1.153	371	-	16.383
Trabalhistas	33.326	15.549	2.389	(253)	51.011
Cíveis	498	1.264	44	(877)	929
<b>Outras</b>	<b>3.772</b>	<b>363</b>	<b>354</b>	<b>(961)</b>	<b>3.528</b>
<b>Subtotal</b>	<b>52.455</b>	<b>18.329</b>	<b>3.158</b>	<b>(2.091)</b>	<b>71.851</b>

**Fiscais:** são compostas basicamente de: i) Mandado de Segurança - PIS/COFINS impetrado em 2006 teve liminar concedida e os valores apurados passaram a ser depositados judicialmente. Contabilmente, estão provisionados, em 2011, R\$ 5.854 (em 2010, R\$ 4.943) e depositados judicialmente em 2011, R\$ 5.752 (em 2010, R\$ 4.817). ii) Depósitos judiciais convertidos em renda da União. Com a edição da Medida Provisória 2222, de 04/09/2001, que dispôs sobre o Regime Especial de Tributação (RET), o Economus desistiu das ações em andamento. Os depósitos judiciais referentes ao PIS e COFINS efetuados de abril de 2000 a dezembro de 2002, totalizando R\$ 3.751 (provisão e depósito em 2009 e 2010), foram convertidos em renda da União, aguardando julgamento dos processos em andamento junto à Receita Federal do Brasil, para finalização dos procedimentos contábeis. iii) O Economus provisionou e depositou judicialmente valores devidos a título de IPTU dos bens constantes do Imobilizado. Em 2007, aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado da Prefeitura do Município de São Paulo, aguardando decisão. Em 2011, estão depositados e provisionados, R\$ 4.892 (R\$ 4.688 em 2010).

**Trabalhistas:** são compostas por ações interpostas por participantes e ex-participantes dos Grupos A, B e C e acompanhadas por escritórios de advocacia especializados.

**Cível:** são compostas por ações em andamento na justiça comum, com provisionamento, em 2011, de R\$ 929 e (2010, R\$ 498).

**Outras:** compostas de ações diversas contingenciais, basicamente dos Grupos A e B e seguro de vida. Contabilmente estão provisionados em 2011, R\$ 3.528 (em 2010, R\$ 3.772) e depositados judicialmente em 2011, R\$ 3.528 (em 2010, R\$ 3.772).

#### **Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) – Prefeitura de São Paulo**

Em 2007, o Instituto aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado da Prefeitura de São Paulo, instituído pela Lei 14129/06 de 11/01/2006. O PPI é um programa cuja finalidade é oferecer oportunidade para que as pessoas físicas ou jurídicas possam quitar seus débitos tributários e não tributários, e assim, regularizar a situação perante o Município de São Paulo, com redução de até 75% da multa e 100% dos juros de mora.

Os débitos incluídos estão em fase de homologação e são aqueles originados substancialmente de IPTU, ITBI e ISS.

O montante atualizado em 31 de dezembro de 2011 dos débitos incluídos no parcelamento é de R\$ 4.892 para IPTU, R\$ 153 para ITBI e R\$ 1.385 para o ISS.

O Economus possui ações de natureza cível que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda, classificados pela Administração e por seus advogados como possível. Estando assim representadas:

		Expectativa de perda
Natureza	Descrição do objeto	Possível
<b>Providencial</b>		
Ações Cíveis Grupo B	Concessão ou revisão de benefícios previdenciários	160
Ações Cíveis Grupo C	Concessão ou revisão de benefícios previdenciários	1.383
<b>Subtotal previdenciário</b>		<b>1.543</b>
<b>Administrativo</b>		
Ações Cíveis Seguro de Vida em Grupo indenização Seguro de Vida e Acidentes/ Manutenção Apólice	Seguros	151
<b>Subtotal administrativo</b>		<b>151</b>
<b>Investimento</b>		
Ações Cíveis - Empréstimo	Cobrança de empréstimo a participante	120
<b>Subtotal investimento</b>		<b>120</b>
<b>Total geral</b>		<b>1.814</b>

#### **4.6 Provisões matemáticas**

**a. A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 pode ser resumida como segue:**

	1º de janeiro 2011	Constituição no exercício	31 de dezembro 2011
<b>Provisões matemáticas</b>	<b>3.819.425</b>	<b>305.782</b>	<b>4.125.207</b>
<b>Benefícios concedidos</b>	<b>2.886.076</b>	<b>303.956</b>	<b>3.190.032</b>
Benefícios do plano	2.886.076	303.956	3.190.032
<b>Benefícios a conceder</b>	<b>1.305.507</b>	<b>9.407</b>	<b>1.314.914</b>
Benefícios do plano com a geração atual	1.306.909	8.735	1.315.644
(-) Outras contribuições da geração atual	(1.402)	672	(730)
(-) Provisões matemáticas a constituir	(372.158)	(7.581)	(379.739)

As provisões matemáticas a constituir estão representadas por R\$ 379.739, referentes ao valor atual das contribuições futuras, a serem realizadas pelos patrocinadores, participantes (saldados, não saldados e autopatrocinados) e assistidos, dos quais está sendo descontada Contribuição Extraordinária, que vem sendo efetuada paritariamente desde o saldamento do plano de benefícios do Regulamento Geral (Grupo C).

## b. Demonstrativo da composição das provisões matemáticas por planos

	Plano de benefícios do Regulamento Geral	Plano de benefícios do Regulamento Complementar 1	Plano de benefícios do Regulamento Complementar 2	PrevMais	Total
Exigível atuarial	3.618.411	13.118	8.137	485.541	<b>4.125.207</b>
Benefícios concedidos	3.057.600	6.917	1.592	123.922	<b>3.190.031</b>
Benefícios a conceder	940.550	6.201	6.545	361.619	<b>1.314.915</b>
(-) Provisões matemáticas a constituir	(379.739)		-	-	<b>(379.739)</b>

O Economus, juntamente com a Gama Consultores Associados - atuário externo - realizou testes estatísticos retrospectivos, abrangendo dados históricos de todas as premissas demográficas, econômico-financeiras e biométricas utilizadas no cálculo das Provisões Matemáticas dos Planos de Benefícios administrados e custeados pelo Economus.

Com relação à premissa biométrica “Mortalidade Geral”, o Economus utiliza a Tábua de Mortalidade AT 83 M, que, conforme teste aplicado pela Gama, mostrou-se aderente às características da população analisada.

O parecer do atuário externo, referente ao exercício findo em 2011, informa em detalhes os planos de benefícios, cuja íntegra será disponibilizada no site do Economus e a síntese impressa entregue aos participantes.

A seguir, os quadros das Premissas e Hipóteses Atuariais adotadas para os planos de benefícios administrados pelo Economus em 2010 e 2011:

### a. Regulamento Geral – Plano C

PREMISSAS E HIPÓTESES	Hipóteses 2010	Hipóteses 2011
Taxa Real Anual de Juros	6%	6%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de determinação Valor Real - Salários	1	1
Fator de Determinação Valor Real - Benefícios	0,97	0,97
Tábua de Mortalidade	AT 83 M	AT 83 M
Tábua de Mortalidade de Inválidos (a)	IABP 57	RP 2000 DISABLE M
Tábua de Entrada em Invalidez	Zimmer (D26)	Zimmer (D26)
Tábua de Rotatividade	EX-ECONOMUS Ajuste Gráfico	EX- ECONOMUS Ajuste Gráfico
Tábua de Morbidez	EX- ECONOMUS I	EX-ECONOMUS I
Composição da Família de Pensionistas	Composição Familiar Real	Composição Familiar Real

(a) Os testes estatísticos aplicados mostraram que a tábua RP 2000 DISABLE M é mais aderente à massa de beneficiários do plano.

## b. Regulamento Complementar Nº 1 – Plano B

PREMISSAS E HIPÓTESES	Hipóteses 2010	Hipóteses 2011
Taxa Real Anual de Juros	6%	6%
Indexador do Benefício	Ind. Reaj. Sal Patroc	Ind. Reaj. Sal Patroc.
Fator de determinação Valor Real - Salários	1	1
Fator de Determinação Valor Real - Benefícios	0,97	0,97
Tábua de Mortalidade	AT 83 M	AT 83 M
Tábua de Mortalidade de Inválidos (a)	IABP 57	RP 2000 DISABLE M
Tábua de Entrada em Invalidez	Tábua não aplicável	Tábua não aplicável
Tábua de Rotatividade	Tábua não aplicável	Tábua não aplicável
Tábua de Morbidez	EX- ECONOMUS I	EX – ECONOMUS I
Composição da Família de Pensionistas	Composição Familiar Real	Composição Familiar Real

### c. Regulamento Complementar Nº2 – Plano A

PREMISSAS E HIPÓTESES	Hipóteses 2010	Hipóteses 2011
Taxa Real Anual de Juros	6%	6%
Indexador do Benefício	Ind. Reaj. Sal Patroc.	Ind. Reaj. Sal Patroc.
Fator de determinação Valor Real - Salários	1	1
Fator de Determinação Valor Real - Benefícios	0,97	0,97
Tábua de Mortalidade	AT 83 M	AT 83 M
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábua não aplicável	Tábua não aplicável
Tábua de Entrada em Invalidez	Tábua não aplicável	Tábua não aplicável
Tábua de Rotatividade	Tábua não aplicável	Tábua não aplicável
Tábua de Morbidez	Tábua não aplicável	Tábua não aplicável
Composição da Família de Pensionistas	Nula	Nula

### d. PrevMais

PREMISSAS E HIPÓTESES	Hipóteses 2010	Hipóteses 2011
Taxa Real Anual de Juros	5%	5%
Indexador do Benefício	Quotas do Patrimônio	Quotas do Patrimônio
Fator de determinação Valor Real - Salários	1	1
Fator de Determinação Valor Real - Benefícios	0,97	0,97
Tábua de Mortalidade	AT 2000 F	AT 2000 F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI - 85 F	MI – 85 F
Tábua de Entrada em Invalidez (a)	Tábua não aplicável	Zimmer (D26)
Tábua de Rotatividade (b)	Tábua não aplicável	EX- ECONOMUS Ajuste Gráfico
Tábua de Morbidez	EX- ECONOMUS II	EX-ECONOMUS II
Composição da Família de Pensionistas	Composição Familiar Real	Composição Familiar Real

(a) (b) Devido à alteração do regime financeiro de repartição de capital por cobertura para regime de capitalização, as tábuas de entrada em invalidez e rotatividade foram ajustadas.

## 4.7 Superávit/Déficit técnico

A composição do superávit/déficit técnico por plano de benefícios, findo em 31 de dezembro de 2011, pode ser resumida como segue:

Superávit/ (Déficit) Técnico	Plano de benefícios do Regulamento Geral	Plano de benefícios do Regulamento Complementar 1	Plano de benefícios do Regulamento Complementar 2	PrevMais	Total
Resultado realizados em 01/01/2011	(430.327)	672	195	19.561	(409.899)
Result. Líquido Previdencial	(210.173)	505	(975)	89.426	(121.217)
Result. Líquido Investimentos	323.899	2.055	1.894	57.284	385.132
Atual. Provisão Matemática	(184.664)	(365)	1.525	(122.278)	(305.782)
Fundos Previdenciais/ Investimentos	0	(759)	(753)	(43.550)	(45.062)
Resultado realizados em 31/12/2011	(501.265)	2.108	1.886	443	(496.828)
Resultados a realizar	420.912	0	0	0	420.912
Equilíbrio Técnico em 31/12/2011 (i)	80.353	2.108	1.886	443	(75.916)

(i) vide nota 3.j. I

## 4.8 Fundos

Composição e evolução dos fundos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

Fundos	2010	Constituições	Reversões	2011
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>83.879</b>	<b>134.326</b>	<b>(89.264)</b>	<b>128.941</b>
Grupo A	6.054	753	-	6.807
Grupo B	6.101	759	-	6.860
Grupo C	-	-	-	-
PrevMais	71.724	132.814	(89.264)	115.274
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>23.024</b>	<b>2.345</b>	<b>(4.040)</b>	<b>21.329</b>
PGA	23.024	2.345	(4.040)	21.329
<b>Gestão de Investimentos</b>	<b>1.021</b>	<b>686</b>	<b>(633)</b>	<b>1.074</b>
Empréstimo	1.021	686	(633)	1.074
	107.924	137.357	(93.937)	151.344

## 4.9 Recursos para gestão administrativa

A composição dos recursos oriundos dos outros programas para o programa administrativo é a seguinte:

Recursos oriundos de outros planos	2011	2010
Gestão previdencial - custeio administrativo	16.498	13.326
Gestão assistencial	12.810	11.240
Gestão de investimentos	1.294	2.244
<b>Total</b>	<b>30.602</b>	<b>26.810</b>

## 5 Outras informações

### a. Investimento em controlada – Desmobilização

O Economus - Administração e Corretora de Seguros Ltda. foi constituído em 23 de fevereiro de 1987, tendo como quotista majoritário o Economus - Instituto de Seguridade Social.

Conforme disposto na resolução 3.792, de 24 de setembro de 2009, o acionista majoritário Economus não pode ter investimentos relevantes em outras empresas. A Corretora encontra-se em liquidação extrajudicial desde 31 de dezembro de 2005.

### b. Ativo contingente

O Economus é beneficiário de crédito perseguido na ação ordinária ajuizada pela ABRAPP (substituta processual de diversas entidades de previdência privada, dentre elas, o Economus), em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), do BNDES e da União Federal. A ação objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFNDs e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos. Propõe-se a adoção do IPC, em vez do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 e fevereiro de 1991.

### c. Investimento em controlada – Desmobilização

O Economus - Administração e Corretora de Seguros Ltda. foi constituído em 23 de fevereiro de 1987, tendo como quotista majoritário o Economus - Instituto de Seguridade Social.

Conforme disposto na resolução 3.792, de 24 de setembro de 2009, o acionista majoritário Economus não pode ter investimentos relevantes em outras empresas. A Corretora encontra-se em liquidação extrajudicial desde 31 de dezembro de 2005.

### d. Ativo contingente

O Economus é beneficiário de crédito perseguido na ação ordinária ajuizada pela ABRAPP (substituta processual de diversas entidades de previdência privada, dentre elas o Economus), em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), do BNDES e da União Federal. A ação objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs) e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos. Propõe-se a adoção do IPC, em vez do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 e fevereiro de 1991.

Em que pese o trânsito em julgado da decisão de mérito, o processo ainda está em fase de execução, tendo sido recentemente apresentados Embargos à Execução pela União Federal, sucessora do FND. Também foi interposta Ação Rescisória pela União Federal contra o acórdão que já havia transitado em julgado. Atualmente, está em curso o prazo para apresentação de defesa. À luz da Resolução nº 1.180/09 do CFC, por não existirem evidências quanto à data e ao valor de liquidação, a Entidade não contabilizou os referidos rendimentos, uma vez que se caracteriza apenas como “provável”, e não “praticamente certa”, a entrada de benefícios econômicos futuros.

#### **e. Controles internos e governança**

O Economus desenvolve ações voltadas à evolução do sistema de controles internos, adotando metodologias e efetuando implementação de ferramentas para identificação, registro e acompanhamento dos riscos e controles da Entidade.

Nesse contexto, em setembro de 2010, foi concluída a atualização da matriz de riscos e a primeira autoavaliação de riscos pela metodologia *Control Self Assessment* (CSA). As exposições verificadas foram registradas em ferramenta específica de gestão de riscos, bem como os respectivos planos de ações corretivas que serão objeto de acompanhamento e certificação pela área

de controles internos. Além disso, a gestão do calendário de obrigações do Economus passou a ser realizada com o auxílio dessa ferramenta, que controla e comunica os prazos estabelecidos.

Em 2011, o Economus direcionou esforços no sentido de fortalecer a Governança Corporativa e a eficácia dos processos internos, desenvolvendo ações como:

- (a) reorganização da estrutura de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- (b) instituição da Política de Gestão de Riscos;
- (c) implantação de Projeto de Revisão e Implantação de Melhorias de Processos.

Além disso, o Economus consolidou o modelo de decisão colegiada, que envolve todos os Executivos na aprovação dos assuntos estratégicos, de negócios e de gestão administrativa, possibilitando maior qualidade ao processo decisório da Entidade.

Essas ações visam consolidar na gestão da Entidade a adoção de modelos de Governança e Controles Internos que garantam segurança e conformidade das atividades, em alinhamento com as melhores práticas orientadas pelo órgão regulador.

Sergio lunes Brito  
Diretor Superintendente

Paulo Leite Julião  
Diretor Financeiro

Renato Donizeti Grossi  
Contador  
CRC 1SP169061/0-5  
CPF 046.386.338-03



## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Administradores do  
Economus - Instituto de Seguridade Social  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Economus - Instituto de Seguridade Social que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, das mutações do ativo líquido e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre demonstrações contábeis consolidadas

A Administração do Economus - Instituto de Seguridade Social é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Instituto, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Economus - Instituto de Seguridade Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

### Outros assuntos

O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), por meio da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, substituiu a demonstração das mutações do ativo líquido consolidada pela demonstração das mutações do patrimônio social, que alterou a forma de apresentação dos saldos de fundos administrativos e fundos de investimentos.

Examinamos, também, informações suplementares sobre o Plano de Assistência à Saúde, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, do fluxo de caixa, da mutação do patrimônio líquido, assim como as correspondentes principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas informações suplementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

São Paulo, 27 de março de 2012.

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato  
Contador  
CRC 1SP160769/O-0

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo  
Contador  
CRC 1SP252419/O-0

## Parecer Atuarial 020/12

### 1. Considerações Iniciais

Atendendo às disposições das Leis Complementares Nº 108 e Nº 109, de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC Nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 1, administrado e executado pelo Economus – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2011, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio com início de vigência prevista para abril de 2012.

O Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 1 é um plano suplementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhado ao Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados da patrocinadora do plano admitidos originariamente pelo regime de CLT, até 13/05/1974, e protegidos pelas Leis Estaduais Nº 1.386/1951 e Nº 4.819/1958, oferecendo benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido a priori, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC Nº 16, de 22/11/2005.

O plano está registrado na Previc sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB Nº 1978.0002-19, sendo que a Avaliação Atuarial de 2011 contempla o Regulamento vigente na data da referida Avaliação do Plano, com última alteração aprovada em 26/10/2007, por meio da Portaria MPS/SPC nº 1.802, com vigência a partir de 29/10/2007.

Procedemos à Avaliação Atuarial do exercício de 2011 na data base de 31/12/2011, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do plano vigente, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos participantes e assistidos informados pela Entidade, vinculados à patrocinadora do plano, bem como as informações contábeis e patrimoniais. Observamos a existência de um único Grupo de Custeio no Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 1, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos participantes e assistidos do plano. Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório GAMA 151 – RE 012/12, que contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº1 posicionada em 31/12/2011.

Cabe ressaltar que aos Participantes do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 1, admitidos originariamente pelo regime CLT, até 13/05/1974, e protegidos pelas Leis Estaduais nº 1.386/51 e nº 4.819/58, ou aos seus dependentes, serão concedidos os seguintes benefícios, cujo custeio é de responsabilidade exclusiva da Fazenda do Estado de São Paulo, nos termos do Decreto nº 33.754, de 09/09/91:

- Aposentadoria por Tempo de Serviço;
- Aposentadoria por Idade;
- Aposentadoria por Invalidez; e
- Pensão por Morte.

A atual massa de participantes do plano é aquela que está em atividade na patrocinadora ou recebendo benefício de aposentadoria pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, bem como os aposentados e pensionistas que recebem benefício pelo plano. Assim, na forma da regulamentação geral e do regulamento específico desse Plano de Benefícios são assegurados, mediante custeio dos participantes, assistidos e patrocinadora, os seguintes benefícios:

- Auxílio-Reclusão;
- Auxílio-Doença;
- Pecúlio por Morte; e
- Pecúlio por Invalidez.

Os benefícios de auxílio-natalidade e auxílio-funeral, na forma do Regulamento do Plano, são concedidos nas mesmas condições da Previdência Oficial, em conformidade com a Lei nº 8.213, de 14/08/1991. Entretanto, com o advento da Lei nº 9.528, de 10/12/1997, que alterou a Lei nº 8.213/1991, tais auxílios não são mais objeto de concessão pelo Regime Geral de Previdência Social e, conseqüentemente, pelo Economus, em consonância com as informações repassadas pela Entidade.

Em face de o Economus não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência GAMA 151 - CT 496/11 de solicitação de informações para a Avaliação Atuarial do exercício de 2011, consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

## 2 Resultados Atuariais

### 2.1 Em Relação Ao Grupo De Custeio: Geral

#### 2.1.1 Evolução Dos Custos

Os benefícios assegurados pelo Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 1 cujos custos são avaliados atuarialmente são os de auxílio-doença, auxílio-reclusão, pecúlio por morte e pecúlio por invalidez. Todos os benefícios estão estruturados na modalidade de Benefício Definido, estando o de auxílio-reclusão avaliado sob o Regime de Repartição de Capitais de Cobertura e os demais pelo Regime de Repartição Simples. Para o cálculo dos custos, utilizou-se o método atuarial para o benefício de auxílio-doença e o método de Teoria do Risco Coletivo para os demais benefícios, observando-se as ocorrências nos últimos 36 meses anteriores à avaliação, adotando-se a margem de segurança estatística de 91%.

Comparativamente ao exercício anterior, foi observada redução do custo do plano, que diminuiu de 1,333%, registrado na Avaliação Atuarial de 31/12/2010, conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 037/11, para 0,405% na avaliação de 31/12/2011, conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 012/12, sendo as alíquotas incidentes sobre a folha de Salário Real de Participação, influenciado, especialmente, pela diminuição dos gastos históricos com tais benefícios nos últimos 36 meses, conforme dados repassados pela Entidade, assim como em razão da padronização da margem de segurança estatística em 91% para o cálculo do custo dos benefícios.

Cumpramos ressaltar que, excepcionalmente, os benefícios concedidos de aposentadoria e pensão já estão integralmente cobertos pelo Patrimônio de Cobertura do Plano, não havendo custos atribuídos aos assistidos e à patrocinadora.

### 2.1.2 Variação das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (PMBC), fixadas com base nas informações individuais dos assistidos do plano foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros e somam R\$ 6.917.126,00, em 31/12/2011, sendo R\$ 6.374.761,00 referentes aos benefícios programados e R\$ 542.365,00 aos benefícios não-programados, estruturados na modalidade de Benefício Definido.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC) foram avaliadas em R\$ 6.201.032,58, em 31/12/2011, referentes ao valor atual dos benefícios futuros não programados. Esse valor é calculado a partir da parcela resgatável do saldo de conta dos participantes, em consonância com a Nota Técnica Atuarial do Plano, elaborada conforme definição da Entidade. O plano não possuía Provisões a Constituir na data base da Avaliação Atuarial. Dessa forma, o total das Provisões Matemáticas somava em 31/12/2011, em R\$ 13.118.158,58.

Comparativamente à avaliação atuarial de encerramento de exercício de 2010, a variação nominal das Provisões Matemáticas foi de 2,86%, tendo sido registrado o montante de R\$ 13.118.158,58 em 31/12/2011 e R\$ 12.753.401,10 em 31/12/2010. O crescimento deve-se, em especial, à variação verificada nas PMBC, onde se observou que a atualização dos benefícios em percepção (reajustados pelo INPC) foi superior à involução atuarial da Reserva Matemática de Benefícios Concedidos.

Essa variação foi reduzida em função da anulação do valor contabilizado nas contas “Benefícios a Conceder / Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura” e “Benefícios a Conceder / Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples”, conforme Instrução MPS/PREVIC nº 05, de 09/09/2011. Alterações na base cadastral de participantes e assistidos e nas hipóteses atuariais também contribuíram para essa variação. Mais detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 012/12.

### 2.1.3 Principais Riscos Atuariais

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios. Para o Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 1, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, sendo que hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados nesse plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins da Avaliação Atuarial de 2011 do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 1 foram aprovadas pelo Economus, que estava subsidiado pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por essa Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório GAMA 151 - RE 154/11, observando assim, no que é pertinente, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

### 2.1.4 Soluções para Insuficiência de Cobertura

Tendo em vista que o plano não apresentou insuficiência de

cobertura nessa Avaliação, esse item não é aplicável ao presente Parecer.

## 2.2 Em Relação ao Plano de Benefícios

### 2.2.1 Qualidade da Base Cadastral

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

### 2.2.2 Variação do Resultado

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$ 13.118.158,58, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2011, no montante de R\$ 15.225.791,28, verifica-se que o Plano do Regulamento Complementar Nº 1 apresentou superávit técnico-atuarial, de R\$ 2.107.632,70, em 31/12/2011.

O superávit do plano aumentou de R\$ 672.093,77 em 31/12/2010 para R\$ 2.107.632,70 em 31/12/2011, representando aumento de 213,59%, ou R\$ 1.435.538,93. Esse aumento deveu-se, à baixa elevação nas Provisões Matemáticas do Plano, que, em termos reais, descontada a inflação, apresentou variação negativa de 3,04%, pelos motivos já mencionados anteriormente neste Parecer e, de forma acessória, à superação da meta atuarial pela rentabilidade do plano, que alcançou 12,62% no exercício de 2011, enquanto que a meta atuarial, composta pela taxa de juros de 6% acrescida do INPC de 6,08%, totalizou 12,44% no mesmo período, gerando ganho atuarial de 0,18%.

### 2.2.3 Natureza do Resultado

O resultado superavitário do plano apresenta características conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, de oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico, não se pode atribuir natureza estrutural ao resultado. A totalidade do superávit foi alocada em Reserva de Contingência, uma vez que perfaz 16,07% das Provisões Matemáticas do Plano estruturadas em Benefício Definido, no valor de R\$ 13.118.158,58, conforme parágrafo único do artigo 7º da Resolução MPS/CGPC Nº 26/2008.

### 2.2.4 Soluções para Equacionamento do Déficit

Tendo em vista que o plano não apresentou déficit nessa avaliação, este item não é aplicável ao presente Parecer.

### 2.2.5 Adequações dos Métodos de Financiamento

Adota-se, para o financiamento dos benefícios assegurados pelo plano, o regime Repartição Simples conjugado com o método de Teoria do Risco Coletivo para os benefícios de pecúlio por morte e pecúlio por invalidez; o regime de Repartição Simples conjugado com o método Atuarial para o benefício de auxílio-doença; e o regime de Repartição de Capitais de Cobertura conjugado com o método de Teoria do Risco Coletivo para o benefício de auxílio-reclusão. Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC Nº 18/2006.

### 2.2.6 Outros Fatos Relevantes

1) O plano abriga participantes admitidos pelo então Banco Nossa Caixa S.A. até 13/05/1974, originariamente pelo regime de CLT, na forma do Regulamento. A esses participantes ou a seus dependentes, são oferecidos, mediante custeio exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, benefícios de

aposentadoria e pensão. Mediante custeio, serão assegurados os benefícios de auxílio-reclusão; auxílio-doença; pecúlio por morte; e pecúlio por invalidez;

2) Para fins desta Avaliação Atuarial, posicionada em 31/12/2011, foram considerados os valores de patrimônio, ativos de investimentos e exigíveis informados pela Entidade, por intermédio do Balancete do Plano do mês de dezembro de 2011 e, conforme declarado pela Entidade, os ativos de investimento estão avaliados e contabilizados a valor de mercado, pelo que consideramos, para fins da avaliação, que tais valores refletem a realidade dos fatos;

3) De acordo com o referido balancete, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizada;

4) Conforme decisão da Entidade será mantido o custeio administrativo praticado no exercício de 2011 para o plano, sendo este de 0,120% sobre o Salário Real de Participação (SRP), para os participantes; e 0,120% sobre a folha de SRP, acrescido de contribuição extraordinária de administração, correspondente a 0,92% sobre a folha total de pagamentos inerentes aos participantes do plano, o que corresponde a 0,79% da folha de SRP, totalizando 0,91% da folha de SRP, para a patrocinadora;

5) Os Fundos do Plano em 31/12/2011 totalizavam R\$ 7.433.348,65, sendo R\$ 573.151,36 referentes a Fundos Administrativos, valores esses informados pela Entidade, e R\$ 6.860.197,29 referentes a Fundos Previdenciais;

6) Quanto aos Fundos Previdenciais, a totalidade refere-se ao Fundo para Cobertura de Oscilação de Riscos, constituído atuarialmente para atender à Gestão Previdencial do Plano, e destinado à cobertura de eventuais oscilações técnicas do plano, na forma de sua Nota Técnica Atuarial;

7) A partir da vigência do Plano de Custeio definido pela Avaliação Atuarial de 2011, será constituído um Fundo Previdencial destinado a suportar eventual alteração dos regimes financeiros dos benefícios de risco do plano para o regime de Capitalização. Esse fundo, cujas regras estão estabelecidas na Nota Técnica Atuarial, será incrementado mensalmente pela diferença entre as contribuições normais atualmente praticadas e as contribuições normais definidas no Plano de Custeio decorrente da Avaliação de 2011;

8) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2011, comparativamente às adotadas para o exercício de 2010, destacam-se as alterações relativas ao fator de capacidade dos benefícios, em que se utilizou 0,9716, em detrimento de 0,9816; e à Tábua de Mortalidade de Inválidos, em que se utilizou a RP 2000 Disabled Male, em detrimento da IAPB-57;

9) No tocante à taxa de juros técnicos do plano, conforme estudos de aderência realizados (Relatório GAMA 151 – RE 154/11), foi indicada a alteração dessa hipótese de 6% a.a. para 5,14% a.a. Após a realização de simulação que comprovou a manutenção da situação superavitária do plano caso a hipótese fosse alterada, e considerando que o Economus nos revelou que vislumbra alterações na Política de Investimentos do Plano no exercício de 2012, a Entidade decidiu manter a taxa de 6%, sendo que será acompanhada e monitorada durante o exercício de 2012;

10) No que diz respeito às Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, de valor equivalente à parcela resgatável do saldo de conta dos participantes, esse registro tem como base decisão da Entidade, que se amparou em parecer jurídico emitido em 2008, o qual manifesta opinião de que os participantes teriam direito a 50% das contribuições pessoais em caso de desligamento da patrocinadora, conforme parágrafo 3º do artigo 5º da regulamentação geral aplicável ao plano.

### 3 Plano de Custeio

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em 01/04/2012, em conformidade com o Regulamento, deverá ter seguinte configuração.

<b>PLANO DE CUSTEIO PARA 2012</b>	
<b>PARTICIPANTES</b>	
<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL</b>	
PARTICIPANTES "ATIVOS"	0,26% do Salário Real de Participação
PARTICIPANTES EM PERCEPÇÃO DE BENEFÍCIOS CUSTEADOS PELA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO	0,26% do Salário Real de Participação*
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA CONSTITUIÇÃO DE FUNDO PREVIDENCIAL **</b>	
PARTICIPANTES "ATIVOS"	0,62% do Salário Real de Participação
PARTICIPANTES EM PERCEPÇÃO DE BENEFÍCIOS CUSTEADOS PELA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO	0,62% do Salário Real de Participação*
<b>PATROCINADORA</b>	
<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL</b>	
PATROCINADORA	0,13% da Folha de Salário Real de Participação
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA CONSTITUIÇÃO DE FUNDO PREVIDENCIAL **</b>	
PATROCINADORA	0,30% da Folha de Salário Real de Participação
<b>ASSISTIDOS</b>	
<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL</b>	
APOSENTADOS EM RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO CUSTEADO PELO ECONOMUS	4,88% sobre o valor da Complementação
PENSIONISTAS EM RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO CUSTEADO PELO ECONOMUS	Não há

## PLANO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Em conformidade com a definição da Entidade acerca dos Custos Administrativos dos Planos Previdenciais, em observância ao Plano de Gestão Administrativa (PGA), o custo intencionado para o Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 1 é definido de acordo com o que segue:

a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação dos participantes ativos e em percepção de benefício custeado pela SEFAZ	0,12%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o valor da complementação recebida pelos assistidos (aposentados e pensionistas) cujos benefícios são custeados pelo Economus	0,12%
c) Taxa de Carregamento, paga pela patrocinadora, aplicável sobre a folha de salário real de participação	0,12%
d) Taxa de Carregamento extraordinária paga pela patrocinadora, correspondente a 0,92% incidente sobre a folha total de pagamentos da patrocinadora em relação ao plano	0,79%
e) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano	0,15%

\* Corresponde à renda mensal de responsabilidade da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo – SEFAZ.

\*\* Fundo Previdencial destinado à suportar eventual alteração dos regimes financeiros dos benefícios de risco, para o regime de capitalização, conforme Nota Técnica Atuarial do Plano.

## 4 Conclusão

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano do Regulamento Complementar Nº 1, em 31/12/2011, é superavitária em R\$ 2.107.632,70, observado por meio do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo a totalidade desse valor alocado em Reserva de Contingência.

Este é o Parecer.

Brasília, 08 de março de 2012

ANTÔNIO FERNANDO GAZZONI  
Atuário MIBA 851 - MTb/RJ  
DIRETOR-PRESIDENTE

## PARECER ATUARIAL 021/12

### 5 Considerações Iniciais

Atendendo às disposições das Leis Complementares Nº 108 e Nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 2, administrado e executado pelo Economus – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., em face da avaliação atuarial do exercício de 2011, a Previc teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio com início de vigência prevista para abril de 2012.

O Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 2 é um plano suplementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhadas às do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados da patrocinadora do plano optantes pelo regime celetista, na forma prevista pela Lei Estadual (SP) Nº 10.430/1971 e Decreto Nº 7.711/1976, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido a priori, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC Nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O plano está registrado na Previc sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB Nº 1978.0003-83, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2011 contempla o Regulamento vigente na data da referida Avaliação do Plano, com última alteração aprovada em 26 de outubro de 2007, por meio da Portaria MPS/SPC Nº 1.802, com vigência a partir de 29/10/2007. Cumpre ressaltar que o plano encontra-se em situação de extinção, ou seja, fechado a novas adesões, sendo a data de desativação 26 de setembro de 1997.

Procedemos à Avaliação Atuarial do exercício de 2011 na data base de 31/12/2011, sendo esta também a data da avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigente, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos participantes e assistidos informados pela Entidade, vinculados à patrocinadora do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de 31/12/2011, observado, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano do Regulamento Complementar Nº 2, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, que contém a totalidade dos participantes e assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial, objeto deste Parecer, encontram-se no Relatório GAMA 151 – RE 013/12, que contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 2 posicionada em 31/12/2011.

Cabe ressaltar que aos participantes do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 2, optantes pelo regime CLT, na forma prevista pela Lei Estadual nº 10.430/71 e Decreto nº 7.711/76, ou aos seus dependentes, serão concedidos os seguintes benefícios, cujo custeio é de responsabilidade exclusiva da Fazenda do Estado de São Paulo, nos termos do Decreto nº 34.351, de 09/09/91 e da Lei Estadual nº 8.236, de 19/01/93, conforme Regulamento do Plano:

- Aposentadoria por Tempo de Serviço;
- Aposentadoria por Idade;
- Aposentadoria por Invalidez; e
- Pensão por Morte.

Além daqueles acima listados, o plano oferece os benefícios de auxílio-doença, auxílio-reclusão, pecúlio por invalidez e pecúlio por morte, sendo estes custeados pelos participantes.

A atual massa de participantes do plano é aquela que está recebendo benefício de aposentadoria pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, bem como os pensionistas que recebem benefício pelo plano em questão. Assim, considerando os demais benefícios assegurados pelo plano, o único em que a massa remanescente se enquadra é o de pecúlio por morte.

Os benefícios de auxílio-natalidade e auxílio-funeral, na forma do Regulamento do Plano em tela, são concedidos nas mesmas condições da Previdência Oficial, em conformidade com a Lei nº 8.213, de 14 de agosto de 1991. Entretanto, com o advento da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, que alterou a Lei nº 8.213/1991, tais auxílios não mais são objeto de concessão pelo Regime Geral de Previdência Social e, conseqüentemente, pelo Economus, em consonância, inclusive, com as informações repassadas pela Entidade.

Adicionalmente, e em face do Economus não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência GAMA 151 - CT 496/11 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial do exercício de 2011, consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e o equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

## **6 Resultados Atuariais**

### **6.1 Em Relação ao Grupo de Custeio: Geral**

#### **6.1.1 Evolução dos Custos**

O benefício de Pecúlio por Morte assegurado pelo Plano do Regulamento Complementar Nº 2 cujo custo é avaliado atuarialmente está estruturado na modalidade de Benefício Definido, sob o Regime de Repartição Simples. Para o cálculo dos custos desse benefício, utilizou-se o método de Teoria do Risco Coletivo, observando-se as ocorrências nos últimos 36 meses anteriores à avaliação, com segurança estatística de 91%.

Comparativamente ao exercício anterior, foi observado um incremento do custo do plano, que aumentou de 1,570% registrado na última Avaliação Atuarial, posicionada em 31/12/2010, conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 035/11, para 2,243% na Avaliação de 31/12/2011, conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 013/12, sendo ambas as alíquotas incidentes sobre a folha de Salário Real de Participação, tendo sido influenciado, especialmente pelo aumento dos gastos históricos com o referido benefício nos últimos 36 meses, conforme dados repassados pela Entidade.

Cumprido ressaltar que, excepcionalmente, os benefícios concedidos de pensão por morte já estão integralmente cobertos pelo Patrimônio de Cobertura do Plano, não havendo custos atribuídos aos assistidos ou à Patrocinadora, em relação a esses benefícios concedidos.

#### **6.1.2 Variação das Provisões Matemáticas**

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos assistidos (neste caso apenas pensionistas) do Plano do Regulamento Complementar Nº 2 disponibilizadas pelo Economus, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros e totalizaram R\$ 1.591.938,00, na data de 31/12/2011, sendo referentes ao benefício não programado, estruturado na modalidade de Benefício Definido.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC foram avaliadas em R\$ 6.545.091,79, na data de 31/12/2011, referentes ao valor atual dos benefícios futuros não programados. Este valor é calculado a partir da parcela resgatável do saldo de conta dos participantes, em consonância com a Nota Técnica Atuarial do Plano, elaborada conforme definição emanada da Entidade.

O plano não possuía Provisões a Constituir na data base da Avaliação Atuarial. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas somava, em 31/12/2011, em R\$ 8.137.029,79.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2010, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano foi negativa de 15,78%, tendo sido registrado o montante de R\$ 8.137.029,79 em 31/12/2011 e R\$ 9.661.535,00 em 31/12/2010. Esta redução deveu-se, em especial, a anulação do valor contabilizado nas contas contábeis “Benefícios a Conceder / Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura” e “Benefícios a Conceder / Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples”, dado que entraram em desuso, conforme a Instrução MPS/PREVIC Nº 05, de 09/09/2011. Alterações na base cadastral de Participantes e Assistidos e nas hipóteses atuariais também contribuíram para essa variação. Mais detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 013/12.

Ressalta-se que o registro até então feito nas referidas contas contábeis colocadas em desuso baseavam-se no Ofício 3.026/2010/CGMA/DIACE/PREVIC.

#### **6.1.3 Principais Riscos Atuariais**

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios. Para o Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 2, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, sendo que hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial de 2011 do Plano do Regulamento Complementar Nº 2, foram aprovadas pelo Economus, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório GAMA 151 - RE 154/11, observando assim, no que é pertinente, os ditames da Resolução MPS/CGPC Nº 18/2006.

#### **6.1.4 Soluções para Insuficiência de Cobertura**

Tendo em vista que o plano não apresentou insuficiência de cobertura nesta avaliação, este item não é aplicável ao presente Parecer.

## **6.2 Em Relação ao Plano de Benefícios**

### **6.2.1 Qualidade da Base Cadastral**

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e reatificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

### 6.2.2 Variação do Resultado

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$ 8.137.029,79, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2011, no montante de R\$ 10.023.030,52, verifica-se que o Plano do Regulamento Complementar Nº 2 apresentou superávit técnico-atuarial, de R\$ 1.886.000,73, em 31/12/2011.

O superávit do plano aumentou de R\$ 194.626,24 em 31/12/2010 para R\$ 1.886.000,73 em 31/12/2011, representando crescimento de 869,04%, ou R\$ 1.691.374,49. Este aumento deveu-se à redução nas Provisões Matemáticas, pelos motivos já mencionados anteriormente neste Parecer e, de forma acessória, à superação da meta atuarial pela rentabilidade do Plano, que alcançou 12,59% no exercício de 2011, enquanto que a meta atuarial, composta pela taxa de juros de 6% acrescida do INPC de 6,08%, totalizou 12,44% no mesmo período, gerando um ganho atuarial de 0,15%.

### 6.2.3 Natureza Do Resultado

O resultado superavitário do plano apresenta características conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, de oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico, não se pode atribuir natureza estrutural ao resultado. A totalidade do superávit foi alocada em Reserva de Contingência, uma vez que atingiu 23,18% das Provisões Matemáticas do Plano estruturadas em Benefício Definido, no valor de R\$ 8.137.029,79, conforme parágrafo único do artigo 7º da Resolução MPS/CGPC Nº 26/2008.

### 6.2.4 Soluções para Equacionamento do Déficit

Tendo em vista que o Plano não apresentou déficit nesta avaliação, este item não é aplicável ao presente Parecer.

### 6.2.5 Adequações dos Métodos de Financiamento

Adota-se, para o financiamento do benefício assegurado pelo plano que está sujeito a financiamento atuarial (pecúlio por morte), o regime de Repartição Simples, conjugado com método de financiamento dado pela Teoria Coletiva do Risco. O método utilizado está aderente à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC Nº 18/2006.

### 6.2.6 Outros Fatos Relevantes

11) O plano abriga participantes que foram admitidos pelo então Banco Nossa Caixa S.A., optantes pelo regime de CLT, na forma de seu Regulamento. A esses participantes, ou a seus dependentes, são oferecidos, mediante custeio exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, benefícios de aposentadoria e pensão. Considerando os demais benefícios assegurados pelo plano, bem como a atual massa de participantes, na qual não há qualquer participante em atividade na patrocinadora, o único benefício em que essa massa remanescente se enquadra é o de Pecúlio por Morte;

12) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2011, foram considerados os valores de patrimônio, ativos de investimentos e exigíveis informados pela Entidade, através do Balancete do Plano do mês de dezembro de 2011 e, conforme declarado pela Entidade, os ativos de investimento estão avaliados e contabilizados a valor de mercado, pelo que consideramos, para fins da avaliação, que tais valores refletem a realidade dos fatos;

13) De acordo com o referido Balancete, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizado;

14) Conforme decisão da Entidade será mantido o custeio administrativo praticado no exercício de 2011 para esse plano, de 0,410% sobre o Salário Real de Participação, para os participantes; 0,410% sobre o valor da Complementação recebida pelo Economus, para os pensionistas; e 0,92% sobre a folha total de pagamentos inerentes aos Participantes do Plano, a título de Contribuição Extraordinária de administração, o que corresponde a 0,96% da folha de Salário Real de Participação;

15) Os Fundos do Plano em 31/12/2011 totalizavam R\$8.258.268,80, sendo R\$1.451.004,00 referentes a Fundos Administrativos, valores estes informados pela Entidade, e R\$ 6.807.264,80 referentes a Fundos Previdenciais;

16) Quanto aos Fundos Previdenciais, a totalidade do valor refere-se ao Fundo para Cobertura de Oscilação de Riscos. Esse Fundo foi constituído atuarialmente, para atender a Gestão Previdencial do Plano, e é destinado à cobertura de eventuais oscilações técnicas do Plano, na forma de sua Nota Técnica Atuarial;

17) No exercício de 2012, a partir da vigência do Plano de Custeio apurado para este exercício, haverá utilizações do Fundo para Cobertura de Oscilações de Riscos, visando complementar o custeio dos benefícios do plano. Assim, não obstante a elevação do custo do plano, as contribuições dos participantes serão mantidas nos níveis atuais, sendo suportado o complemento do custeio pelo referido Fundo Previdencial. Mensalmente, será utilizada quantia equivalente a 0,67% da folha de Salário Real de Participação;

18) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial deste exercício de 2011, comparativamente às adotadas para o exercício de 2010, destaca-se a alteração relativa ao fator de capacidade dos benefícios, em que se utilizou 0,9716, em detrimento de 0,9816;

19) No tocante à taxa de juros técnicos do plano, conforme estudos de aderência realizados (Relatório GAMA 151 – RE 154/11), foi indicada a alteração dessa hipótese de 6% a.a. para 5,14% a.a. Após a realização de simulação que comprovou a manutenção da situação superavitária do plano, caso a hipótese fosse alterada e considerando que a Entidade vislumbra alterações na Política de Investimentos do plano no exercício de 2012, a Entidade decidiu manter a taxa de 6%, sendo que será acompanhada e monitorada durante o exercício;

20) No que diz respeito às Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, de valor equivalente à parcela resgatável do saldo de conta dos participantes, este registro tem como base decisão da Entidade, que se amparou em parecer jurídico emitido em 2008, o qual manifesta opinião de que os participantes teriam direito a 50% das contribuições pessoais em caso de desligamento da patrocinadora, conforme parágrafo 3º do artigo 5º da regulamentação geral aplicável ao plano.

## 7 Plano de Custeio

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em 01/04/2012, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter a seguinte configuração, sendo atribuíveis contribuições normais exclusivamente aos Participantes do Plano, conforme definição da Entidade:

### PLANO DE CUSTEIO PARA 2012

#### PARTICIPANTES

##### CONTRIBUIÇÃO NORMAL

PARTICIPANTES EM PERCEPÇÃO DE BENEFÍCIOS CUSTEADOS PELA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO	1,57% do Salário Real de Participação*
FUNDO PREVIDENCIAL DE OSCILAÇÃO DE RISCOS**	0,67% da folha de Salário Real de Participação*

#### PLANO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Em conformidade com a definição da Entidade acerca dos Custos Administrativos dos Planos Previdenciais, em observância ao seu Plano de Gestão Administrativa (PGA), o custo intencionado para o Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 2 é definido conforme a seguir:

a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação	0,410%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o valor da Complementação recebida pelos Assistidos cujos benefícios são custeados pelo Economus	0,410%
c) Taxa de Carregamento extraordinária paga pela patrocinadora, correspondente a 0,92% incidente sobre a folha total de pagamentos da patrocinadora em relação ao Plano	0,961%, incidente sobre a folha de Salário Real de Participação
d) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano	0,15%

\* Corresponde à renda mensal de responsabilidade da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo – SEFAZ.

\*\* Correspondente ao valor revertido mensalmente do saldo do Fundo Previdencial de Oscilação de Riscos ao Patrimônio de Cobertura do Plano.

## 8 Conclusão

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano do Regulamento Complementar Nº 2, em 31/12/2011, é superavitária em R\$ 1.886.000,73, observada pelo confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo a totalidade desse valor alocado em Reserva de Contingência.

Este é o Parecer.

Brasília, 08 de março de 2012

ANTÔNIO FERNANDO GAZZONI  
Atuário MIBA 851 - MTb/RJ  
DIRETOR-PRESIDENTE

### PARECER ATUARIAL 022/12

#### 9 Considerações Iniciais

Atendendo às disposições das Leis Complementares Nº 108 e Nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC Nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios do Regulamento Geral, administrado e executado pelo Economus – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., e pelo próprio ECONOMUS, em face da Avaliação Atuarial do exercício de 2011, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio com início de vigência prevista para abril de 2012.

O Plano de Benefícios do Regulamento Geral é um plano suplementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhadas às do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados das patrocinadoras do plano, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido a priori, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC Nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O plano está registrado na Previc sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB Nº 1978.0001-38, sendo que a avaliação atuarial de 2011 contempla o Regulamento vigente na data da referida Avaliação do Plano, com última alteração aprovada em 26 de outubro de 2007, por meio da Portaria MPS/SPC Nº 1.802, com vigência a partir de 29/10/2007. Cumpre ressaltar que o plano passou por processo de saldamento facultativo no ano de 2005, sendo que se encontra em situação de extinção, ou seja, fechado a novas adesões, considerando a data de desativação de 31 de julho de 2006.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2011 na data base de 31/12/2011, sendo essa também a data da avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do plano vigente, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos levantados e informados pela Entidade, vinculados às patrocinadoras do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de 31/12/2011, observado, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano do Regulamento Geral, sendo este

denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

Todas as informações relativas à avaliação atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório GAMA 151 – RE 014/12, o qual contempla os resultados da avaliação atuarial do plano de benefícios do Regulamento Geral, posicionada em 31/12/2011.

Adicionalmente, e em face de o Economus não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência GAMA 151 - CT 496/11 de solicitação de dados e informações para a avaliação atuarial do exercício de 2011, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

## **10 Resultados Atuariais**

### **10.1 Em Relação ao Grupo de Custeio: Geral**

#### **10.1.1 Evolução dos Custos**

Todos os benefícios do Plano do Regulamento Geral estão estruturados na modalidade de Benefício Definido. Os benefícios programados (complementação de aposentadoria por tempo de serviço e por idade) estão estruturados no regime de capitalização, pelo método de Crédito Unitário Projetado. Dentre os benefícios de risco, as complementações de aposentadoria por invalidez, de pensão por morte e de auxílio-reclusão estão estruturadas sob o regime de Repartição de Capitais de Cobertura, enquanto que os demais benefícios (auxílio-doença, pecúlio por morte, pecúlio por invalidez e auxílio-adicional) estão estruturados em Repartição Simples, sendo todos avaliados pelo método de Teoria Coletiva do Risco, observando-se as ocorrências nos últimos 36 meses anteriores à avaliação, com margem de segurança estatística de 91%.

Comparativamente à avaliação atuarial posicionada em 31/12/2010, houve elevação do custo do plano, de 583,05% para 766,89%, percentuais estes incidentes sobre a folha de Salário Real de Participação (SRP).

A elevação do custo do Plano deveu-se, sobretudo, à majoração da alíquota referente ao benefício de pensão por morte, que variou de 511,22% para 653,13%. Essa elevação teve como origem o crescimento histórico no número de eventos de morte, bem como nos valores médios das provisões matemáticas constituídas em razão da concessão desses benefícios. Contribuiu, também, para a elevação do custo a redução da folha de SRP, em face da situação de extinção do plano e da diminuta massa populacional de Participantes em atividade, que não manifestam suas opções pelo saldamento à época.

O Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 014/12 apresenta os custos de cada benefício, comparativamente à alíquota apurada na última avaliação atuarial, indicando os motivos das variações, quando aplicável.

#### **10.1.2 Variação das Provisões Matemáticas**

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (PMBC), fixadas com base nas informações individuais dos assistidos do Plano do Regulamento Geral, existentes em 31/12/2011, e disponibilizadas pelo Economus, foram determinadas atuarialmente e totalizaram R\$ 3.057.600.840,43, na data

de 31/12/2011, sendo R\$ 2.762.972.247,63 referentes aos benefícios programados, e R\$ 294.628.592,80 referentes aos benefícios não programados, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD). Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC foram avaliadas atuarialmente em função das informações individuais dos participantes do plano, pelo método prospectivo, e somavam R\$ 940.549.541,54 em 31/12/2011, integralmente referentes aos benefícios programados do Plano.

As Provisões Matemáticas a Constituir (PMAc) foram avaliadas em R\$ 379.739.024,63, em 31/12/2011, e referem-se, integralmente, a equacionamento de Déficits, sendo R\$334.601.847,80 pertinente a Déficit equacionado em 2005 e R\$45.137.176,83 relativo a Déficit equacionado em 2009.

Comparativamente à avaliação atuarial de encerramento de exercício de 2010, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano foi de 5,38%, tendo sido registrado o montante de R\$ 3.618.411.357,34 em 31/12/2011 e R\$ 3.433.747.078,38 em 31/12/2010. O crescimento deve-se, em especial, à atualização monetária dos benefícios em percepção, superior à involução atuarial da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, em face do grau de maturidade do Plano, considerando-se, ainda, o efeito das alterações das hipóteses atuariais realizadas neste exercício, variações observadas na base cadastral de Participantes e Assistidos do Plano e a anulação das contas contábeis de Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder em Repartição Simples e em Repartição de Capitais de Cobertura, conforme Instrução MPS/PREVIC Nº 05, 08/09/2011. Maiores detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 014/12.

#### **10.1.3 Principais Riscos Atuariais**

O risco atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que, para o Plano de Benefícios do Regulamento Geral, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras. As hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados nesse plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de avaliação atuarial de 2011 do Plano do Regulamento Geral, foram aprovadas pelo Economus, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório GAMA 151 - RE 154/11, observando assim, no que nos é pertinente, os ditames da Resolução MPS/CGPC Nº 18/2006.

Destaca-se que, com relação à hipótese de crescimento salarial, a taxa utilizada foi aquela indicada pelo Economus, conforme manifestação formal das patrocinadoras do plano, consubstanciada em estudos técnicos realizados, apresentados através do Ofício DIREF/GEPAT/DIPAT 2011/013784. No caso da hipótese de fator de capacidade, a Entidade optou por manter o fator que vinha sendo utilizado desde setembro de 2011.

### 10.1.4 Soluções para Insuficiência de Cobertura

O Plano de Benefícios apresentou insuficiência de cobertura (déficit), em 31/12/2011, no valor de R\$ 80.353.207,80. Considerando que, na última avaliação atuarial, posicionada em 31/12/2010, o plano apresentou situação de equilíbrio e que se trata de déficit correspondente a 2,22% das Provisões Matemáticas, de natureza conjuntural, conforme Parecer Parecer Atuarial GAMA 151 - PA 049/12 essa insuficiência não será equacionada de imediato, seguindo decisão da Entidade, valendo-se do disposto no artigo 28 e seus parágrafos da Resolução MPS/CGPC Nº 26/2008.

A insuficiência será acompanhada e monitorada e, caso o plano volte a apresentar insuficiência de cobertura na avaliação atuarial do exercício de 2012, esta será obrigatoriamente equacionada.

## 10.2 Em Relação do Plano de Benefícios

### 10.2.1 Qualidade da Base Cadastral

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

### 10.2.2 Variação do Resultado

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$ 3.618.411.357,34, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2011, no montante de R\$ 3.538.058.149,54, verifica-se que o Plano do Regulamento Geral apresentou déficit técnico-atuarial, de R\$80.353.207,80, em 31/12/2011.

Comparativamente ao resultado da avaliação atuarial de 31/12/2010, em que apresentou equilíbrio atuarial, houve perda atuarial equivalente ao valor do déficit apresentado nesta avaliação. O déficit do exercício deveu-se, sobretudo, ao não alcance da meta atuarial do plano, composta pela taxa de juros de 6% ao ano acrescida do INPC acumulado do período de 31/12/2010 a 31/12/2011, de 6,08%, totalizando 12,44%, enquanto que a rentabilidade do período foi de 11,05%, gerando uma perda atuarial de 1,39%. A perda foi atenuada pela variação nas Provisões Matemáticas que, em termos reais, descontando-se a inflação, reduziram-se em 0,66%, pelos motivos já expostos neste Parecer.

### 10.2.3 Natureza do Resultado

O resultado deficitário do plano, correspondente a 2,22% das provisões matemáticas, apresenta características conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, de oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico, não se pode atribuir natureza estrutural ao resultado.

Dentre as oscilações nas hipóteses atuariais, destaca-se a observada na taxa de juros atuarial, que previa rendimentos reais de 6% no exercício, enquanto se obteve 4,69% (descontado o INPC de 2011, de 6,08%), tendo a conjuntura econômica contribuído, de forma determinante, para tal fato.

### 10.2.4 Soluções para Equacionamento do Déficit

Assim como mencionado anteriormente, o déficit apresentado pelo plano será acompanhado e monitorado durante exercício de 2012 e, caso haja novo resultado deficitário na próxima Avaliação Atuarial de encerramento de exercício, na oportunidade este será equacionado.

### 10.2.5 Adequações dos Métodos de Financiamento

Adota-se, para o financiamento dos benefícios programados assegurados pelo plano, o regime de capitalização conjugado com

o método de Crédito Unitário Projetado. Quanto aos benefícios de risco, adota-se o regime de Repartição de Capitais de Cobertura para os benefícios de aposentadoria por invalidez, pensão por morte e auxílio-reclusão, e o regime de Repartição Simples para os benefícios de auxílio-doença, auxílio adicional, pensão por morte e pecúlio por invalidez, estando todos os benefícios de risco avaliados pelo método de Teoria do Risco Coletivo.

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC Nº 18/2006.

### 10.2.6 Outros Fatos Relevantes

21) O Plano do Regulamento Geral encontra-se fechado a novas adesões e passou por processo de saldamento facultativo em 2005, contendo, portanto, participantes com direito a Benefício Proporcional Saldado;

22) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado, parcela deles estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento, sendo que para tal, a Entidade atestou a possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002, e suas alterações posteriores, fato que pode ser verificado no Parecer GAMA 151 – PA 051/12;

23) De acordo com o referido Balancete Contábil, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizada;

24) Conforme decisão da Entidade, será mantido o custeio administrativo praticado no exercício de 2011 para esse plano, de 0,90% sobre o Salário Real de Participação, Benefício Saldado ou Benefício Proporcional Diferido, para os participantes, conforme sua situação; 0,90% sobre o valor do benefício, para aposentados e pensionistas; e contribuições patronais paritárias às dos participantes e assistidos, exceto para os autopatrocinados;

25) As Provisões Matemáticas a Constituir, no valor total de R\$ 379.739.024,63, em 31/12/2011, referem-se a equacionamentos de déficits apurados nas avaliações atuariais dos exercícios de 2005 e 2009. A amortização dessas provisões se dá por meio de contribuições extraordinárias mensais, conforme definido no respectivo Plano de Custeio, sendo as alíquotas de contribuição aplicáveis a participantes, assistidos e patrocinadoras revistas anualmente, conforme plano de pagamento estipulado à época de cada equacionamento;

26) Os Fundos do Plano montavam a quantia de R\$ 15.800.579,70, sendo R\$ 14.780.704,50 referentes a Fundos Administrativos e R\$ 1.019.875,20 referentes a Fundos dos Investimentos. Os valores desses fundos foram informados pela Entidade no balancete contábil do plano. O plano não apresentava, em 31/12/2011, valores registrados em Fundos Previdenciais;

27) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2011, comparativamente às adotadas para o exercício de 2010, procederam-se às seguintes alterações: i) crescimento real dos salários, de Tabela Salarial Projetada informada pela Entidade para taxa nula; ii) fator de capacidade dos benefícios, de 0,9816 para 0,9716; e iii) tábua de mortalidade de inválidos, de IAPB 57 para tábua que conjuga 50% da probabilidade da RP 2000 Disabled Male com 50% da probabilidade da IAPB 57;

28) No que diz respeito à hipótese de mortalidade de inválidos, a adoção de hipótese que conjuga as probabilidades das tábuas RP 2000 Disabled Male e IAPB 57 faz parte de um processo de transição para adoção integral da tábua RP 2000 Disabled Male, conforme definição do Economus, o que deve se concretizar no fechamento do primeiro semestre de 2012;

29) Com relação aos benefícios saldados, considerando que a antecipação do requerimento do benefício faz com que o valor do benefício reduza em 0,5% a cada mês de antecipação, a Entidade, baseado no histórico de requerimentos de benefícios saldados, indicou a adoção de hipótese que considera a antecipação média de 12 meses e 11 dias, resultando na redução média de 13,65%

no valor do benefício, haja vista a existência de participantes que optam, também, pela postergação dos benefícios;

30) Cumpre ressaltar a importância de a Entidade avaliar a possibilidade de promover estudos visando à alteração dos regimes financeiros atualmente adotados nos benefícios de risco assegurados pelo plano para o regime de capitalização, tendo em vista as características, principalmente, no que tange ao plano se encontrar em extinção, havendo possibilidade de comprometimento da formação de reservas técnicas para o custeio dos benefícios. Registra-se, entretanto, que os regimes atualmente adotados estão aderentes à legislação vigente, conforme Resolução MPS/CGPC Nº 18/2006.

## 11 Plano de Custeio

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em 01/04/2012, em conformidade com o Regulamento do Plano,

deverá ter a seguinte configuração, observada sua prévia aprovação da Entidade e Patrocinadoras, antes de sua entrada em vigor:

<b>PLANO DE CUSTEIO PARA 2012</b>			
<b>PARTICIPANTES</b>			
<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL</b>			
PARTICIPANTES*	Faixa Salarial	Alíquota (% SRP)	Dedução (% Teto INSS)
	SRP ≤ ½ x Teto INSS	1%	-
	½ x Teto INSS < SRP ≤ 1 Teto INSS	1,75%	0,375
	1 Teto INSS < SRP ≤ 6 Teto INSS	25,55%	24,17%
PARTICIPANTES EM BPD QUE NÃO OPTARAM PELA COBERTURA DOS BENEFÍCIOS DE RISCO		0,00%	
PARTICIPANTES EM BPD QUE OPTARAM PELA COBERTURA DOS BENEFÍCIOS DE RISCO		4,90% do SRP	
PARTICIPANTES QUE OPTARAM PELO SALDAMENTO		0,00%	
PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS		Idêntica a dos participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora	
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – DÉFICIT EQUACIONADO 2005</b>			
	Prazo Remanescente**	Alíquota (% SRP, % BPD ou % BS)	
PARTICIPANTES (ATIVOS, EM BPD E QUE OPTARAM PELO SALDAMENTO)	295 meses	3,84%	
PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS	295 meses	Idêntica a dos participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora	
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – DÉFICIT EQUACIONADO 2009</b>			
	Prazo Remanescente**	Alíquota (% SRP, % BPD ou % BS)	
PARTICIPANTES (ATIVOS, EM BPD E QUE OPTARAM PELO SALDAMENTO)	34 meses	1,53%***	
PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS	34 meses	Idêntica a dos participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora	
<b>PATROCINADORAS</b>			
<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL</b>			
PATROCINADORAS	Paritárias às Contribuições Normais dos Participantes e dos Assistidos		
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – DÉFICIT EQUACIONADO 2005</b>			
	Prazo Remanescente**	Alíquota (% Folha SRP)	
PATROCINADORAS	295 meses	Paritárias às Contribuições dos Participantes e Assistidos para esse fim	
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – DÉFICIT EQUACIONADO 2009</b>			
	Prazo Remanescente**	Alíquota (% Folha SRP)	
PATROCINADORAS	34 meses	Paritárias às Contribuições dos Participantes e Assistidos para esse fim	

**ASSISTIDOS****CONTRIBUIÇÃO NORMAL**

APOSENTADOS	4,1% sobre a Complementação
PENSIONISTAS	0,00%

**CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – DÉFICIT EQUACIONADO 2005**

	Prazo Remanescente**	Alíquota (% Complementação)
APOSENTADOS	295 meses	3,84%
PENSIONISTAS	-	-

**CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – DÉFICIT EQUACIONADO 2009**

	Prazo Remanescente**	Alíquota (% Complementação)
APOSENTADOS	34 meses	2,78%***
PENSIONISTAS	34 meses	2,78%***

**PLANO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO**

Em conformidade com a definição da Entidade acerca dos Custos Administrativos dos Planos Previdenciais, em observância ao Plano de Gestão Administrativa (PGA), o custo intencionado para o Plano de Benefícios do Regulamento Geral é definido conforme a seguir:

a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o Salário Real de Participação	0,90%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o BPD	0,90%
c) Taxa de Carregamento aplicável sobre o Benefício Proporcional Saldado	0,90%
d) Taxa de Carregamento aplicável sobre a Complementação recebida pelo Aposentado	0,90%
e) Taxa de Carregamento aplicável sobre a Complementação recebida pelo Pensionista	0,90%
f) Taxa de Carregamento paga pelas Patrocinadoras	0,90%
g) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano	0,15%

\* Só contribuem os Participantes com tempo de Plano inferior a 30 anos.

\*\* Na Data da Avaliação.

\*\*\* Manutenção das alíquotas atualmente praticadas, conforme decisão da Entidade, sem prejuízo do fluxo financeiro do plano no exercício subsequente, devendo ser reavaliada quando do encerramento do exercício de 2012.

**12 Conclusão**

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano do Regulamento Geral, em 31/12/2011, é deficitária em R\$ 80.353.207,80, observada pelo confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano.

Este é o Parecer.

Brasília, 08 de março de 2012

ANTÔNIO FERNANDO GAZZONI  
Atuário MIBA 851 - MTb/RJ  
DIRETOR-PRESIDENTE

**PARECER ATUARIAL 023/12****13 Considerações Iniciais**

Atendendo às disposições das Leis Complementares Nº 108 e Nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios PrevMais, administrado e executado pelo Economus – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., e pelo próprio Economus, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2011, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como

apuração do custo dos benefícios assegurados pelo plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio com início de vigência prevista para abril de 2012.

O Plano PrevMais está estruturado na modalidade de Contribuição Variável (CV), na forma disposta na Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, posto que os benefícios programados assegurados observam a conjugação das características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) ou Contribuição Definida (CD), na fase de percepção, conforme opção a ser exercida pelo participante, estando sujeitos a riscos atuariais aqueles que optam pela percepção do benefício na modalidade de Benefício Definido (renda vitalícia).

No que se refere aos benefícios de risco, todos estão estruturados sob a modalidade de Benefício Definido, conforme Regulamento do Plano, sendo assegurados os benefícios de aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-funeral.

O plano está registrado na Previc sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB Nº 2006.0034-29, sendo que a avaliação atuarial de 2011 contempla o Regulamento vigente na data da referida Avaliação do Plano PrevMais, com última alteração aprovada pela Portaria MPS/SPC nº 1.577, de 18/09/2007, assim como a respectiva Nota Técnica Atuarial.

Procedemos à Avaliação Atuarial do exercício de 2011 na data

base de 31/12/2011, sendo esta também a data da avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigente, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos participantes e assistidos levantados e informados pela Entidade, vinculados às patrocinadoras do plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de 31/12/2011, observado, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano PrevMais, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos participantes e assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório GAMA 151 – RE 015/12, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios PrevMais posicionada em 31/12/2011.

Adicionalmente, e em face de o Economus não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência GAMA 151 - CT 496/11 de solicitação de dados e informações para a avaliação atuarial do exercício de 2011, consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

## **14 Resultados Atuariais**

### **14.1 Em Relação ao Grupo de Custeio: Geral**

#### **14.1.1 Evolução dos Custos**

Os benefícios de risco assegurados pelo Plano PrevMais são os de auxílio-doença, auxílio-funeral, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. Todos estão estruturados na modalidade de Benefício Definido, sendo avaliados sob o Regime de Capitalização e pelo Método de Financiamento de Crédito Unitário Projetado, e registrados no Fundo Previdencial para Cobertura de Benefícios de Riscos, em conformidade com o Regulamento e Nota Técnica Atuarial do Plano.

Conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 015/12, todos os benefícios avaliados atuarialmente na fase de acumulação (benefícios de risco) apresentaram reduções em suas alíquotas. No total dos benefícios de risco, o custo reduziu de 6,240% na última Avaliação Atuarial, posicionada em 31/12/2010 (Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 039/11), para 1,276% nesta avaliação, posicionada em 31/12/2011, sendo as alíquotas incidentes sobre a folha de Salário de Benefício.

A redução do custo dos benefícios de risco deveu-se, em especial, à alteração do regime financeiro desses benefícios, os quais passaram a adotar o Regime de Capitalização e Método de Financiamento de Crédito Unitário Projetado, conforme decisão da Entidade, pautado em estudo técnico-atuarial realizado por esta Consultoria.

Quanto ao benefício programado de aposentadoria, o custo calculado com base na contribuição média dos participantes e patrocinadoras foi de 11,485% em 31/12/2010, elevando-se para 11,791% nesta avaliação. O aumento deveu-se à elevação do percentual médio de contribuição escolhido pelos participantes do plano, que pode variar entre 2% e 8% do Salário de Benefício, a critério do participante, com a contrapartida paritária das respectivas patrocinadoras.

Embora o benefício esteja sujeito a risco atuarial, em razão da

possibilidade de requerimento da aposentadoria em forma de renda vitalícia, estruturada em Benefício Definido, não há custo atuarialmente calculado atribuído a este benefício.

#### **14.1.2 Variação das Provisões Matemáticas**

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC fixadas com base nas informações individuais dos assistidos (aposentados e pensionistas) do Plano PrevMais, foram avaliadas em R\$ 123.922.756,98, na data de 31/12/2011, sendo R\$ 28.740.143,00 referentes aos benefícios programados estruturados na modalidade de Contribuição Definida, e R\$ 95.182.613,98 referentes aos benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido, onde R\$ 3.209.034,85 são referentes aos benefícios programados e R\$91.973.579,13 aos benefícios não-programados.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC foram avaliadas em R\$ 361.618.702,85, na data de 31/12/2011, com base nas informações individuais dos participantes, referentes aos benefícios determinados pelo método de capitalização financeira individual, estruturados, na fase de captação, na modalidade de Contribuição Definida (CD).

Ressalta-se que a capitalização dos benefícios de risco assegurados pelo plano foi realizada através do Fundo Previdencial, conforme estudo constante do Relatório GAMA 151 – RE 149/11, o qual foi objeto de apreciação e aprovação pela Entidade.

O Plano PrevMais não possui dívidas contratadas e nem Provisões a Constituir, na data base da Avaliação Atuarial. Desta forma, o total das Provisões Matemáticas somava, em 31/12/2011, R\$ 485.541.459,83.

Comparativamente à avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2010, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano PrevMais foi de 33,66%, tendo sido registrado o montante de R\$ 485.541.459,83 em 31/12/2011 e R\$ 363.263.519,79 em 31/12/2010. O crescimento deve-se, em especial, ao ingresso de contribuições no plano, que foi superior ao montante pago em benefícios e, acessoriamente, à rentabilidade auferida no exercício, de 11,58%, devendo-se considerar o efeito das alterações das hipóteses atuariais realizadas nesse exercício e variações observadas na base cadastral de participantes e assistidos do plano.

#### **14.1.3 Principais Riscos Atuariais**

O risco atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o Plano PrevMais caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras. As hipóteses, Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento utilizados nesse plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de avaliação atuarial de 2011 do Plano PrevMais, foram aprovadas pelo Economus, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório GAMA 151 - RE

154/11, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC Nº 18/2006.

Destaca-se que, com relação à hipótese de crescimento salarial, a taxa utilizada foi a indicada pelo Economus, conforme manifestação formal das patrocinadoras do plano, consubstanciada em estudos técnicos realizados, apresentados através do Ofício DIREF/GEPAT/DIPAT 2011/013784. No caso da hipótese de fator de capacidade, a Entidade optou por manter o fator que vinha sendo utilizado desde setembro de 2011.

#### 14.1.4 Soluções para Insuficiência de Cobertura

Tendo em vista que o plano não apresentou insuficiência de cobertura na avaliação atuarial de 2011, este item não é aplicável ao presente Parecer.

### 14.2 Em Relação ao Plano de Benefícios

#### 14.2.1 Qualidade da Base Cadastral

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da avaliação.

#### 14.2.2 Variação do Resultado

Na confrontação do passivo atuarial, dado pelas provisões matemáticas, no montante total de R\$ 485.541.459,83, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2011, no montante de R\$ 485.984.148,09, verifica-se que o Plano PrevMais apresentou superávit técnico-atuarial, de R\$ 442.688,26, em 31/12/2011.

O superávit reduziu de R\$ 19.560.875,24 em 31/12/2010 para R\$ 442.688,26 em 31/12/2011, representando redução de 97,74%, ou R\$ 19.118.186,98. A redução deveu-se, em especial, à constituição do Fundo Previdencial, em face da adoção do Regime de Capitalização para os benefícios de risco assegurados pelo plano, o qual fez com que houvesse uma redução no Patrimônio de Cobertura do Plano. Acessoriamente, também influenciou no resultado a variação das Provisões Matemáticas, conforme já discorrido anteriormente, e a superação da meta atuarial pela rentabilidade do plano, que alcançou 11,58% no exercício de 2011, enquanto que a meta atuarial, composta pela taxa de juros de 5% acrescida do INPC de 6,08%, totalizou 11,38% no mesmo período, gerando um ganho atuarial de 0,20%.

#### 14.2.3 Natureza do Resultado

O resultado superavitário apresenta características conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, de oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para o Plano. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico, não se pode atribuir natureza estrutural ao resultado. A totalidade do superávit foi alocada em Reserva de Contingência, uma vez que perfaz 0,47% da Provisão Matemática do Plano relativa aos benefícios que não têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta, no valor de R\$95.182.613,98, conforme parágrafo único do artigo 7º da Resolução MPS/CGPC Nº 26/2008.

#### 14.2.4 Soluções para Equacionamento do Déficit

Tendo em vista que o Plano não apresentou déficit na avaliação atuarial de 2011, este item não é aplicável ao presente Parecer.

#### 14.2.5 Adequações dos Métodos de Financiamento

Adota-se, para o financiamento dos benefícios do plano, o Regime

de Capitalização conjugado com o Método de Capitalização Financeira para o benefício programado, estruturado em Contribuição Variável, e o método de Crédito Unitário Projetado para os benefícios de risco, estruturados em Benefício Definido. Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC Nº 18/2006.

#### 14.2.6 Outros Fatos Relevantes

31) O Plano PrevMais foi implantado quando da realização do processo de saldamento do Plano do Regulamento Geral, também administrado pelo Economus, como opção de ingresso para aqueles que optaram pelo saldamento de seus benefícios naquele Plano, encontrando-se, atualmente, aberto a novas adesões;

32) Para fins desta Avaliação Atuarial, foram considerados os valores de patrimônio, ativos de investimentos e exigíveis do plano informados pela Entidade, através do Balancete Contábil do Plano do mês de dezembro de 2011 e, conforme declarado pela Entidade, os ativos de investimento estão avaliados e contabilizados a valor de mercado, pelo que consideramos, para fins da avaliação, que tais valores refletem a realidade dos fatos;

33) De acordo com o referido Balancete Contábil, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizado;

34) Conforme decisão da Entidade será mantido o custeio administrativo praticado no exercício de 2011 para o plano, sendo este variável conforme o Salário de Benefício do Participante, de 0,15% a 0,94% sobre o Salário de Benefício; e de 0,90% sobre o valor da complementação recebida e do Benefício Proporcional Diferido, para os assistidos e participantes em BPD, respectivamente;

35) Os Fundos do Plano montavam a quantia de R\$ 119.851.759,35, sendo R\$ 115.273.502,55 referentes a Fundos Previdenciais; R\$ 4.524.201,28 referentes a Fundos Administrativos; e R\$ 54.055,52 referentes a Fundos dos Investimentos. Os valores dos Fundos Administrativos e dos Investimentos foram informados pela Entidade no Balancete Contábil do Plano;

36) Quanto aos Fundos Previdenciais, os valores são compostos pelo Fundo de Reversão, por exigência regulamentar, cujo valor de R\$ 2.737.195,05 foi informado pela Entidade, o qual é constituído pelas parcelas patronais não resgatáveis de participantes que optaram pelo Instituto do Resgate e destina-se à cobertura da Conta Coletiva do Plano ou a outra finalidade aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, conforme consta do Regulamento do Plano; e pelo Fundo constituído em decorrência da capitalização dos benefícios de risco, previsto em Nota Técnica Atuarial, que montava, em 31/12/2011, R\$ 112.536.307,50, e teve como origem primária de recursos o Fundo de Oscilação de Risco, mantido pelo Plano até a capitalização dos benefícios de risco, e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo este fundo dimensionado atuarialmente e destinado a custear os benefícios de risco do Plano;

37) A partir da capitalização dos benefícios de risco, tornou-se necessária a definição de Métodos de Financiamento e hipóteses atuariais que, até então, não eram aplicáveis a estes benefícios. Para tanto, conforme indicação da Entidade, tomou-se como parâmetro as bases técnicas adotadas no Plano do Regulamento Geral, tendo em vista a semelhança de características entre os

Participantes e Assistidos desses Planos, havendo, inclusive, contingente de Participantes comuns dentre os Planos, sendo que estas hipóteses serão objeto de estudo de aderência no exercício de 2012, conforme prática adotada pela Entidade;

38) Com isso, os benefícios de risco do Plano passaram a adotar o Método de Financiamento de Crédito Unitário Projetado, em detrimento dos métodos de Teoria Coletiva do Risco, para os benefícios de Aposentadoria por Invalidez; Pensão por Morte; e Auxílio-Funeral, e do método Atuarial para o benefício de Auxílio-Doença;

39) No que diz respeito às hipóteses atuariais, procederam-se às seguintes alterações na Avaliação Atuarial de 2011, quando comparada com a de 2010: i) tábua de entrada em invalidez, de não aplicável para Zimmer desagravada em 26%; ii) rotatividade, de não aplicável para Exp. Economus Ajuste Gráfico; iii) crescimento real dos salários, de não aplicável para 3,5674% ao ano; iv) fator de capacidade dos benefícios, de 0,9817 para 0,9715.

### 15 Plano de Custeio

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em 01/04/2012, em conformidade com o Regulamento do Plano,

deverá ter a seguinte configuração, observada sua prévia aprovação da Entidade e Patrocinadoras, antes de sua entrada em vigor:

PLANO DE CUSTEIO PARA 2012				
<b>PARTICIPANTES</b>				
<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL</b>				
	Para o custeio dos benefícios programados	Variável de 2% a 8% sobre o salário de benefício, conforme opção do Participante.		
<b>PARTICIPANTES</b>	Para o custeio dos benefícios de risco	Limite Inferior SB*	Limite Superior SB*	
			% SB*	
		0	2.500	0,06%
		2.500,01	3.000	0,20%
		3.000,01	3.500	0,34%
		3.500,01	4.000	0,46%
		4.000,01	5.000	0,55%
		5.000,01	6.000	0,65%
		6.000,01	7.000	0,73%
		7.000,01	8.000	0,77%
8.000,01	10.000	0,83%		
10.000,01	12.000	0,88%		
12.000,01	6 PPE **	0,93%		
<b>PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS</b>		Idêntica a dos participantes, adicionada daquela em nome da patrocinadora		
<b>PARTICIPANTES EM BPD</b>		0,00%		
<b>PATROCINADORAS</b>				
<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL</b>				

Paritárias às Contribuições Normais dos Participantes.

### ASSISTIDOS

#### CONTRIBUIÇÃO NORMAL

Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Contribuição Normal de Assistido no Plano.

#### PLANO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Em conformidade com a definição da Entidade acerca dos Custos Administrativos dos Planos Previdenciais, em observância ao seu Plano de Gestão Administrativa (PGA), o custo intencionado para o Plano PrevMais é definido conforme a seguir:

BASE DE INCIDÊNCIA	FAIXA SALARIAL (SB*)	Taxa Aplicável - Plano de Custeio Proposto (a partir de abr/12)
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação, em relação aos Participantes	Até 2.500,00	0,15%
	De 2.500,01 a 3.000,00	0,30%
	De 3.000,01 a 3.500,00	0,45%

BASE DE INCIDÊNCIA	FAIXA SALARIAL (SB*)	Taxa Aplicável - Plano de Custeio Proposto (a partir de abr/12)
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação, em relação aos Participantes	Até 2.500,00	0,15%
	De 2.500,01 a 3.000,00	0,30%
	De 3.000,01 a 3.500,00	0,45%
	De 3.500,01 a 4.000,00	0,55%
	De 4.000,01 a 5.000,00	0,65%
	De 5.000,01 a 6.000,00	0,80%
	De 6.000,01 a 7.000,00	0,85%
	De 7.000,01 a 10.000,00	0,90%
	De 10.000,01 a 6 PPE**	0,94%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação, em relação ao participante autopatrocinado		Idêntica a dos participantes, adicionada daquela em nome da patrocinadora.
c) Taxa de Carregamento aplicável sobre o BPD		0,90%
d) Taxa de Carregamento aplicável sobre a complementação recebida pelo aposentado		0,90%
e) Taxa de Carregamento aplicável sobre a complementação recebida pelo pensionista		0,90%
f) Taxa de Carregamento, paga pelas patrocinadoras		Paritárias às Contribuições dos participantes para este fim.
g) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano		0,15%

\* Salário de Benefício.

\*\* Padrão Previdenciário Economus, correspondente a R\$ 2.845,36 na Data da Avaliação.

## 16 Conclusão

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-actuarial do Plano PrevMais, em 31/12/2011, é superavitária em R\$442.688,26, observada pelo confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo a totalidade deste valor alocado em Reserva de Contingência.

Este é o Parecer.

Brasília, 08 de março de 2012.

ANTÔNIO FERNANDO GAZZONI  
Atuário MIBA 851 - MTb/RJ  
DIRETOR-PRESIDENTE

### **Parecer do Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal do Economus - Instituto de Seguridade Social, no uso das atribuições conferidas pelo inciso II do Artigo 45 de seu Estatuto Social, examinou as Demonstrações Contábeis de 2011 (Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa, Demonstrac o das Obrigações Atuariais dos Planos de Benefícios), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis consolidadas e as informações contábeis da Gestão Assistencial (Balanço Patrimonial, Demonstrac o do Resultado, Demonstrac o de Fluxo de Caixa e Demonstrac o da Mutação do Patrimônio Social).

Com base nos documentos examinados, nas análises realizadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração, nas reuniões promovidas no período sob exame, no Relatório da KPMG Auditores Independentes e no Parecer Atuarial da Gama Consultores Associados, o Conselho Fiscal concluiu que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Instituição.

São Paulo, 23 de març o de 2012.

RODRIGO SANTOS NOGUEIRA  
Membro

CARLOS ALBERTO ARAÚJO NETTO  
Membro

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA  
Membro

FRANCISCO VIANNA DE O. JUNIOR  
Presidente

### **Manifestação do Conselho Deliberativo quanto às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2011**

Em reunião de 27 de março de 2012, o Conselho Deliberativo do Economus - Instituto de Seguridade Social, no uso das competências de que trata o inciso XIII do Artigo 21 do Estatuto Social da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer da KPMG - Auditores Independentes, no Parecer Atuarial emitido pela Gama Consultores Associados, no Parecer do Conselho Fiscal e nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, o Conselho Deliberativo conclui que as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício de 2011, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, razão pela qual as aprova.

São Paulo, 27 de março de 2012.

CARLOS ALBERTO C. FRAGA  
Membro

ITAMAR DE SOUZA MENEZES  
Membro

ANTONIO AMOS MASTRANGI  
Membro

LEVI GOMES DE OLIVEIRA  
Membro

VAGNER LACERDA RIBEIRO  
Presidente

## Balancos Patrimoniais em 31/12/2011 e 2010

Ativo	Nota	2011	2010	Passivo	Nota	2011	2010
<b>Ativo circulante</b>		37.073	37.986	<b>Passivo circulante</b>		6.897	19.909
Disponível	4	1.142	3.594	<b>Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde</b>	7	3.504	7.594
<b>Realizável</b>		35.931	34.392	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar		3.504	7.594
Aplicações	5	26.254	29.641	<b>Débitos de Operações de Assistência à Saúde</b>	6	834	3.635
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	9.117	4.394	Outros Débitos de Operações com Planos de Saúde		834	3.635
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		8.014	0	<b>Tributos e Contribuições a Recolher</b>		430	287
Créditos de Operações de Administração de Benefícios		1.103	4.394	<b>Débitos Diversos</b>	8	2.129	8.393
Títulos e Créditos a receber		560	357	<b>Passivo não circulante</b>		162.689	152.086
<b>Ativo não circulante</b>		450.162	419.082	<b>Exigível a longo Prazo</b>	9	162.689	152.086
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		450.162	419.082	<b>Provisões</b>		162.689	152.086
Aplicações	5	303.062	282.610	<b>Patrimônio líquido / Patrimônio social</b>		317.649	285.073
Valores e Bens		147.100	136.472	Reservas		317.649	285.073
				Reservas de Lucros/Sobras/Retenções de Superávits		317.649	285.073
<b>Total do ativo</b>		<b>487.235</b>	<b>457.068</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>487.235</b>	<b>457.068</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sergio lunes Brito  
Diretor Superintendente

Paulo Leite Julião  
Diretor Financeiro

Renato Donizeti Grossi  
Contador  
CRC 1SP169061/0-5  
CPF 046.386.338-03

Demonstrações de Resultados em 31/12/2011 e 2010

	Nota	2011	2010
<b>Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde</b>		<b>201.741</b>	<b>166.040</b>
Contraprestações Líquidas / prêmios retidos		184.691	150.597
Receitas com Administração de Benefícios		17.050	15.443
<b>Eventos/ Sinistros indenizáveis líquidos</b>		<b>(185.355)</b>	<b>(164.739)</b>
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados		(187.732)	(164.893)
Recuperação de Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados		2.263	154
Outras Recuperações/Ressarcimentos/Deduções de Eventos/Sinistros		114	
<b>Resultado das operações com planos de assistência à saúde</b>		<b>16.386</b>	<b>1.301</b>
<b>Resultado bruto</b>		<b>16.386</b>	<b>1.301</b>
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>10</b>	<b>(15.174)</b>	<b>(14.780)</b>
<b>Outras Receitas Operacionais</b>		<b>7.287</b>	<b>193</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>		<b>(15.580)</b>	<b>(10.351)</b>
Outras		(15.580)	(10.351)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>		<b>39.657</b>	<b>36.175</b>
Receitas Financeiras		45.958	38.394
Despesas Financeiras		(6.301)	(2.219)
Resultado operacional		32.576	12.538
<b>Resultado líquido</b>		<b>32.576</b>	<b>12.538</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31/12/2011 e 2010

<b>Atividades operacionais</b>			
(+) Recebimentos de Plano Saúde		198.666	220.497
(+) Resgate de Aplicações Financeiras		227.706	261.616
(+) Outros Recebimentos Operacionais		74.607	16.945
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde		(184.112)	(202.531)
(-) Pagamentos de Pessoal		(8.711)	(7.151)
(-) Pagamentos de Pró-Labore		(222)	(120)
(-) Pagamentos de Serviços Terceiros		(9.515)	(5.426)
(-) Pagamentos de Tributos		(10.901)	(7.829)
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)		(388)	-
(-) Aplicações Financeiras		(211.061)	(239.181)
(-) Outros Pagamentos Operacionais		(83.050)	(28.408)
<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>		<b>(6.981)</b>	<b>8.412</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento		(257)	(116)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos		(257)	(116)
Variação líquida do caixa		(7.238)	8.296
Caixa e equivalente de caixa no início do período		8.380	84
Caixa e equivalente de caixa no fim do período		1.142	8.380
Ativos Livres no Início do Período		315.845	291.179
Ativos Livres no Final do Período		330.458	315.844
<b>Aumento/ (diminuição) nas aplic. financ. - Recursos livres</b>		<b>14.613</b>	<b>24.665</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social em 31/12/2011 e 2010

	<b>Reservas de lucros/ sobras/ retenções de superávit</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	272.535	272.535
Lucro Líquido do Exercício	12.538	12.538
Saldos em 31 de dezembro de 2010	285.073	285.073
Lucro Líquido do Exercício	32.576	32.576
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>317.649</b>	<b>317.649</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas explicativas às informações contábeis da gestão assistencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

### 1 Informações gerais

O Economus - Instituto de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia para operar planos de assistência à saúde, conforme Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Sua área de atuação se dá em todo o estado de São Paulo.

A Gestão Assistencial do Economus destina-se a prover assistência médica de qualidade aos empregados do Banco do Brasil S/A, do Economus e aos participantes do FEAS - Fundo

Economus de Assistência Social -, fundo contábil que contempla aposentados pelos planos de complementação de aposentadorias administrados pelo próprio Economus: Regulamento Geral (grupo C) e Regulamento Complementar Nº 1 (grupo B) e os devidos dependentes preferenciais e não preferenciais, mediante aporte financeiro como manda o regulamento dos planos.

O Economus administra os seguintes planos assistenciais, que juntos somam 53,773 vidas:

Custeio	Plano	População	Principais características
BANCO DO BRASIL S/A. 34.207 vidas	Básico	130 vidas	Contratação: Coletivo por Adesão; Empregados ativos, aposentados dos grupos A, B, C e S e seus dependentes, com cobertura na capital – SP.
	PAMC	711 vidas	Contratação: Coletivo por Adesão; Empregados ativos, aposentados dos grupos A, B, C e S e seus dependentes, com cobertura no interior – SP.
	PLUS	21.113 vidas	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados ativos, aposentados dos grupos A, B, C e S e seus dependentes.
	PLUS II	12.253 vidas	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados ativos (admitidos a partir de 01/01/01), aposentados do grupo “C” e seus dependentes.

Custeio	Plano	População	Principais características
AUTOSSUSTENTÁVEIS 12.926 vidas	PLUS	12.774 vidas	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados ativos, aposentados dos grupos A, B, C e S e seus dependentes.
	PLUS II	152 vidas	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados ativos (admitidos a partir de 01/01/01), aposentados do grupo “C” e seus dependentes.

Custeio	Plano	População	Principais características
FEAS 6.297 vidas	Básico FEAS	722 vidas	Contratação: Coletivo por Adesão; Aposentados e pensionistas dos Grupos B e C.
	PAMC FEAS	5.575 vidas	Contratação: Coletivo por Adesão; Aposentados e pensionistas dos Grupos B e C.

Custeio	Plano	População	Principais características
ECONOMUS 343 vidas	Eco-Saúde	343 vidas	Contratação: Coletivo Empresarial; Ativos, aposentados e pensionistas do Grupo “C”, dependentes preferenciais.

### 2 Base de preparação das demonstrações contábeis

As informações suplementares – Gestão Assistencial, foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, através da IN nº 46, de 25/02/2011, RN nº 247, de 25/02/2011, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referenciados pela ANS.

De acordo com a RN nº 85, de 07/12/2004, alterada pela RN nº 100, de 03/06/2005, e pela RN nº 144, de 03/01/2007, ficam definidas as categorias de formação de custo, ou seja, as formas de recebimento das contribuições dos participantes dos planos de saúde. No caso dos planos de saúde operados pelo Economus, em que o valor das contribuições é calculado após a realização da despesa, fica caracterizada a modalidade de “preço pós-estabelecido”. Operadoras que registram planos de saúde desta modalidade ficam dispensadas da constituição das seguintes Provisões Técnicas: Provisões de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA e Provisão para Remissão, sendo

necessária apenas à observância do Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA), que consiste em um limite mínimo de patrimônio social para que uma operadora possa administrar planos de saúde.

As informações contábeis da Gestão Assistencial, apresentadas com o objetivo de cumprir os aspectos regulamentares da ANS, são registradas nos livros contábeis do Economus - Instituto de Seguridade Social. Estimativas e premissas, consideradas prudentes pela Administração, foram utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras contábeis, incluindo a mensuração do valor justo dos ativos financeiros e não financeiros e provisão para contingências. Essas premissas e estimativas são revistas periodicamente pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas e serão reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas.

Quadros, informação e demonstrativos constantes das notas explicativas estão expressos em milhares de reais, sendo o Real a moeda funcional do Economus.

### 3 Resumo das principais práticas contábeis

#### a. Apuração do resultado

As receitas e despesas estão sendo apuradas pelo regime de competência.

#### b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários disponíveis em conta corrente e investimentos financeiros com vencimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### c. Aplicações financeiras

Os ativos financeiros da Gestão Assistencial foram classificados segundo a intenção da Diretoria nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado e mantidos até o vencimento.

Valor justo por meio de resultado - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio de resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégias de investimentos.

Mantidos até o vencimento - Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados pelo valor justo, acrescido dos custos de transação atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

#### d. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são caracterizados como obrigação contratual de pagamento de determinada importância em moeda ou em instrumentos financeiros.

#### e. Provisões, passivos e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras, quando aplicável.

Passivos contingentes - São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de nossos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - Fiscais e Previdenciárias - Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os depósitos judiciais efetuados pelo Economus e as provisões contingenciais são atualizados mensalmente pela taxa SELIC, à exceção das provisões de seguro de vida, que são atualizadas pela taxa de poupança.

#### f. Imposto de renda e contribuição social e contribuições

O Economus, por se tratar de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar e não ter fins lucrativos, é isento da apuração de Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, PIS e da COFINS.

### 4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa disponível	2011	2010
Contas correntes	1.142	3.594
Aplicações financeiras	-	4.786
<b>Total</b>	<b>1.142</b>	<b>8.380</b>



## 5 Aplicações financeiras

Abaixo apresentamos a composição dos ativos financeiros:

	Nível hierárquico	2011		2010	
		Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
<b>A - Valor justo por meio de resultado</b>					
Fundos de Renda Fixa	2	187.845	187.845	174.647	174.647
Fundos de Renda Variável	2	8.557	8.557	10.256	10.256
Títulos Privados - CDB/RDB	2	39.330	39.330	52.413	52.413
		235.732	235.732	237.316	237.316
<b>B - Títulos mantidos até o vencimento</b>					
Fundos de Renda Fixa	2	8.814	8.814	-	-
Fundos de Renda Variável	2	9.503	9.503	10.149	10.149
Títulos Privados - CDB/RDB	2	70.811	70.811	63.571	63.571
Investimentos estruturados	2	4.455	4.455	1.215	1.215
		93.583	93.583	74.935	74.935
<b>Total</b>		<b>329.315</b>	<b>329.315</b>	<b>312.251</b>	<b>312.251</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

A seguir, demonstramos a composição de valores por vencimento:

Demonstração por vencimento	2011	2010
A vencer em até um ano	26.254	29.641
A vencer entre um e cinco anos	103.979	97.350
A vencer após cinco anos	2.680	358
Indeterminado	196.402	184.902
	<b>329.315</b>	<b>312.251</b>

### Abaixo apresentamos a hierarquia do valor justo dos ativos financeiros:

Os diferentes níveis foram definidos, como segue:

**Nível 1-** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

**Nível 2-** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

**Nível 3-** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

De acordo com o Pronunciamento Técnico - CPC 40, todos os investimentos financeiros estão enquadrados no nível hierárquico 2.

### Gerenciamento de riscos

O Economus está exposto a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações relacionadas aos planos de assistência à saúde. O gerenciamento de tais riscos está contido nas políticas de Gestão de Risco, apresentada a seguir:

**Risco de crédito** – o risco de crédito, associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos participantes, é atenuado pela cobrança a uma base pulverizada de participantes e pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde, após determinado período de inadimplência.

Outro risco de crédito está associado às suas aplicações financeiras, sendo atenuado pela restrição de suas operações. O Economus adota distinção entre os diferentes níveis de risco, a fim de determinar limites de investimentos específicos para cada um deles. O acompanhamento do risco de crédito é realizado por meio de análise da capacidade de pagamento dos emissores, por meio das súmulas de *ratings* emitidas por agências classificadoras de risco.

Desta forma, fica definido que será considerado como baixo risco de crédito o título assim qualificado por agência de classificação de risco estabelecida no Brasil. Com relação a títulos de emissão de empresas não financeiras, será considerado como de baixo risco de crédito o título classificado nessa categoria por uma das seguintes agências classificadoras: Fitch Ratings, Standard and Poors e Moddy's, não podendo ter sido classificado abaixo dessa categoria por nenhuma delas. Adicionalmente, o crédito em questão deverá ser analisado pelo Comitê Financeiro, que decidirá pela sua caracterização ou não como de baixo risco de crédito, segundo os critérios do Economus.

**Risco de liquidez** - O gerenciamento do risco de liquidez é preocupação constante da administração e, como prudência, pode alterar o percentual mínimo dos recursos totais em ativos de liquidez imediata. Com a adoção dessa política, espera-se eliminar a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar os compromissos no curto prazo. O acompanhamento do risco de liquidez é discutido nas reuniões semanais do comitê

financeiro, estipulando limites máximos de exposição para ativos de menor liquidez.

**Risco legal** – A administração e o acompanhamento do risco legal é efetuado constantemente e visa mensurar e quantificar a aderência de todas as carteiras de investimentos sob luz da legislação aplicável. Esta avaliação foi incrementada substancialmente com a contratação de prestação de serviços de “controladoria e custódia centralizada”, junto à instituição financeira credenciada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), especialmente para esse fim.

**Risco operacional** – O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perda, resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos, que possam ocasionar a interrupção de negócios.

O gerenciamento do risco operacional é monitorado pela Gerência de Controle, cuja atribuição circula sobre a avaliação de todo o fluxograma de informações e procedimentos, objetivando a identificação de riscos intrínsecos às operações desenvolvidas pela gestão. Como resultado desse mapeamento qualitativo e quantitativo, são elaborados planos de ação com a intenção de mitigar os riscos dessa natureza.

## 6 Créditos e débitos de operações com planos de assistência à saúde

A seguir, estão demonstrados os valores a receber e a pagar referentes a operações de assistência à saúde:

	Ativo		Passivo	
	2011	2010	2011	2010
<b>TAXA ADMINISTRATIVA A RECEBER</b>				
a. Contraprestação pecuniária	8.014	-	-	-
b. Taxa administrativa Banco do Brasil	993	819	-	-
c. Taxa administrativa do FEAS	110	3.575	-	-
c. Taxa administrativa do FEAS a repassar	-	-	110	3.575
d. Obrigações a Repassar	-	-	276	21
e. Créditos Rejeitados	-	-	448	39
<b>Total de créditos a receber</b>	<b>9.117</b>	<b>4.394</b>	<b>834</b>	<b>3.635</b>

- Representa os valores a receber dos usuários dos planos.
- Refere-se a valores a receber para custeio da gestão dos planos de saúde sob responsabilidade do Banco do Brasil.
- Corresponde à taxa cobrada pelo Economus para administração da carteira de investimentos do fundo FEAS. Foi classificado um direito a ser recebido pela administração assistencial e reconhecida a receita de Taxa Administrativa. Em contrapartida, foi provisionada uma obrigação para o fundo contábil FEAS, integrante da gestão assistencial que tem a obrigação de custear esta taxa, com liquidação ocorrida em 2011.
- As Obrigações a Repassar representam valores recebidos a maior do mantenedor Banco do Brasil, que deverão ser devolvidos pelo Economus.

e. Refere-se a pagamentos efetuados a prestadores que, por algum motivo, a conta corrente de destino rejeitou o recebimento, e a importância retornou ao caixa do Economus.

## 7 Provisões de eventos a liquidar

São contabilizados nesta rubrica, basicamente, os valores devidos ao Sistema Único de Saúde -SUS, referentes à utilização da rede pública, pelos participantes do Economus, e aos prestadores de serviços de assistência médica.

Provisões de Eventos a Liquidar	2011	2010
Valores a ressarcir ao SUS	434	458
Valores a pagar aos prestadores	3.070	7.136
<b>Total de provisão de eventos a liquidar</b>	<b>3.504</b>	<b>7.594</b>

## 8 Débitos diversos

Contemplam obrigações que não estão relacionadas à prestação de serviços de saúde. A composição dos débitos é a seguinte:

Débitos Diversos	2011	2010
<b>Fornecedores de serviço</b>		
Contas a pagar	100	97
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>97</b>
<b>Outros débitos a pagar</b>		
Valores a devolver ao Mantenedor	337	3.548
Valores a reembolsar à Gestão Previdencial	1.428	4.646
Outros	264	102
<b>Total</b>	<b>2.029</b>	<b>8.296</b>
<b>Total de débitos diversos</b>	<b>2.129</b>	<b>8.393</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 9 Contingência

Nos subgrupos ativo e passivo não circulantes são considerados, respectivamente, os depósitos judiciais efetuados pelo Economus

e as provisões contingenciais. Os saldos são atualizados mensalmente pela taxa SELIC. A movimentação está demonstrada a seguir:

Depósitos	2010	Adições	Baixas	Reclassificação	Atualização	2011
Fiscais	136.431	2.829	-	-	7.335	146.595
Trabalhistas	27	-	-	(27)	-	-
Outras	14	451	-	27	13	505
<b>Subtotal</b>	<b>136.472</b>	<b>3.280</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7.348</b>	<b>147.100</b>
<b>Provisão</b>						
Fiscais	151.877	2.722	-	-	5.723	160.322
Trabalhistas	27	-	-	(27)	-	-
Cíveis	168	-	168	-	-	-
Outras	14	2.313	-	27	13	2.367
<b>Subtotal</b>	<b>152.086</b>	<b>5.035</b>	<b>168</b>	<b>0</b>	<b>5.736</b>	<b>162.689</b>
<b>Total líquido</b>	<b>15.614</b>	<b>1.755</b>	<b>168</b>	<b>0</b>	<b>(1.612)</b>	<b>15.589</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fiscais: são compostas basicamente de autos de infração PIS/COFINS e INSS.

PIS/COFINS REEMBOLSÁVEL: autos lavrados pela Receita Federal, questionando incidência e bases de recolhimento referente aos exercícios de 1996 a 2000. O Economus protocolou, por meio de sua assessoria jurídica, ação anulatória com pedido de antecipação de tutela em 2002. O processo foi julgado procedente para anulação em agosto de 2008, tendo a União recorrido da decisão em janeiro de 2009. O recurso de apelação encontra-se pendente de julgamento. Contabilmente, foi provisionado, em 2011, o valor R\$ 110.326 (2010 - R\$ 106.389) e depositado judicialmente o valor de R\$ 100.493 (2010 - R\$ 94.780).

A atualização das provisões é inferior a dos depósitos, pelo fato de o depósito judicial reembolsável sofrer atualização.

INSS: autos lavrados em 2004 e 2007, relacionados a contribuições previdenciárias de caráter normal, serviços remunerados às cooperativas e divergência entre valores recolhidos e informados na GFIP. Assessoria jurídica especializada foi contratada para impugnação dos autos. Contabilmente, está provisionado o montante de R\$ 12.130 (2010 - R\$ 11.416) e depositado judicialmente o montante de R\$ 8.485 (2010 - R\$ 7.934).

Mandado de Segurança - PIS/COFINS: o Economus embasado na decisão do Supremo Tribunal Federal - STF, que julgou inconstitucional o parágrafo 1º, artigo 3º da Lei 9718/1998, que equiparava o faturamento à totalidade das receitas e exclusão das receitas financeiras da base de cálculo. Mandado de Segurança impetrado em 2006 teve liminar concedida e os valores apurados passaram a ser depositados judicialmente. Contabilmente, está provisionado o valor de R\$ 8.752 (2010 - R\$ 6.068) e depositado

judicialmente o valor de R\$ 8.541 (2010 - R\$ 5.712).

Em 2011, houve reclassificação das contas de "contingências trabalhistas" para "outras contingências". Essa reclassificação se deu após análise dos processos movidos por participantes contra os planos de saúde, interpretados equivocadamente como trabalhistas. Ainda em 2011, foram provisionados R\$ 2.315, referentes a novas ações contra os planos - adesão de aposentados, manutenção de usuários e manutenção das condições originalmente contratadas. Contabilmente, foram provisionados R\$ 2.368 (2010 - R\$ 14) e depositados judicialmente R\$ 505.

O Economus possui ações de natureza civil que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e pelos advogados como possível, no valor de R\$ 2.572 em 2011.

## 10 Despesas Administrativas

Abaixo, a composição das despesas administrativas:

Despesas Administrativas	2011	2010
a.Despesas com Pessoal Próprio	5.938	6.964
b.Despesas com Serviços de Terceiros	6.912	4.897
c.Despesas com Localização e Funcionamento	1.145	1.773
d.Despesas com Tributos	25	74
e.Provisão Para Contingências - Administrativas	965	830
f.Despesas Administrativas Diversas	189	242
<b>Total despesas administrativas</b>	<b>15.174</b>	<b>14.780</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

#### a. Despesas com pessoal próprio

As Despesas com pessoal próprio são originadas na Gestão Administrativa Previdencial, sendo transferida, por meio de rateio, a parcela correspondente à Gestão Assistencial. O saldo é composto conforme demonstrado abaixo:

Pessoal	2011	2010
Despesas com pessoal próprio		
Salários	3.641	3.966
Encargos	1.034	1.304
Bonificações	1.263	1.694
<b>Total das despesas com pessoal</b>	<b>5.938</b>	<b>6.964</b>

#### b. Despesas com serviços de terceiros

São representadas pelos serviços contratados de terceiros, tais como: consultoria técnica, serviços de conectividade, temporários e terceirizados, honorários advocatícios, entre outros.

#### c. Despesas com localização e funcionamento

Correspondem às despesas básicas para manutenção das atividades da empresa. Neste subgrupo são registradas despesas com água, luz e telefone.

#### d. Despesas com tributos

Despesas com IPTU, IPVA, taxa de saúde suplementar e outras contribuições fiscais.

#### e. Provisão para contingências - Administrativas

Provisão referente ao PIS/ COFINS incidente sobre as receitas da administração assistencial, que o Economus deposita em juízo todos os meses.

#### f. Despesas administrativas diversas

São outras despesas não classificáveis nas demais contas de despesas administrativas, tais como: despesas judiciais, jornais e revistas, multas, entre outras.

#### 11 Partes relacionadas

As principais operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são relativas às contribuições recebidas e aos profissionais-chave da administração. As principais transações são:

Partes relacionadas 2011	Ativo		Passivo	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Banco do Brasil - Mantenedor	61	337	132.468	-

#### 12 Remuneração da Administração

O Economus considerou como pessoal-chave da administração os integrantes da diretoria. Os valores com os benefícios de curto prazo no exercício de 2011 somaram R\$ 1.363.

#### 13 Resultado financeiro líquido

São constituídos das atualizações líquidas mensais dos saldos das aplicações financeiras, dos depósitos judiciais e provisões de custeio dos investimentos do FEAS, reembolsados mensalmente à Administração Assistencial a título de taxa administrativa para gestão de seus investimentos. A apropriação dos valores ocorre de acordo com o fato gerador, em obediência ao regime de competência.

#### 14 Garantias financeiras

As garantias financeiras são um conjunto de exigências a serem observadas pelas operadoras de planos de saúde para manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, minimizando os riscos de insolvência. As regras preveem a observância de Recursos Próprios Mínimos, Margem de Solvência e constituição de Provisões Técnicas.

#### a. Recursos próprios mínimos

##### i. Patrimônio mínimo ajustado

De acordo com o Art. 3º da RN 209, o Patrimônio Mínimo Ajustado – PMA - representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social da OPS, ajustado por efeitos econômicos na forma da regulamentação do disposto no inciso I do artigo 22, calculado a partir da multiplicação do fator 'K' (38,39% - no caso do Economus), obtido em tabela anexa à norma, onde são definidos coeficientes, de acordo com a região de atuação da operadora, pelo capital base de R\$ 5.596. Em 31/12/2011, foi observado o limite mínimo de patrimônio, equivalente a 48/72 avos do resultado do capital base, multiplicado pelo fator K. A seguir, estão demonstrados os cálculos do Patrimônio Mínimo Ajustado.

Patrimônio mínimo ajustado	2011	2010
Capital Base	5.596	5.244
(x) Fator K	38,39%	38,39%
(=) Patrimônio mínimo ajustado	2.148	2.013
<b>Capital Requerido</b>	<b>1.432</b>	<b>1.007</b>

O capital para a gestão assistencial do Economus está em conformidade com o limite mínimo estabelecido pelo PMA, pois, ao final do exercício 2011, seu capital totalizou R\$ 317.649. Ainda conforme a RN 209, art. 6º, o cálculo do PMA deverá ser observado até dezembro de 2013, quando será substituído pela margem de solvência.

##### ii. Margem de solvência

A partir de janeiro de 2014, as operadoras ficarão submetidas à Margem de Solvência a fim de verificar se a capacidade do patrimônio será necessária para operar no mercado de saúde.

#### b. Provisões técnicas

De acordo com a RN nº209, da ANS, o Economus, por contemplar somente planos de saúde na categoria de preços pós-estabelecidos, fica liberado da constituição das provisões técnicas, à exceção da Provisão de Eventos a Liquidar - PEL, sendo necessário apenas observar o Patrimônio Mínimo Ajustado.

Sergio lunes Brito  
Diretor Superintendente

Paulo Leite Julião  
Diretor Financeiro

Renato Donizeti Grossi  
Contador  
CRC 1SP169061/0-5  
CPF 046.386.338-03



[www.economus.com.br](http://www.economus.com.br)

CENTRAL DE ATENDIMENTO  
11 3464.7700

RUA QUIRINO DE ANDRADE, 185 | CENTRO  
CEP 01049-902 | SÃO PAULO | SP